

**QUADRO PLES - REVISÃO DO PPAG 2012-2015, PLES 2012 PARA EXERCÍCIO 2013**

PLE	Parecer/ Status	Autor	Rede	Programa	Ação	Descrição da Proposta	Função	Subfunção	Decisão Relator	Emenda ao PPAG/ inciso	Emenda à LOA/ inciso	Impacto Financeiro
1673	Pela aprovação	() -, () -, () -, () -, Escola Estadual Elias de Moraes (Monte Carmelo) - Názara Maria Naves S. Borges, Escola Estadual Ordália Rocha Mundim (Monte Carmelo) - Andrea Maria Ferreira, Escola Estadual Professor Luiz Antônio Corrêa de Oliveira (Araxá) - Eleina Martins de Andrade, Escola Estadual Professora Cecília M. R. Neves (Tapira) - Eida Gomes de Souza Carvalho, Escola Estadual Sen Camilo Chaves (Ituiutaba) - Márcia Maria José Martins Andrade, Serviço Social do Comércio - SESC (Araxá) - Rita de Cássia da Silva, Superintendência Regional de Ensino (Monte Carmelo) - Fausto Reis Nogueira, Superintendência Regional de Ensino (Uberaba) -, Superintendência Regional de Ensino (Uberaba) - Gleisson Marques Gonçalves Costa	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES		(Outros) Redimensionar o quadro de pessoal das escolas, estabelecido pela Resolução 2.018/2012, de forma a incluir um especialista por turno ou, no mínimo, 2 por escola onde houver o Proeti.  Proposta 5: Criar uma base de profissionais (professores) mais especializados (formação específica e experiência em sala de aula) para atuar no Programa de Educação em Tempo Integral - Proeti.  Proposta 7: Reavaliar o Programa Escola de Tempo Integral em relação ao desempenho desenvolvido em 2012. Proposta 10: Analisar os horários do plano curricular do tempo integral. Cada regente de turma na sua sala de aula. (ausência de professores responsáveis pelos alunos no horário do almoço) Proposta 24: Contratação dos profissionais que irão atuar no Programa Educação em Tempo	12 – EDUCAÇÃO	243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE	REQUERIMENTOS - à SEE, solicitando: - elaborar estudo com vistas a definir o conceito pedagógico da Escola em Tempo Integral e diretrizes para seu funcionamento, incluindo a necessidade de especialistas, o perfil dos profissionais necessários para a atuação nas atividades promovidas no contraturno; promoção de atividades de aprofundamento de estudos (início em fevereiro); organização do horário e identificação de atividades.	-----	-----	-----

					<p>Integral - Proeti - em compatibilidade com um perfil (já existente mas não encontra-se vinculado aos critérios para designação)</p> <p>Proposta 25: Alterar Programa 1077 - Educação em tempo integral:</p> <p>Contratar profissionais habilitados nas áreas artístico-culturais, por exemplo, professor habilitado em música e arte; alinhando outras estratégias e objetivos, ampliando o currículo do mesmo, como objetivar o reforço escolar no mesmo.</p> <p>Proposta 26: Tempo integral:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- que o professor regente da turma e de educação física não fiquem responsáveis por conteúdos como música sem conhecimento específico, podendo este professor ser contratado para trabalhar em mais de uma escola;</li><li>- na formação das turmas do tempo integral não sejam pares, dando condições as escolas de ofertarem o tempo integral de acordo com sua demanda;</li><li>- na formação do quadro de funcionários da escola os alunos sejam contados para todos os quadros da</li></ul>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>escola como pessoal da secretaria, supervisor pedagógico.</p> <p>Proposta 30: Viabilizar as turmas do aprofundamento de estudos, após a avaliação diagnóstica em fevereiro-março, visando um melhor aproveitamento das intervenções pedagógicas (Proeti)</p> <p>Proposta 35: Criação do monitoramento on line das turmas do programa educação em tempo integral, com capacitação dos professores mediante as dificuldades apresentadas.</p> <p>Proposta 39: Autorizar o funcionamento de turmas de aprofundamento de estudo com menos de 25 alunos e designar professor com perfil para essa atividade.</p> <p>Proposta 54: Ampliar o número de alunos na educação em tempo integral, inclusive acelerando o processo de contratação de estagiários para ajudar no mesmo.</p> <p>Incentivar o trabalho com esses alunos não somente sanando dificuldades em conteúdos, mas fazendo um trabalho para a vida, moral, ético e disciplinar.</p> <p>Nota-se que existem alunos que precisam</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>aprender até mesmo como sentar-se à mesa e manusear o talher.</p> <p>Proposta 59: Ampliar o quadro de pessoal do Programa Educação em tempo Integral e oferecer formação continuada para todos os agentes educacionais do programa (gestores da SRE, escolas, professores).</p> <p>Justificativa: Existe a necessidade de ampliar os recursos humanos nas escolas pra o efetivo suporte aos professores, tendo em vista a situação de escolas menores que raramente tem oportunidade de ampliar o quador de pessoal, em razão do número reduzido de alunos.</p> <p>Proposta 5: Os profissionais designados para atuar no Proeti estão desqualificados.</p> <p>Proposta 7: De acordo com a atual proposta, o projeto está perdendo o foco em relação aos anos anteriores, por ser um projeto de grande importância nas escolas mineiras, deveriam rever questões como: - número de alunos; - carga horária de</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>professor alfabetizador; - perfil para os professores do projeto; - mais recursos humanos para o projeto. Proposta 10: Os professores regentes de turma e professor de educação física trabalham com os alunos nos horários pré-estabelecidos no plano curricular, mas não tem quem trabalhe com os alunos depois que esses professores vão embora. Principalmente no horário do almoço 12h as 13h. Atualmente, nesse intervalo, a diretora fica com uma turma de 50 alunos e a vice-diretora com outra de 50 alunos.</p> <p>E nas sextas-feiras quem fica com os alunos no horário do módulo? A professora eventual está desenvolvendo os planos do PIP 1 e, as vezes, tem que cobrir professora que entrou de licença saúde. Nós que estamos trabalhando, educando, orientando o aluno, estamos muito preocupados.</p> <p>Proposta 24: A contratação de profissionais que não correspondem ao perfil do trabalho proposto</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>do PROETI, e que repetem práticas tradicionais do ensino regular, tem obstruído a eficácia do programa, gerando abandono dos alunos. Proposta 25: Auxiliar o reforço escolar no contraturno, objetivando atividades diferenciadas artísticas e culturais, tornando o ambiente escolar prazeroso e atrativo para os educandos que frequentam o mesmo. Proposta 26: Ampliar o atendimento da demanda e aumentar a qualidade do trabalho e tornar o projeto mais atrativo para os alunos. Proposta 30: As turmas do aprofundamento de estudos no 9º ano do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio terão mais consistência pedagógica se estiverem vinculadas a uma proposta pedagógica contínua, com monitoramento das ações em tempo real. Proposta 35: Proposta 39: Escolas de pequenos municípios ficam prejudicadas por não conseguirem a demanda exigida pela See/MG e por não ter professor efetivo. Proposta 54: .Melhorar o nível de ensino, .Melhorar a postura do</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						aluno .tornar cidadãos preparados para a vida Proposta 59: Reclamação de todas as escolas em relação ao horário do almoço e lacunas na formação oferecida.						
1674	Pela aprovação	() -, Associação Comunitária Social Cultural Desportiva - ASCD (Belo Horizonte) - Aparecida Maria Martins Pereira, Escola Estadual José Marciano Brandão (Lagoa Formosa) - Sandra de Oliveira Braga, Sindicato dos Técnicos Agrícolas - Sintamig/MG (Belo Horizonte) - Graciele Mendes Trindade	1 - Rede de Educação e Desenvolvime nto Humano	3 - MELH OR EMPR EGO	GESTÃO DO PROGRA MA DE DESENV OLVIMEN TO DA EDUCAÇ ÃO PROFISSI ONAL (PEP)	(Outros) Proposta 3: Criar nos cursos de educação profissionalizante programas específicos para os alunos das escolas da zona rural ou pequenas cidades.  Proposta 254: Que possamos ter mais escolas com técnicas agrícolas, como fiz o primário x fundamental restante em BH - em Frei Inocência - MG. Viemos para a capital aos 14 anos, ou seja, a 40 anos, pois meu pai policial militar, reformou, então continuei escola normal no Colégio Tiradentes - 5º BPM. Na Conferência de Cidades, CERTIFICADO, me coloquei à disposição de ajudar no plantio de ervas medicinais e flores para contenção do adensamento do solo.  Proposta 294: Abertura de escolas agrotécnicas.  Justificativa:	<b>12</b> – EDUCAÇÃ O	363 – ENSINO PROFISSIO NAL	REQUERIMENTO - `A SEE, solicitando a ampliação de vagas para educação profissional no campo, no âmbito do PEP. - À SEE, solicitando prioridade para a implantação das oficinas de empregabilidade nos municípios de pequeno porte, no âmbito da ação 4185, com as diretrizes do novo ensino médio, uma vez que não são atendidas pelo PEP. - À SEE, solicitando informações sobre os resultados do grupo de trabalho de educação no campo, especificamente no que diz respeito à educação profissional.	-----	----	-----

						<p>Proposta 3: Os cursos de educação profissionalizante deveriam ter programas específicos para alunos de escolas de zona rural ou pequenas cidades de maneira a capacitá-los para trabalhar e permanecer na sua cidadezinha, no seio da família, evitando a saída para as grandes cidades em busca de oportunidades de trabalho. Seriam produtivos e fariam produtivos os seus pequenos terrenos.</p> <p>Proposta 254: Minha casa é no Barreiro onde tenho varanda, animais de estimação x codorna, plantas de todos os tipos, pitanga, vizinhos preservam o ambiente. O Barreiro aos 156 anos é um sonho, próximo à Serra do Rola Moça. Aponta para áreas como o parque das águas, um verdadeiro paraíso.</p> <p>Proposta 294: Os técnicos agrícolas formados em suas regiões tem como objetivo melhorar os recursos do meio em que vivem.</p>						
1675	Pela aprovação	() -, Escola Estadual Professor Chaves (Uberaba) - Ariana de Oliveira Souto,	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - EDUCAÇÃO PARA	PROGRAMA DE INTERVENÇÃO	(Outros) Proposta 4: Contratar um professor para desenvolver o PIP 1.	12 – EDUCAÇÃO	361 – ENSINO FUNDAMEN	EMENDA AO PPAG E REQUERIMENTOS - Emenda ao PPAG, na ação 4187, com alteração da finalidade para:	82	-	



	Escola Estadual Sen Camilo Chaves (Ituiutaba) - Márcia Maria José Martins Andrade, Superintendência Regional de Ensino (Monte Carmelo) - Douvânio de Oliveira Gomes, Superintendência Regional de Ensino (Monte Carmelo) - Marta Soares Cardoso, Superintendência Regional de Ensino (Patrocínio) - Rita de Cassia Costa Maia, Superintendência Regional de Ensino (Uberaba) - Cacilda Elaine Torquato Winter, Superintendência Regional de Ensino (Uberaba) - Eliete Botelho Castro Borges, Superintendência Regional de Ensino (Uberaba) - Eliete Botelho Castro Borges, Superintendência Regional de Ensino (Uberaba) - Gleisson Marques Gonçalves Costa, Superintendência Regional de Ensino (Uberaba) - Roberto Gonçalves da Silva, Superintendência Regional de Ensino (Uberlândia) - Wagner Lemos de Rezende		CRES CER	<p>PEDAGÓGICA - ENSINO FUNDAMENTAL - PIP/EF</p> <p>Proposta 12: Alterar Ação 4187: unidade orçamentária e produto unidade de medida:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Unificação de equipes do PIP em todos os discursos oficiais;</li> <li>- Definir apenas um gerente para o PIP Ensino Fundamental e dois coordenadores para o PIP/ATC e PIP/CBC;</li> <li>- Contemplar deslocamento dos analistas no Município-sede;</li> <li>- Ampliar o quadro de pessoal da escola contemplando um professor recuperador para o PIP.</li> </ul> <p>Proposta 13: Elaborar e efetivar um instrumento direcionado para orientação do trabalho e monitoramento das escolas mensalmente. Sugestão de instrumento on line que contenha a base de dados já disponibilizado pelo SIMADE e com as ações a serem desenvolvidas mês a mês em todas as escolas acompanhadas pela equipe do PIP-CBC, ou seja PIP II.</p> <p>Proposta 21: Reservar recurso financeiro para o Plano de Intervenção</p>		TAL	<p>MELHORAR A EFICIÊNCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR MEIO DE INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS - monitoramento das ações, capacitação de professores, elaboração de materiais específicos e cronograma de atividades - QUE GARANTAM A ELEVAÇÃO DOS ÍNDICES DE DESEMPENHO DOS ALUNOS NA ALFABETIZAÇÃO E NOS DIFERENTES COMPONENTES CURRICULARES DO 4º AO 9º ANO, COM FOCO EM LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- À SEE, solicitando,</li> <li>- estudos para o enfrentamento das substituições de professores nas escolas, com apresentação de alternativas institucionalizadas para esse problema;</li> <li>- estudos de viabilidade de se implantar procedimento semelhante ao PIP, adaptado ao ensino médio.</li> </ul>			
--	---	--	----------	--	--	-----	--	--	--	--

					<p>Pedagógica - ensino fundamental - destinado ao professores (inicialmente de língua portuguesa e matemática), para a compra de material escolar, jogos pedagógicos, livros e outros produtos que venham colaborar com as intervenções de cada conteúdo. Os professores prestariam conta dos recursos à caixa escolar.</p> <p>Proposta 45: Alteração de finalidade e regionalização da ação 4187: - Em relação ao sistema de avaliação externa Simave e PIP, sugerimos como ação sistemática prioridade ao Proeb como aquela que é dada ao Proalfa, ou seja, ações durante o ano todo: monitoramento, capacitações, cronograma, material específico e outros.</p> <p>Proposta 56: Estender o PIP para o ensino médio e, por meio das intervenções pedagógicas, garantir a elevação dos índices de desempenho dos alunos.</p> <p>Justificativa: Proposta 4: Atualmente o professor eventual</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>atende três situações, que podem ser simultâneas: PIP, licenças, módulo de tempo integral. A professora eventual, está na escola para eventualidades. Ela tem que desenvolver o PIP 1, mas quando uma professora entra de licença saúde, a eventual é quem fica na sala de aula até a contratação de outra professora. Como poderá atender o PIP 1, tempo integral e licença saúde simultaneamente? É angustiante para a direção da escola lidar com essa situação.</p> <p>Proposta 12: No discurso das autoridades está sempre separando o PIP 1 do PIP 2.</p> <p>Proposta 13: - Melhorar a otimização do tempo e a ampliação da qualidade dos serviços prestados pela equipe de analistas do PIP; - Alinhamento das ações realizadas em tempo real, considerando que nem todos os analistas do PIP II tem formação específica em Pedagogia, lembrando que a formação da equipe do PIP II é composta por</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>professores dos oito conteúdos do ensino fundamental.</p> <p>Proposta 21: Já existe nas escolas recurso que poderia ser utilizado para esta finalidade. No entanto, na maioria delas alguns professores usam seus próprios recursos para custear despesas com esses materiais pedagógicos.</p> <p>Proposta 45: As ações sugeridas acima podem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, melhora significativa no desempenho dos alunos, elevação dos níveis de desempenho das instituições de ensino; melhora das relações interpessoais dentro e fora da escola e fortalecer os alunos diante da alta vulnerabilidade social.</p> <p>Proposta 56: Para dar continuidade ao trabalho dos analistas e professores do ensino fundamental, concluindo no ensino médio.</p>						
1676	Pela aprovação	() -, () -, () -, () -, () -, () -, () - Antonio Machado da Silva, () - Dinéia Aparecida Domingues, () - Ises Maria Gomes Cintra, Conselho Regional do Serviço Social -	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - EDUCAÇÃO PARA CRESCER	(Outros) Instituir em cada município uma equipe multidisciplinar para atender alunos e famílias com necessidade de atendimento educacional	12 – EDUCAÇÃO	243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	EMENDA AO PPAG e REQUERIMENTOS Restaurar a ação 4034 - Rede de Acompanhamento Social nas Escolas - com regionalização Central e Alto Paranaíba , com meta física 1 e meta financeira de R\$100.000,00 por região (total R\$200.000,00) -	83	524-0	Ação Nova: R\$ 200.000,00

		<p>CRESS 6ª Região (Belo Horizonte) - Maíra da Cunha Pinto Colares, Escola Estadual Abílio Caixeta Queiroz (Patos de Minas) - Maria das Graças Lemos, Escola Estadual Abílio Caixeta Queiroz (Patos de Minas) - Maria das Graças Lemos, Escola Estadual Adelaide Maciel (Patos de Minas) - Francisca Natalia Nunes Borges, Escola Estadual Coronel Cristiano (Lagoa Formosa) - Maria Isabel Ferreira Machado, Escola Estadual Dr. Eduardo Montandon (Araxá) - Maria América de Fátima Moura, Escola Estadual Marcolina de Barros (Patos de Minas) - Maria de Fátima Landim Alves e Goulart, Escola Estadual Ordália Rocha Mundim (Monte Carmelo) - Andrea Maria Ferreira, Escola Estadual Padre José André Caldeira Coimbra (Presidente Olegário) - Sebastiana Aparecida Moreira, Escola Estadual Professor Luiz Antônio Corrêa de Oliveira (Araxá) -</p>			<p>especializado, que possa diagnosticar as reais condições desses alunos com dificuldade de aprendizado. Essa equipe será integrada por médico, psicólogo, psicopedagogo e assistente social.</p> <p>Proposta 11: Criar nas escolas públicas o NAP - Núcleo de Atendimento Psicológico - de apoio aos educandos e funcionários das escolas e ainda com equipe multidisciplinar - orientador, assistente educacional e, se possível, outros.</p> <p>Proposta 17: Incluir um psicólogo e um assistente social para auxiliar a família.</p> <p>Proposta 34: Necessitamos de implementação de profissional habilitado em psicologia ou assistente social.</p> <p>Proposta 36: Que seja viabilizado para as escolas profissionais na área de psicologia e orientação. Principalmente para as escolas de anos iniciais. Numa sociedade tão carente e "desorientada", um profissional para apoiar o trabalho da escola, e</p>		<p>manter os demais atributos. Requerimentos, com solicitação de retorno para a ALMG.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- à SEE, solicitando estudos de viabilidade de incorporar profissionais das áreas de psicologia e assistência para colaborar no programa;</li> <li>- à Sedese, solicitando estudo de viabilidade de implementação de incentivo aos municípios que instituírem equipe no CRAS para realizar o acompanhamento social nas escolas.</li> </ul> <p>OBS.: na classificação da dotação orçamentária, classificar função Educação e Sub-função Assistência à Criança e ao Adolescente.</p>			
--	--	---	--	--	---	--	---	--	--	--

		<p>Eleina Martins de Andrade, Escola Estadual Zico Mendonça (São Gonçalo do Abaeté) - Elizeu Nogueira de Carvalho, Escola Municipal Atanásio Couto (Francisco Badaró) - Paulo César Silvano, Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte) -, Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte) -, Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte) - Joyce Terezinha Vieira Cota, Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte) - Joyce Terezinha Vieira Cota, Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte) - Joyce Terezinha Vieira Cota, Oficina de Imagens - Comunicação e Educação (Belo Horizonte) - Maria Alice da Silva, Superintendência Regional da Fazenda (Uberaba) - Celia Regina Donato Caetano,</p>			<p>isso influenciará muito a aprendizagem e a construção do nosso aluno.</p> <p>Proposta 44: Inclusão de um assistente social no quadro de pessoal das escolas estaduais.</p> <p>Proposta 52: Proponho a contratação de profissionais da área de saúde (psicólogo ou psicopedagogo) para atender aos casos graves de abuso infantil, principalmente por parte de familiares.</p> <p>Proposta 53: Contratar uma equipe multifuncional, com um representante de cada setor. O professor tem que cumprir o currículo básico comum. É difícil para o professor conhecer a realidade dos alunos. Precisa-se de psicopedagogos, psicólogos e até assistente social</p> <p>Proposta 123: Retornar com a ação "Acompanhamento Social nas Escolas", com as metas físicas e financeiras de 2012.</p> <p>Proposta 125: Criar ação nova que implemente equipe multiprofissional de apoio nas unidades escolares para o atendimento</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

		<p>Superintendência Regional de Ensino (Paracatu) - Andrea Pimentel Álvares Campos, Superintendência Regional de Ensino (Patos de Minas) - Flávia de Cássia Rodrigues Oliveira</p>			<p>educacional de alunos do ensino fundamental com deficiência. Proposta 129: Retornar com a ação "Rede a Acompanhamento Social nas Escolas".</p> <p>Proposta 154: Incluir ação nova, no Programa 271 - Melhoria da Educação Básica -, que vise o apoio de equipe multiprofissional nas unidades escolares para o atendimento educacional de alunos do ensino médio com deficiência.</p> <p>Justificativa: As escolas não contam com profissionais aptos para definir quais deficiências ou limitações os alunos possuem, que os impede de aprender no ensino regular. Proposta 11: Diante da realidade de problemáticas relacionadas à violência, indisciplina e a demanda de situações relacionadas à orientação vocacional, perspectiva da iniciativa e encaminhamento para o trabalho, é necessária a atenção às questões que oportunizam a melhor fomentação das orientações direcionadas aos</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						<p>alunos dentro das escolas. Proposta 17: O psicólogo irá auxiliar o aluno quando o mesmo apresentar distúrbios de aprendizagem ou interfira na aprendizagem. O psicólogo poderá estender este apoio à família, já que hoje a família apresenta-se muitas vezes sem estrutura. O assistente social irá permear ações de auxílio junto a essa família. Uma equipe multidisciplinar poderá auxiliar com maior eficácia, já que o foco é o aluno com prioridade de alfabetização e letramento. Proposta 34: O profissional citado atuará dentro da escola como grande apoio em melhorar a aprendizagem do aluno, uma vez que a necessidade de assistir a vida afetiva e intelectual contribuindo na disciplina, desenvolver trabalho quanto os problemas sociais (drogas e prostituição, gravidez na adolescência, evasão e repetência e conflitos familiares). trabalhar com ensino médio com orientação vocacional. Proposta 36: A observação da realidade e a necessidade é "visível"</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



					<p>e "gritante". Proposta 44: O assistente social no quador das escolas se justifica para trabalhar a família do aluno evadido e os conflitos familiares e sociais que afetam a aprendizagem dos alunos. Outra questão que prejudica o desempenho escolar dos alunos é o trabalho infantil escravo e crianças nos faróis, que fogem a competência dos educadores na abordagem das famílias dessas crianças. O assistente social educacional atua com os educadores na mediação desses problemas em prol da aprendizagem e a integralidade da educação. Proposta 52: Hoje nos deparamos nas escolas com vários casos de psicoses que já são comuns em várias classes sociais e que é maior ainda nas classes menos favorecidas. Proposta 53: Conter evasão escolar, violência na escola e falta de aprendizagem. Proposta 123: A proposta é mais uma medida com a finalidade de implementação da Lei nº 16.837/2007. Proposta 125: Assegurar, nas</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						<p>unidades escolares do ensino fundamental, recursos humanos necessários à educação inclusiva, mediante parcerias nas áreas de educação, saúde, assistência social e outras afins, para o atendimento educacional de alunos com deficiência.</p> <p>O Estado deverá apoiar, também, os municípios para que a ação contemple as redes municipais de ensino. Proposta 129: A ação não deve ser excluída. Tem origem em emenda popular. Explicitada no PPAG, garante recursos, visibilidade e monitoramento. Deve abranger, também, o ensino fundamental.</p> <p>Proposta 154: Assegurar, às unidades escolares do ensino médio, recursos humanos necessários à educação inclusiva, mediante parcerias nas áreas de educação, saúde, assistência social e outras áreas afins, para o atendimento educacional de alunos com deficiência.</p>						
1677	Pela aprovação	() -, () -, () - Ivone Ribeiro da Silva Borges, Escola Estadual Dr. Eduardo Montandon (Araxá) - Maria América de Fátima Moura,	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	17 - PRÓ-ESCOLA	GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA ESTADUAL	(Outros) Rede física, adquirir terreno nas proximidades da escola, para construção de quadra coberta em ampliação do pátio da escola.	12 – EDUCAÇÃO	361 – ENSINO FUNDAMENTAL	REQUERIMENTOS - À SEE, solicitando priorização para implantação de quadras cobertas em Escolas com PROETI, no cumprimento do cronograma de implantação de quadras cobertas previsto no Plano Decenal de	----	----	-----

		<p>Escola Estadual Elias de Moraes (Monte Carmelo) - Názara Maria Naves S. Borges, Rotary Club de Ituiutaba (Ituiutaba) - Marluce Alves Ferreir Justino, Superintendência Regional de Ensino (Monte Carmelo) - Fausto Reis Nogueira</p>		<p>L DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL</p>	<p>Proposta 29: Alteração da Ação 4593: Agilizar o processo de contenção de escolas novas que não possuem prédio próprio. Proposta 38: Rever o processo de descentralização, autorização ou demanda para melhorias ou reforma da rede física das escolas. É preciso muito mais agilidade no processo, e principalmente uma "independência" da "vinculação política", uma vez que nem todos os diretores têm acesso ou conhecem um político que possa ajudá-los. Tem que ser democrático e justo. Proposta 51: Que toda escola que tem o tempo integral deveriam ter quadra coberta e refeitório completo e curso de oficinas básicas para alunos do projeto. Proposta 60: Agilizar e priorizar a liberação dos recursos para reforma da Escola Estadual Lia Salgado, de Araxá.</p> <p>Justificativa: A Escola Estadual Dias de Moraes não tem espaço para construção de quadra, apenas um pequeno pátio sem cobertura, onde</p>		<p>Educação do Estado. - à SEE, solicitando agilidade no atendimento à demanda por reforma na Escola Estadual Lia Salgado, em Araxá, e para construção de quadra e cobertura do pátio da Escola Estadual Elias de Moraes, em Monte Carmelo; - à SEE, solicitando gestão para a transferência de terreno pertencente ao DER/MG, em Estrela do Sul, para a construção da Escola Estadual de Dolearina, no Município de Estrela do Sul, que funciona atualmente em prédio da Prefeitura, junto a uma escola municipal.</p>		
--	--	---	--	---	---	--	---	--	--

					<p>acontecem as aulas de educação física e recreação. A escola conta hoje com quase 600 alunos em turmas regulares, turmas de PAV, turmas do Proeti e salas de recurso com o AEE. Para melhorar a qualidade das aulas e atender a demanda da escola é necessária uma quadra coberta ou pelo menos um pátio coberto. Proposta 29: A E. E. de Dolearina, no Município de Estrela do Sul, funciona em prédio da prefeitura em regime de coabitação com escola municipal, em prédio em PÉSSIMAS condições, que está dependendo da transferência de um terreno abandonado pertencente ao DER/MG para a SEE/MG. Proposta 38: A observação de escolas que mesmo em situação precária não conseguem uma reforma e em contrapartida outras recebem com mais frequência. É preciso maior critério ao avaliar as necessidades. Proposta 51: Estes alunos estão em situação de risco. Na minha escola temos quatro turmas do tempo integral e nesta escola tem nove anos que não ganhamos nada de construção,</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						<p>não temos refeitório, quadra, banheiros apropriados para este programa do tempo integral. Sabendo que a comunidade da nossa região de pendem do T. I. para trabalharem</p> <p>Proposta 60: Existe um desvio entre SRE e SEE, um joga para o outro. Enquanto uma escola recebe recurso para reformar tudo, a outra só recebe um pequeno recurso para reformar banheiros. A diretora cobra, corre atrás, mas parece politicagem. Enviei uma planilha em 2006, cobrei o tempo todo. Me devolveram a mesma em 201. O telhado da escola está precário e escola fica feia, necessita de reforma geral.</p>						
1678	Pela aprovação	( ) - Maria do rosário Freitas, Escola Estadual Marcolina de Barros (Patos de Minas) - Maria de Fátima Landim Alves e Goulart, Escola Estadual Marlene Martins Reis (Pratinha) - Eliete Aparecida Martins Borges, Escola Estadual Padre Clemente de Maleto (Campos Altos) - Magda Maria Fuquisato da Silva, Superintendência	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	3 - MELHOR EMPREGO	GESTÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (PEP)	(Outros) Possibilitar a abertura de cursos técnicos profissionalizantes em municípios com menos de 50 mil habitantes. Proposta 14: Educação Profissional - PEP 4605 - Gestão do Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional Sugestão para uma qualificação profissional de melhor qualidade, juntamente com a geração de emprego e renda. Parceria entre SEE e	12 – EDUCAÇÃO	363 – ENSINO PROFISSIONAL	<p>REQUERIMENTO</p> <p>- À SEE, ao MEC e à Sete, esforços para a articulação do PEP e dos Ietec's com o Rede Mineira do Trabalho, com vistas a promover a inserção no mercado de trabalho dos alunos provenientes do PEP.</p> <p>- À SEE, estudo da viabilidade para a implementação das atividades do Programa Educacional de Atenção ao Jovem - PEAS - em todas as escolas em que é desenvolvido o Projeto Acelerar para Vencer.</p> <p>- À SEE, solicitando prioridade para a implantação das oficinas de empregabilidade nos municípios de pequeno porte, no âmbito da ação Reinventando o Ensino Médio, uma vez que não são atendidas pelo PEP.</p>	----	----	-----

		<p>Regional de Ensino (Ituiutaba) - Cícero Aparecido Coimbra, Superintendência Regional de Ensino (Patos de Minas) - Maria Célia de Oliveira</p>			<p>associações comerciais para a absorção de mão de obra formada no PEP.</p> <p>Proposta 31: Ao invés de disponibilizar recursos para as escolas técnicas particulares, disponibilize os recursos para as escolas estaduais oferecerem os cursos no turno noturno.</p> <p>Proposta 41: Ampliar as vagas e implantar cursos técnicos profissionalizantes em cidades que tenham demanda.</p> <p>Proposta 48: Realização de oficinas profissionalizantes para alunos das turmas de do Projeto Acelerar para Vencer - PAV, especialmente para os que estão encerrando o curso.</p> <p>Proposta 62: Aos alunos matriculados no Programa - PEP, criar uma ferramenta de matrícula, concomitante, no canal Saúde - moodle, para fazer cursos on-line de forma que, além de um curso técnico, o aluno possua também, conhecimento em determinadas áreas de formação.</p> <p>Justificativa: Nossos alunos são obrigados a se dirigirem às cidades</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>mais próximas para cursarem o PEP e outros cursos oferecidos em escolas estaduais. Temos demanda, espaço físico, profissionais e não temos autorização para abertura de cursos "escolhidos" pelos nossos alunos.</p> <p>Proposta 14: Nas escolas estaduais que trabalham com a educação profissional, receber apoio da SEE através da integração e participação dos CDLs, clubes, associações comerciais e de serviços, sindicatos e prefeituras no sentido de parcerias para viabilizar a absorção desses alunos. Se houver uma implementação através da SEE, acredito que aumentará a questão de emprego e renda. Não esquecendo que o aluno do curso profissional pode atuar numa área de atuação enorme.</p> <p>Proposta 31: As escolas estão com salas ociosas. Sabemos que as técnicas particulares estão tendo recursos com abundância e economizam com material para os alunos.</p> <p>Proposta 41: Em município onde tem uma população menor os alunos tem que se</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						<p>deslocar para outras cidades para fazer os cursos técnicos, sendo que em suas cidades de origem existe clientela, espaço físico e demanda suficiente para a abertura de cursos. Proposta 48: Estes alunos geralmente estão em situação de vulnerabilidade e risco social. o fato de estarem no PAV indica esta situação. Precisam sair da ociosidade. Proposta 62: Muitas vezes ao designar um servidor, para atuar como ATP - Assistente Técnico da Educação Básica, ele possui um diploma de curso técnico, mas não tem nenhum conhecimento para atuar em escolas. Seria uma maneira de engajá-lo no mercado de trabalho seja público ou privado.</p>						
1679	Pela aprovação	Superintendência Regional de Ensino (Ituiutaba) - Carla Ribeiro de Lima Paranaíba	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - EDUCAÇÃO PARA CRESCER	<p>(Outros) Elaboração e distribuição de material didático (apostilas) para os alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, direcionadas ao trabalho dos professores que atendam esses alunos, de acordo com as matrizes curriculares adotadas pelo Estado.</p> <p>Justificativa: O Programa Nacional</p>	12 – EDUCAÇÃO	128 – FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	<p>REQUERIMENTO - à See/MG, solicitando que seja providenciada a elaboração de material de apoio pedagógico para que o professor possa implementar os conteúdos básicos comuns e da parte diversificada conforme disposto nas resoluções da Secretaria que tratam das matrizes curriculares. (caso o caderno de boas práticas não atenda)</p>	-----	----	-----	



					do Livro Didático tem sido para o professor o único instrumento orientador e organizador de seus trabalhos, desviando sua ação da proposta do Estado quanto às matrizes curriculares adotadas, o que vem justificando a rejeição do livro didático. Considerando que esse material precisa ser também e, antes de tudo, "adotado" pelas escolas estaduais, sua utilização deve ser monitorada até a decisão de sua implementação definitiva ou não, conforme análise do monitoramento e dos resultados das avaliações externas.						
1680	Pela rejeição	() - Romario Gerson Galdino	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	17 - PRÓ-ESCO LA	(Outros) Plano de orientação pedagógica mais inteligente e satisfatório, com padronização da maneira de se transmitir conhecimento com variáveis e alcançar a satisfação e bem estar de todos os envolvidos na educação, incluindo equipe psicológica, e promovendo palestras motivacionais periódicas e incisivas sobre DST, primeiros socorros, empreendedorismo, normas de conduta.  Justificativa:			REJEIÇÃO			

						É preciso preparar nossos jovens para o futuro e trabalhar a motivação de todos os envolvidos na educação.						
1681	Pela aprovação	Superintendência Regional de Ensino (Uberlândia) - Wagner Lemos de Rezende	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	17 - PRÓ-ESCOLA		(Outros) Criação de um cargo de assessor jurídico (concurso público) dentro das Superintendências Regionais de Ensino.  Justificativa: Atender a grande demanda de processos judiciais e administrativos.	12 – EDUCAÇÃO	122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	REQUERIMENTO - à See/MG para proceder aos estudos sobre a viabilidade criação de cargo de assessor jurídico nas Superintendências Regionais de Ensino, com provimento via concurso público.	----	----	-----
1682	Pela aprovação	Escola Estadual Marlene Martins Reis (Pratinha) - Eliete Aparecida Martins Borges, Superintendência Regional de Ensino (Monte Carmelo) - Susie Adriane Silva Pereira	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	17 - PRÓ-ESCOLA		(Outros) A composição nos quadros das escolas estaduais do profissional técnico ou analista em informática. Proposta 32: Designar um profissional para trabalhar no laboratório de informática.  Justificativa: Existe necessidade de manutenção das máquinas/equipamentos dos laboratórios de informática das escolas.  Proposta 32: Precisamos de um profissional para assessorar alunos e professores na E. E. Marlene Martins Reis.	12 – EDUCAÇÃO	128 – FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	REQUERIMENTO - À SEE, solicitando ampliar o programa de capacitação em informática dos professores e aumentar o quadro profissionais de informática para realizar manutenção dos equipamentos dos laboratórios de informática das escolas estaduais, conforme previsto na Lei nº 19.481, de 2011, que institui o Plano Decenal de Educação do Estado.	----	----	-----
1683	Pela aprovação	( ) -, ( ) -, ( ) - Romario Gerson Galdino	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	271 - MELHORIA		(Outros) Promover durante as férias de janeiro uma olimpíada	12 – EDUCAÇÃO	361 – ENSINO	REQUERIMENTO À SEE, solicitando estudo de viabilidade da promoção de			

			nto Humano	DA EDUC ACÃO BÁSIC A		de conhecimento de Minas Gerais com os alunos de maior desempenho escolar de cada Município selecionados para participar da olimpíada.  Justificativa: É preciso preparar nossos jovens para o futuro e trabalhar a motivação de todos os envolvidos na educação.	O	FUNDAMEN TAL	Olimpíada do Conhecimento, no período escolar, como etapa estadual da brasileira.	----	----	-----
1684	Pela aprovação	() - Ivone Ribeiro da Silva Borges, Escola Estadual Marcolina de Barros (Patos de Minas) - Maria de Fátima Landim Alves e Goulart, Escola Estadual Professor Luiz Antônio (Araxá) - Zulma Moreira de Melo	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - EDUCACÃO PARACRES CER		(Outros) Proponho que as escolas com mais de 1.000 alunos sejam contempladas com um Diretor Administrativo e um Diretor Pedagógico. Proposta 55: Designar professores para atuarem nas bibliotecas e como professores eventuais nas escolas com 13 turmas nos dois turnos (escolas consideradas pequenas). Proposta 61: Disponibilizar um professor específico para atendimento no laboratório de ciências, auxiliando o professor de turma. Proposta 61: Disponibilizar um professor específico para atendimento no laboratório de ciências, auxiliando o professor de turma.  Justificativa: Administrar escolas	12 – EDUCACÃO O	122 – ADMINISTRACÃO GERAL	REQUERIMENTO À SEE, solicitando estudo de viabilidade de atendimento às demandas por ampliação do quadro funcional das escolas, relativo a (com retorno para a ALMG): - um Diretor Administrativo e um Diretor Pedagógico, em escolas com mais de 1000 alunos; - um bibliotecário para a biblioteca escolar (profissional adequado); - professores eventuais nas escolas com 13 turmas nos dois turnos (escolas consideradas pequenas); - professor específico para atendimento no laboratório de ciências, auxiliando o professor de turma;	----	----	-----

						<p>com 1.500 e 2.300 alunos, tanto pedagogicamente, e administrar o financeiro, as construções, reparos e outras demandas é muito estressante para uma só pessoa. Os resultados seriam bem melhores. Aí sim alcançaríamos uma escola de excelência.</p> <p>Proposta 55: A escola não tem esses profissionais nos dois turnos e fica difícil desenvolver projetos de leitura e literatura com o profissionais apenas em um turno. O professor eventual atende as atividades do PIP, trabalhando no reforço para alunos com dificuldade.</p> <p>Proposta 61: Auxiliar o professor da turma, uma vez que é impossível ao professor se deslocar com 40 alunos para manipular tubos, produtos químicos e outros.</p> <p>A escola dispõe de laboratório bem equipado e que precisa ser mais utilizado.</p>						
1685	Pela aprovação	() - Selma Chaves Moreira Vargas, Escola Estadual Professor Luiz Antônio Corrêa de Oliveira (Araxá) - Eleina Martins de Andrade, Superintendência	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - EDUCAÇÃO PARA CRESCER	PROFESSOR DA FAMÍLIA	(Outros) Alteração do nome do programa Professor da Família para "Educação Acadêmica Integrada" ou "Escola Família" e contratação de assistentes sociais para acompanhamento das	12 – EDUCAÇÃO	243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	REQUERIMENTO - à SEE, solicitando: - estudo de viabilidade de alteração do nome da ação, uma vez que o termo "professor" para designar a ação carrega uma ideia incorreta sobre os profissionais que atuam no programa, bem como sobre sua função e sobre o escopo do projeto;	-----	----	-----

		Regional de Ensino (Monte Carmelo) - Susie Adriane Silva Pereira			<p>visitas nas escolas e residências. Proposta 27: Trazer o Professor da Família para Araxá.</p> <p>Proposta 46: Ampliação do número de municípios e escolas atendidas pelo programa Professor da Família.</p> <p>Justificativa: Os pais não estão preparados para um acompanhamento da vida escolar dos filhos. São desmotivados e não têm tempo para participar das aulas com o filho durante o dia. Para esses pais terem um preparo, seria interessante o retorno do mobral, mas com outro nome, mais moderno, trabalhando o que os alunos têm mais dificuldade: português (interpretação de texto) e matemática à noite, período este que os pais estão com mais disponibilidade e vão se sentir mais úteis.</p> <p>Proposta 27: Ajudar a escola a identificar os problemas sociais dos alunos, evitando a evasão escolar.</p> <p>Proposta 46: - Aumentar a participação dos pais dos alunos do ensino médio na vida escolar de seus filhos - ampliar e elevar o nível de escolaridade</p>		<p>- estudo de viabilidade de integração do projeto professor da família à rede de acompanhamento social nas escolas, promovendo uma única linha de ação para a integração com a rede socioassistencial.</p> <p>OBS.: a PLE 1676 já está solicitando a restauração da ação da rede de acompanhamento social, com meta para o Alto Paranaíba (dessa forma, não tem sentido solicitar professor da família para Araxá)</p>		
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--

						da população que deixou de estudar.						
1686	Pela rejeição	( ) -, ( ) - Paulo Cezar de Almeida, Escola Estadual Abílio Caixeta Queiroz (Patos de Minas) - Maria das Graças Lemos, Escola Estadual Adelaide Maciel (Patos de Minas) - Francisca Natalia Nunes Borges, Escola Estadual Coronel Cristiano (Lagoa Formosa) - Maria Isabel Ferreira Machado, Escola Estadual Maria de Magalhães (Araxá) - Antonio Ernani de Carvalho, Escola Estadual Padre José André Caldeira Coimbra (Presidente Olegário) - Sebastiana Aparecida Moreira, Escola Estadual Zico Mendonça (São Gonçalo do Abaeté) - Elizeu Nogueira de Carvalho, Superintendência Regional de Ensino (Monte Carmelo) - Marcia de Fatima Brito, Superintendência Regional de Ensino (Patos de Minas) - Flávia de Cássia Rodrigues Oliveira	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	240 - ATENDIMENTO AO ENSINO PROFISSIONAL		(Outros) Aplicação da bolsa para alunos do Pronatec com auxílio financeiro para os alunos se manterem nos cursos.  Justificativa: A bolsa para alunos do ensino médio seria um incentivo aos jovens para estudar com entusiasmo.			REJEIÇÃO			
1687	Pela aprovação	Escola Estadual José Marciano Brandão (Lagoa Formosa) -	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	240 - ATENDIMENTO AO ENSINO PROFISSIONAL		(Outros) Criação de bolsa-estudo para os alunos do ensino	12 – EDUCAÇÃO	363 – ENSINO PROFISSIONAL	REQUERIMENTO À SEE, solicitando informação sobre o impacto do poupança jovem na			

		Sandra de Oliveira Braga	nto Humano	NTO AO ENSIN O PROFI SSION AL		médio.  Justificativa: Alunos do ensino médio deveriam receber uma bolsa-estudo que viabilizassem sua permanência na escola, muitos saem por necessidades de trabalho para seu sustento ou de familiares.	O	NAL	redução da evasão e na melhoria do rendimento dos alunos atendidos.	----	----	-----
1688	Pela aprovação	( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) -, ( ) - Clever Alves Machado, ( ) - Dinéia Aparecida Domingues, ( ) - Ronaldo Antônio Pereira da Silva, Depart. de Estradas de Rodagem do Est.de MG - DER-MG (Belo Horizonte) - Andreia Cirina Barbosa de Paiva, Escola Estadual Abílio Caixeta Queiroz (Patos de Minas) - Maria das Graças Lemos, Escola Estadual Marcolina de Barros (Patos de Minas) - Maria de Fátima Landim Alves e Goulart, Superintendência Regional de Ensino (Monte Carmelo) - Marta Soares Cardoso, Superintendência Regional de Ensino (Uberaba) - Lindaura	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	17 - PRÓ-ESCOLA		(Outros) Formação continuada - maior investimento na formação dos professores da educação básica, em polos, com abrangência para todos os educadores e não apenas para os multiplicadores (tanto para a formação tecnológica quanto a de conhecimento científico). Proposta 18: 1. Proponho que as capacitações oferecidas para docentes sejam presenciais e que haja uma forma de avaliação a que se submetam e caso sejam reprovados nessa avaliação, impedidos de atuar por períodos determinados, até que sejam aprovados.  Proposta 28: Que se priorizem as áreas de Matemática, Física e Química com cursos de formação continuada e incentivo a essas áreas	12 – EDUCAÇÃO	128 – FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	EMENDA AO PPAG E REQUERIMENTOS - Emenda ao PPAG nas ações 1086 e 1087, acrescentando o nome Magistra; - Requerimentos, à SEE, solicitando: (ver anotações consultoria)	<b>84</b> <b>85</b>	-	

		Ferreira Vaz Barreto				<p>para que tenhamos maior número desses professores e que passem por avaliação anual, pois os mesmos estão escassos (estes cursos devem ser presenciais). Proposta 40: Dar continuidade na oferta do curso de mestrado profissional (parceria SEE/UFJF) expandido para o acesso de todos os profissionais da educação.</p> <p>Proposta 124: Incluir no PPAG e LOA o nome fantasia usado para dar visibilidade a uma ação. Por exemplo: incluir o nome Magistra na ação 1086. Proposta 155: Elaborar projeto estruturado, contínuo e permanente de capacitação de professores na área de educação para o trânsito. Proposta 157: Trabalhar nas salas de aulas, em virtude de diretriz estabelecida pela See/MG, o tema "educação para o trânsito" e, não apenas, visitas à transitolândia e outras ações esporádicas. Proposta 302: Nova ação: Realizar cursos de formação de professores do Estado de MG em educação para as relações étnico-raciais e para o ensino</p>							
--	--	----------------------	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--



					<p>de História e cultura afrobrasileira e africana.</p> <p>Finalidade; Educação para as relações étnico-raciais e promoção e implementação de políticas públicas de reparação e inclusão de negros, indígenas, ciganos e demais povos discriminados.</p> <p>Meta física: 3.000 professores Meta financeira: 300.000,00 Proposta</p> <p>329: - Implementação na rede estadual de educação das diretrizes curriculares nacionais para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e para a educação para as relações étnico-raciais</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Promover concurso de redação "Lélia Gonzales" , em parceria com a SEE e o Fórum de Educação e Diversidade Étnico Racial</li><li>- Realizar cursos de formação de professores para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira</li><li>- Elaboração das diretrizes curriculares estaduais para o ensino da história e cultura</li></ul>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>africana e afro-brasileira e para a educação para as relações étnico-raciais</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- mapeamento das ações de inclusão da temática negra na educação já em andamento nas escolas do Estado</li><li>- Promover encontro de professores e professoras para apresentação de experiências de implementação da Lei nº 10.639/2003</li></ul> <p>Proposta 460: Capacitar de forma permanente e continuada os profissionais da educação do ensino fundamental e médio no campo da educação para o trânsito, por meio de programas presenciais e à distância focados na promoção da cidadania, na garantia do direito de ir e vir e estar em segurança em espaços e vias públicas na legitimação de valores éticos e na preservação da vida.</p> <p>Meta financeira R\$1.000.000,00.</p> <p>Justificativa: As ações sugeridas acima podem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, melhora significativa no desempenho dos</p>					
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

					<p>alunos, elevação dos níveis de desempenho das instituições de ensino; melhora das relações interpessoais dentro e fora da escola e fortalecer os alunos diante da alta vulnerabilidade social.</p> <p>Proposta 18: 1. Um dos maiores problemas enfrentados nas escolas é o despreparo dos docentes. Não apresentam postura adequada diante dos alunos. Sendo assim, além de não ajudar, ainda atrapalham aqueles cuja postura é firme e correta, gerando o caos da desorientação que ora observamos.</p> <p>Proposta 28: Conseguir profissionais das áreas de matemática e física competentes está ficando difícil. Portanto essas áreas devem ser incentivadas. Além disso, há professores de química trabalhando em física por serem excedentes. Que os excedentes sejam remanejados para outra escola. Ou que os professores excedentes ou em ajustamento funcional na área de química trabalhem auxiliando os professores de ciência nos laboratórios.</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>Proposta 40: Necessidade de melhoria da formação dos educadores.</p> <p>Proposta 124: Maior visibilidade das ações de governo facilitando o controle social.</p> <p>Proposta 155: Considerando que os acidentes de trânsito são considerados um grave problema de saúde pública pela OMS; que as estatísticas registram altos índices de acidentes na faixa etária dos 5 aos 14 anos; e que a educação para o trânsito está prevista no CTB como conteúdo transversal, considero a proposta fundamental. Proposta 157: Considerando que os acidentes de trânsito são considerados um grave problema de saúde pública pela OMS; que as estatísticas registram altos índices de acidentes na faixa etária dos 5 aos 14 anos; e que a educação para o trânsito está prevista no CTB como conteúdo transversal, considero a proposta fundamental. Proposta 302: Implementar as diretrizes curriculares nacionais para o ensino de história e cultura africana e afrobrasileira e para a educação das relações</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						<p>étnico-raciais - Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Proposta 329: Implementar as diretrizes curriculares nacionais para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e para a educação para as relações étnico-raciais/ Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008. Proposta 460: Es proposta foi referendada no Ciclo de Debates Siga Vivo - Pelo fim da violência no trânsito realizado pela ALMG em reuniões ocorridas no Estado de MG, com a participação da sociedade. O Comitê Gestor de Trânsito, CGTRAN, que tem participação dos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito e entidades parceiras também apoia ações que objetivem introduzir o tema "trânsito" nas escolas mineiras.</p>						
1689	Pela aprovação	() -, () -, () -, () - Dinéia Aparecida Domingues, Assoc. Comunitária dos Moradores Comunidade Córrego Nacísio (Araçuaí) - Catilene Pereira Rodrigues, Câmara dos Deputados (Brasília) - Maria Izabel Vieira, Superint. Regional de Saúde - Secretaria	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - EDUCAÇÃO PARA CRESCER		(Outros) No reiventando o ensino médio, propomos que sejam oferecidos cursos na matriz curricular específica para atender aos alunos da zona rural. Proposta 65: Implantação do ensino médio na comunidade rural do Córrego do Narciso, município de Araçuaí.	12 – EDUCAÇÃO	362 – ENSINO MÉDIO	EMENDA AO PPAG e REQUERIMENTOS - Emenda ao PPAG na ação 1008 - alterar produto para escola atendida e a unidade de medida para "escola". Ajustar as metas físicas (Total 2.171), retirar a regionalização Estadual (ver a emnda encaminhada pela Seplag, com a regionalização) - Req. à SEE, solicitando informações sobre os encaminhamentos relativos às propostas do grupo de trabalho de educação no campo.	86	-	

		de Estado de Saúde (Uberlândia) -, Superintendência Regional de Ensino (Uberlândia) -, Superintendência Regional de Ensino (Uberlândia) - Wagner Lemos de Rezende			<p>Proposta 199: Alteração da unidade de medida da Ação 1008 - Reinventando o Ensino Médio - para "Escolas".</p> <p>Proposta 287: Construção de uma escola para ensino de nível médio no bairro Veneza, utilizando se for o caso recursos do programa Travessia.</p> <p>Proposta 206: Ampliar o número de escolas de ensino médio nas cidades da região metropolitana (para atender 100% da demanda, dispensando os municípios desta responsabilidade).</p> <p>Justificativa: Para manter o aluno no campo, dando oportunidade a ele de trabalhar com sua própria comunidade.</p> <p>Proposta 65: A comunidade está situada a 25 km da sede do município e a ausência do ensino médio tem obrigado as crianças que completam o ensino fundamental a se deslocarem para escolas muito distantes.</p> <p>Proposta 199: Maior coerência entre proposta e finalidade das ações. Proposta 287: Só existe uma escola nas proximidades do bairro</p>			- Req. à SEE solicitando estudo de viabilidade para a implantação das escolas de ensino médio demandadas para Córrego do Narciso, em Araçuaí, no bairro Veneza, em Ribeirão das Neves, e para atender a totalidade da demanda por ensino médio nos municípios da RMBH, com informação do resultado à ALMG.		
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--	--

						Veneza, onde os alunos que se formam no ensino fundamental são transferidos ou têm que ir para outros bairros. Proposta 206:						
1690	Pela aprovação	Escola Estadual Professor Luiz Antônio (Araxá) - Zulma Moreira de Melo	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	17 - PRÓ-ESCOLA		(Outros) Criação de unidade de Superintendência Regional de Ensino em Araxá, por meio do desmembramento da SRE Uberaba que hoje conta com 25 cidades. As cidades de Campos Altos e outras da mesma região, portanto mais próximas a Araxá, fariam parte da SRE Araxá.  Justificativa: Araxá conta hoje com 15 escolas estaduais que se destacam nos projetos e expectativas da SEE. É complicado e oneroso para o servidor se deslocar constantemente a Uberaba para resolver problemas funcionais ( licença, promoção e outros). Desestimula o trabalho e Araxá corresponde a todas as expectativas da SEE.	12 – EDUCAÇÃO	122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	REQUERIMENTO - Ao Governador, solicitando a implantação de SRE em Araxá, resultante do desmembramento da SRE de Uberaba.	-----	----	-----
1691		() -, () -, () - Elias Esteves Alves	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	40 - INVESTIMENTO COMPLETIVO PARA O FORT	PROMOÇÃO, ATRAÇÃO E A RETENÇÃO DE INVESTIMENTOS	(Outros) Parceria entre Governos municipais do Alto, Baixo e Médio Jequitinhonha com o Governo do Estado e Governo Federal para atração de indústrias no Vale do Jequitinhonha, por meio de isenção fiscal	22 – INDÚSTRIA	661 – PROMOÇÃO INDUSTRIAL	REQUERIMENTO, (anexar 1691 e 1802) - à Sedru e à Sede, solicitando o detalhamento dos estudos relativos às potencialidades econômicas da região Jequitinhonha/Mucuri, e a viabilização, se for o caso, de novos estudos sobre a VIABILIDADE DE INFRAESTRUTURA CUSTOMIZADA COM O	-----	----	-----

				ALECI MENT O E DIVE RSIFI CAÇÃ O DA ECON OMIA MINEI RA		parcial ou total.  Justificativa: Geração de emprego e renda.			OBJETIVO DE ORDENAÇÃO ECONÔMICA E ATRAÇÃO DE EMPRESAS para a mesma região.			
1692	Pela aprovação	() -, () -, () -, () - Marcus Vinicius Costa, Associação Arte Luz do Bairro Est. Luz (Itaobim) - Marlice Ornelas Lúcio, Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Wellington Gonçalves dos Santos, Instituto Sociocultural do Jequitinhonha - Valemais (Belo Horizonte) -	8 - Rede de Identidade Mineira	42 - DESTI NO MINA S	FESTIVAI S CULTURA IS	(Outros) Destinar recursos pra a realização do Festivale.  Proposta 111: Realização do Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha. Meta financeira: R\$1000.000,00 Proposta 215: Incluir no PPAG o Festivale, com meta física (1) e meta financeira (R\$300.000,00) específica. Proposta 230: Realização Festival de Cultura do Médio Mucuri no Município de Machacalis. Incluir em "Festivais Culturais" 100.000,00 na Região Jequitinhonha/Mucuri  Justificativa: Proposta 111: O evento é muito importante, pois se trata de um dos mais tradicionais de Minas Gerais. Ele congrega todos os tipos de manifestação cultural do Vale. O Festivale é um evento que	<b>13</b> – CULTURA	392 – DIFUSÃO CULTURAL	EMENDA À LOA  - Emenda à LOA na ação 4409, com R\$300.000,00 deduzidos da própria ação (carimbo), especificando o objeto do gasto para: R\$150.000,00 para o Festivale e R\$150.000,00, para o Festival do Médio Mucuri.  (Aguardar posicionamento da Solimar sobre a destinação dos recursos e das metas físicas, se já estão amarrados. Se estiver a emenda deverá ter acréscimo e não carimbo, com o conceito de restauração dos R\$ 600.000,00 aportados para 2012, mas não executados)	<b>87</b>	<b>525-8</b>	Alteração de Ação: R\$ 300.000,00



						<p>fortalece a diversidade cultural. Proposta 215: O Festivale acontece há 30 anos em diferentes cidades do Vale do Jequitinhonha. Esse evento, além das várias atrações culturais, é um centro de negócios do artesanato da região, sendo referência para todo o Brasil. Proposta 230: Propiciar, nos mesmos moldes do que já ocorre no Vale do Jequitinhonha com o Festivale, a realização de festival com os grupos de cultura e as prefeituras do Médio Mucuri, envolvendo os Municípios de Águas Formosas, Machacalis, Bertópolis, Santa Helena de Minas, Umburatiba, Crisolita, fronteira dos Vales e Pavão.</p>						
1693	Pela aprovação	() -, () -, Associação de Assistência aos Deficientes Visuais (Poços de Caldas) - Patrícia Chagas	2 - Rede de Atendimento em Saúde	237 - ATENÇÃO À SAÚDE	ATENDE SAÚDE	<p>(Outros) Incluir pessoas com deficiência para o atendimento nos serviços de Call Center - Atende Saúde, preferencialmente deficientes visuais.</p> <p>Justificativa: O campo de trabalho dos deficientes visuais é extremamente restrito. Como instrutora de atendentes de call center, conheço o potencial que o deficiente visual</p>	10 – SAÚDE	122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	<p>REQUERIMENTO</p> <p>- À SES, solicitando estudo de viabilidade da contratação de pessoas com deficiência para realizar o atendimento aos usuários das ações de saúde nos serviços de call center (Ação 1090 - Atende Saúde - e Ação 1174 - Viva Vida/Mães de Minas).</p> <p>- À Sete, solicitando informação sobre existência de atividades de qualificação para pessoas com deficiência em atendimento em call centres.</p>	----	----	-----

						apresenta para essa função. Peço a atenção da Assembleia de Minas na análise desta proposta.						
1694	Pela aprovação	Câmara Municipal de Varginha (Varginha) - Rogério Bernardes Bueno, Câmara Municipal de Varginha (Varginha) - Verdi Lúcio Melo, Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Alexandre Borges de Jesus, Hospital São Vicente de Paulo (Águas Formosas) - Forlan Souza Freitas, Hospital São Vicente Paulo (Araçuaí) - Marinalda Luiz Gonçalves	2 - Rede de Atendimento em Saúde	2 - SAÚDE INTEGRADA	IMPLANTAÇÃO DE HOSPITAIS REGIONAIS	(Outros) Incluir a região Sul na ação 1059 - Implantação de Hospitais Regionais, com assunção pelo Estado do Hospital Regional de Varginha, que hoje onera o município com investimentos anuais por volta de R\$ 3.000.000,00. Proposta 73: Reconhecer o Hospital Regional do Sul de Minas como entidade do Estado, incluindo-o na ação 1059 - Implantação de Hospitais Regionais. Proposta 122: Na região Jequitinhonha/Mucuri, aumentar de 0 para 1 a meta física e de 0 para R\$500.000,00 a meta financeira da Ação 4252 - Manutenção de Hospitais Regionais, nos anos 2013, 2014 e 2015. Proposta 128: Na região Jequitinhonha/Mucuri, aumentar de 0 para 1 a meta física e de 0 para R\$1.500.000,00 a meta financeira da Ação 4252 - Manutenção de Hospitais Regionais, nos anos 2013, 2014 e 2015. Proposta 167: Garantir convênio, por meio do	10 – SAÚDE	302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	EMENDA AO PPAG, EMENDA À LOA e REQUERIMENTO: - Emenda ao PPAG, acréscimo de 1 milhão na meta financeira no Sul de Minas, e de cem mil na meta financeira do Jequi/Mucuri, da 4308, para acréscimo de recursos no Pro-Hosp para o H. Regional do Sul de Minas, em Varginha, e para o Hospital São Vicente de Paulo, em Águas Formosas. - Emenda à LOA, acréscimo de R\$1.000.000,00 na 4308, com esp para o H. do Sul de Minas, em Varginha. - Emenda à LOA, acréscimo de R\$100.000,00, na 4308, com esp para o hospital São Vicente de Paulo, em Águas Formosas. - Emenda à LOA (carimbo de R\$100.000,00, sem acréscimo), especificando objeto do gasto na ação 4388, para o H Cura D'Ars, em Machacalis. - Req à SES: - estudos de viabilidade da contratualização do Hospital Cura D'Ars, em Machacalis, no Pro-Hosp. - informando o acréscimo de R\$1.000.000,00 como reforço do aporte do Pro-Hosp para o Hosp. R. do Sul de Minas, em Varginha, e de R\$100.000,00, para o H São Vicente de Paula, em Águas Formosas.	-	<b>565-7</b> <b>566-5</b> <b>597-5</b>	Alteração de Ação: R\$ 1.100.000,00 CARIMBO: R\$ 100.000,00

					<p>Pro-Hosp, para o Hospital Cura Dar's, no Município de Machacalis. Aumentar em 1 a meta física e em R\$200.000,00 a meta financeira para a região Jequitinhonha/Mucuri da Ação 4308.</p> <p>Justificativa: Existe uma divergência jurídica quanto à paternidade do Hospital Regional de Varginha entre o município do Varginha e o Estado de Minas Gerais. O Ministério Público Estadual impetrou uma ação para que o Estado possa assumir a instituição de saúde referida e a Advocacia do Estado de Minas Gerais já se manifestou pela sua paternidade.</p> <p>Proposta 73: Aproximadamente 3 milhões de pessoas são atendidas pelo Hospital Regional do Sul de Minas. Entretanto, grande parte das despesas é custeada pelo município de Varginha, fato que onera e prejudica a administração do referido município.</p> <p>Proposta 122: O Hospital São Vicente de Paulo, no Município de Águas Formosas (sede de microrregião de saúde), é uma</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>entidade filantrópica com 71 leitos e uma média de 50 mil atendimentos/ano. Abrange uma população de cerca de 71 mil habitantes no Vale do Mucuri, num total de 9 Municípios. Devido às inúmeras dificuldades financeiras do HSVP, agravadas pela crise da gestão do Hospital Cura Dar's do Município de Maxacalis, que ocasionou sobrecarga do atendimento no HSVP, necessita-se de aporte de recursos para custeio e aquisição de equipamentos para modernização desse hospital, a fim de garantir maior qualidade do atendimento aos seus pacientes. Proposta 128: O Hospital São Vicente de Paulo, localizado em Araçuaí, é uma entidade filantrópica, com 81 leitos, que atende aproximadamente 100 mil habitantes. Para maior resolutividade e sustentabilidade é necessário aporte de recursos para custeio, com o objetivo de manter as atividades da instituição. As maiores necessidades são com relação a SND/medicamentos e material hospitalar.</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						Proposta 167: O Hospital Cura Dar's, no Município de Machacalis, atende, além do Município sede, os Municípios de Bertópolis, Umburatiba, Santa Helena de Minas e as aldeias dos índios Maxacalis. Assim, faz-se necessário e urgente o co-financiamento do Estado para o desenvolvimento das ações de custeio e manutenção das atividades dessa instituição.						
1695		() - Jânio Ferreira do Nascimento, Câmara Municipal de Francisco Badaró (Francisco Badaró) - Antônio Reginaldo Martins Moreira, Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte) - Clarise Fernandes da Silva, Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte) - Renata dos Santos Vieira, Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa) - Averaldo Moreira Martins	9 - Rede de Cidades	29 - CIDADES: ESPAÇOS DE INTERESSE SOCIAL	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	(Outros) Construção de Habitação Social para Zona Rural - Regionalização: Jequitinhonha. Meta Física: 100. Meta Financeira: 2.500.000.  Proposta 69: Construção de moradias para o homem do campo. Proposta 340: A proponente sugere a criação de um NOVO programa que consiste na criação, implementação, efetivação e garantia de recursos no orçamento e disponibilização do mesmo para habitação para todos totalmente financiados. 1 - Público alvo sem fonte de renda. A esse programa se insere cursos de qualificação	16 – HABITAÇÃO	481 – HABITAÇÃO RURAL	EMENDA AO PPAG E LOA E REQUERIMENTO Emenda ao PPAG: ação 4483, com região Sul de Minas e estadual, e meta física de 35 e meta financeira de R\$300.000,00 para o Sul de Minas, e de 40/R\$600.000,00, para estadual, para habitação indígena,. (a ideia é de restauração das metas alocadas em 2012, com fonte 10 = R\$600 mil, para região estadual, e de recurso novo para atender à comunidade Xucuru-Cariri, em Caldas) Emenda à LOA, especificando o objeto do gasto do acréscimo de R\$900.000,00 ç 600 mil para habitação indígena no Estado e 300 mil para a comunidade Xucuru-Kariri, em Caldas. - Req. À Cohab, para promover estudo de demanda por habitação rural na região Jequitinhonha/Mucuri, fundamentalmente nos Municípios de Fvrncisco Badaró e Virgem da Lapa, com vistas a incorporar o atendimento dessa demanda nas metas da ação 4648, na revisão 2014.	88	526-6 527-4	Alteração de Ação R\$ 900.000,00

					<p>para famílias sem renda, para obterem acesso ao mercado de trabalho e subsídios de recursos financeiros para manutenção destas famílias até o ingresso ao mercado de emprego e renda. Esse programa deve ser desenvolvido por meio de diagnóstico social, acompanhamento psicológico e de assistente social, devendo ser em parceria entre o governo e a ONG proponente, visando o acompanhamento do controle social.</p> <p>2 - Público alvo com renda de 3 a 5 salários mínimos Proposta 273: Construção de moradias na aldeia Xucuru Kariri - 35 casas.</p> <p>Proponente:</p> <p>Jânio Ferreira do Nascimento - Aldeia Xucuru Kariri - Poços de Caldas Proposta 463: Retornar com a dotação de recursos específicos para a construção e/ou reforma de habitações em comunidades indígenas, no escopo da Ação 4648 - Construção de Habitação de Interesse Social, inserida no Programa 029 - Cidades: Espaços de</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>Integração.</p> <p>Meta financeira: R\$600.00,00 Regiões: Estadual</p> <p>Justificativa: Há no Vale do Jequitinhonha, em diversos municípios, especialmente na área rural, grandes demandas diante das necessidades de habitação. Situação real e aparente de moradias precárias, a exemplo: casas de enchimento/"inchamento". Proposta 69: Proposta 340: Não se trata do programa Morar em Minas, nem do Lares Gerais, e nem do Minha Casa Minha Vida. Estes programas são distintos e não atendem às demandas dos menos favorecidos. A ONG proponente vem fazendo intervenções em audiências da ALMG, em prol do público desfavorecido e desassistido e sem teto, de baixa renda e com restrições econômicas, que precisam das atenções e das ações conjuntas do governo e da sociedade civil, pois o déficit habitacional de MG já está em aproximadamente 500 mil moradias. Por exemplo, o Minha Casa Minha Vida não</p>					
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

					<p>atende as demandas dos desfavorecidos, e sim da classe média alta. Proposta 273: Existem indígenas na aldeia Xucuru Kariri que moram em condições precárias como casa de pau-a-pique, o que pode ocasionar doenças causadas pelo animais peçonhentos e falta de saneamento básico.</p> <p>Proposta 463: A situação das habitações nas comunidades indígenas do Estado requer atenção dos órgãos públicos.</p> <p>Muitas famílias vivem em habitações de pau-a-pique, outras não possuem instalações sanitárias. Muitas famílias ainda não obtiveram o acesso a moradia, dividindo uma única habitação com outras duas, três famílias. As chuvas têm também exigido reformas nas construções habitacionais já existentes, em função de destelhamentos, rachaduras etc.</p> <p>No ano de 2011, destinou-se R\$600.000,00 para garantir a implementação dessa ação, que está em processo de encaminhamento no que diz respeito a atender as etnias</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



						Pataxó e Xucuru-Cariri.						
1696		( ) - Albano Silveira Machado, ( ) - Higor Maciel Coelho, ( ) - Marcus Vinicius Costa, Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí) - Artur Cândido Filho, Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (Turmalina) - Boaventura Soares de Castro, Hospital São Vicente de Paula (Araçuaí) - Armando Jardim Paixao, Prefeitura Municipal de Capelinha (Capelinha) - Maria da Conceição Vieira, Prefeitura Municipal de Coronel Murta (Coronel Murta) - Francisco Eletancio Freire Murta, Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa) - Averaldo Moreira Martins, Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa) - Harley Lopes Oliveira	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	173 - PROGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO EM MINAS GERAIS - MINAS COMUNICA	MINAS COMUNICA II	(Outros) Incluir sedes de distritos e povoados na regionalização da telefonia celular, beneficiando as diversas comunidades de Turmalina, Araçuaí, Berilo, Capelinha, Coronel Murta, Francisco Badaró, Virgem da Lapa, Itaobim e outros.  Justificativa: Esta emenda se justifica devido à necessidade de inclusão social de várias comunidades rurais isoladas do acesso aos serviços de comunicação celular.	24 - COMUNICAÇÕES	722 - TELECOMUNICAÇÕES	REQUERIMENTO  - À Sec de Des. Econômico, solicitando informações sobre a previsão no plano de atendimento da VIVO, vencedora da licitação para o Minas Comunica II, do atendimento dos municípios de Turmalina, Araçuaí, Berilo, Capelinha, Coronel Murta, Francisco Badaró, Virgem da Lapa, Itaobim, seus distritos e povoados, e solicitando, desde já, a priorização no atendimento a esses municípios.	----	----	-----
1697		Associação Unidos dos Moradores (Araçuaí) - Cilene Soares dos Santos	9 - Rede de Cidades	278 - ASSOCIATIVISMO MUNICIPAL: FORTALEC		(Outros) Ajudar as associações de bairros.  Justificativa: Acabar com a falta de interesse dos governantes com os bairros e associações	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	REQUERIMENTO À SEGOV, solicitando gestão junto aos municípios para apoio à associações de bairro	----	----	-----

				END A REDE DE CIDA DES		de bairros.						
1698	Pela rejeição	Associação Unidos dos Moradores (Araçuaí) - Cilene Soares dos Santos	4 - Rede de Desenvolvi mento Social e Proteção	290 - CONV IVÊN CIA COM A SECA		(Outros) Que o norte de Minas receba mais recursos, devido à seca.  Justificativa: Que se olhe mais pelo norte de Minas, que precisa de apoio do Governo.			REJEITAR Demanda atendida pela PLE da água - PLEs anexadas 1734 e 1772			
1699	Pela aprovação	Prefeitura Municipal de Arceburgo (Arceburgo) - Edson José Balista	2 - Rede de Atendimento em Saúde	237 - ATEN ÇÃO À SAÚDE	ATENÇÃO O A SAÚDE BUCAL	(Outros) Criar consultórios odontológicos móveis para atendimento nas zonas rurais.  Justificativa: A saúde bucal é tão importante quanto a saúde do corpo. Em virtude disso, cabe aos Municípios atender com eficiência os pacientes, que devido à demanda e, consequentemente, ao tempo de espera, acabam por não fazer o tratamento. Esse problema é ainda maior para a população rural por causa da distância até as unidades de saúde e a falta de transporte. Porém, isso não desobriga o Estado e os Municípios de garantir o atendimento de qualidade a essas pessoas. Assim, deixo	10 – SAÚDE	301 – ATENÇÃO BÁSICA	REQUERIMENTO - Ao Ministério da Saúde, solicitando estudos de viabilidade de atendimento ao município de Arceburgo no âmbito do Programa Brasil Sorridente, para aquisição e manutenção de unidade móvel de saúde bucal.  Existe programa de consultório odontológico móvel pelo Governo Federal, para aquisição da unidade (R\$155 mil) e para sua manutenção (R\$4.600,00, mês), no âmbito do Brasil Sorridente. Minas Gerais tem 15 municípios cadastrados. A interlocação é direta entre MS e municípios.	-----	----	-----

						essa sugestão de iniciativa para todo o Estado de Minas Gerais.						
1700	Pela aprovação	Conselho Municipal de Saúde (Ribeirão das Neves) - Conceição de Jesus Santos, Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí (Pouso Alegre) - Mário de Carvalho Terra, Hospital das Clínicas Samuel Libânio (Pouso Alegre) - Flávio Galvão Lima, Prefeitura Municipal de Capelinha (Capelinha) - Maria da Conceição Vieira, Prefeitura Municipal de Januária (Januária) - Reginaldo de Jesus Almeida Ribeiro	2 - Rede de Atendimento em Saúde	2 - SAÚDE INTEGRADA	GESTÃO DA POLÍTICA HOSPITALAR - FORTALECIMENTO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS HOSPITAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (PRO-HOSP)	(Outros) Reforma, ampliação, compra de mobiliário e equipamentos médicos para o Pronto Socorro do Hospital das Clínicas Samuel Libânio, em Pouso Alegre, conforme projeto arquitetônico aprovado pela VISA estadual, orçado em 2 milhões de reais. Proposta 120: Adequar a oferta e melhorar a qualidade da atenção hospitalar da Fundação Hospitalar São Vicente de Paula, em Capelinha, realizando obras de ampliação da estrutura física com a construção de uma lavanderia, e aquisição de automóvel e de equipamento de análises bioquímicas. Para tanto, seria necessário um aporte de recursos na ordem de R\$780.000,00. Proposta 168: Implantar UTI neonatal/infantil e CTI adulto no Hospital Municipal São Judas Tadeu Proposta 400: Garantir custeio e compra de equipamentos de hemodiálise para o Hospital Municipal de Januária, na Região Norte de Minas.	10 – SAÚDE	302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	EMENDA à LOA (CARIMBO NA PRÓPRIA AÇÃO) - Emenda à LOA (R\$400.000,00), com especificação do objeto do gasto, sem acréscimo de recurso, na ação 4388 - Fortalecimento da Rede Municipal de Saúde, com R\$100.000,00 para cada um dos hospitais demandados: Pronto Socorro do Hospital das Clínicas Samuel Libânio, em Pouso Alegre; Fundação Hospitalar São Vicente de Paula, em Capelinha; Hospital Municipal São Judas Tadeu, em Ribeirão das Neves; Hospital Municipal de Januária.  Não atender na 4308, mas na 4388 Hospital municipal - colocar em Fortalecimento da rede municipal Pro-hosp - hospital com contratualização de resultados No manutenção ... - hospitais regionais (custeio) No implantação ... - hospitais regionais (investimento)	-	<b>568-1</b> <b>569-0</b> <b>570-3</b> <b>571-1</b>	CARIMBO: R\$ 400.000,00

					<p>Justificativa: O Hospital das Clínicas Samuel Libânio atende cerca de 54 municípios da macroregião sul, além de pacientes de outras regiões que são encaminhados pelo SUS-FÁCIL. No entanto, necessita de reforma e equipamentos.</p> <p>Proposta 120: Há necessidade de estruturação de serviços hospitalares, a fim de facilitar o acesso de cidadãos de baixa renda. No entanto, a Fundação Hospitalar de Capelinha não possui recursos para realizar esses investimentos. A instituição atende a um grande número de pacientes de Capelinha e de Municípios vizinhos, que necessitam de atendimento em serviços de saúde de média complexidade.</p> <p>Proposta 168: Essas unidades ainda não existem em Ribeirão das Neves, o que leva os pacientes a se deslocarem para outros Municípios onde há esses recursos. Isso pode ocasionar a perda de muitas vidas e a desestruturação das famílias.</p> <p>Proposta 400: O Hospital Municipal</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						de Januária tem importância vital para a microrregião do Vale do São Francisco, pois dispõe de 603 leitos que atendem usuários do SUS. Além disso, são aproximadamente 78 consultas por dia e aproximadamente 2.340/mês, recebendo pacientes referenciados dos Municípios de Bonito de Minas, Pedras de Maria da Cruz, Cônego Marinho, Itacarambi, São João das Missões, Manga, Juvenília, Montalvânia, Miravânia e Ibiracatu, inclusive comunidades tradicionais - quilombolas e indígenas.						
1701		() -, () - Adimilson Alcantara Gonçalves, () - Ronaldo Antônio Pereira da Silva	2 - Rede de Atendimento em Saúde	237 - ATENÇÃO À SAÚDE DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	ATENÇÃO À SAÚDE DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	(Outros) Criação de programa de saúde negra exclusivamente no que diz respeito à anemia falciforme, abrangendo as comunidades quilombolas, tradicionais, de gênero, etnias e raças. Proposta 334: Criar ação nova com o objetivo de: elaborar o Plano Operativo Estadual de Atenção à Saúde Integral da População Negra e Quilombola, reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras, garantir o monitoramento do	10 – SAÚDE	301 – ATENÇÃO BÁSICA	REQUERIMENTO À SES, solicitando estudos de viabilidade da implantação de um Plano Estadual de Atenção à Saúde Integral da População Negra e Quilombola, com informação à ALMG sobre os procedimentos adotados.  OBS.: para o parecer, ver a descrição da ação 4072 no Sigplan.	----	----	-----

						<p>preenchimento do quesito raça-cor nas fichas e prontuários de atendimento.</p> <p>Justificativa: Até hoje não existe programa no Estado para atender as comunidades negras, quilombolas e tradicionais. Por isso, muitas pessoas são vítimas da anemia falciforme. Proposta 334: Implantar e implementar política de igualdade racial e cumprir o plano nacional de saúde integral da população negra.</p>						
1702	Pela rejeição	Fundação Gota de Leite de Assistência à Criança - FUNGOTAC - (Poços de Caldas) - Dino Soares de Arruda Filho	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	266 - GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	APOIO AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	<p>(Outros) Financiamento do Estado para contratação de dois psicólogos que farão o atendimento na instituição filantrópica Fundação Gota de Leite de assistência à Criança - Fungotac - que presta serviços assistenciais à população em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Justificativa: A instituição presta serviços assistenciais de saúde, educação e cultura há 80 anos. Havia um convênio com uma instituição bancária que destinava</p>			REJEITAR			

						recursos financeiros para pagamento dos salários de psicólogos, no entanto, esse convênio se encerrou. Assim, a instituição necessita de recursos do Estado para continuar realizando atendimento em saúde mental à população em situação de vulnerabilidade social.						
1703	Pela aprovação	Câmara Municipal de Varginha (Varginha) - Rogério Bernardes Bueno, Prefeitura Municipal de Arceburgo (Arceburgo) - Edson José Balista	2 - Rede de Atendimento em Saúde	44 - REDE S INTEGRADAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	<p>(Outros) Proposta 79: Disponibilizar UTIs móveis para o atendimento em urgência e emergência no Estado, como meio de garantir tratamento digno e humanizado para os Municípios mineiros mais carentes nessa área.</p> <p>Proposta 92: Acrescentar a Região Sul para implantação da Rede de Urgência e Emergência.</p> <p>Justificativa: Essa proposta visa a garantir que o paciente tenha resguardado o seu direito constitucional à vida, uma vez que os pequenos Municípios pequenos muitas vezes não contam com o suporte de equipamentos necessários para salvar uma vida. Além disso, os hospitais equipados e credenciados para receber esses pacientes ficam distantes do</p>	10 – SAÚDE	302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	<p>EMENDA AO PPAG - Ação 1175, acrescentar região Sul, com meta física 1 e meta financeira 0 (para sinalizar a implantação da rede em 2013, uma vez que os recursos para a construção já foram repassados em 2012)</p> <p>Macrorregião Sul seria implantada em 2012, mas será implantada em abril de 2013, em razão de atraso. O recurso estava previsto em 2012 para o SUL na ação 1175.</p> <p>Na ação 4638, de manutenção da rede, já está prevista a manutenção na região SUL (dessa rede prevista para 2012).</p> <p>Os veículos de Samu regionais já têm UTI. Com a implantação da rede, chegam esses veículos. (já existem na Central, Jequitinhonha e Norte e terá na Sul em 2013). As redes serão implantadas em todo o Estado até 2015.</p>	89	-	

						Município. Nesses casos, a UTI móvel poderia garantir o acesso do cidadão até uma unidade de emergência em tempo hábil. Proposta 92: Ter previsão no PPAG para que seja efetivada a implantação da rede de urgência e emergência na região.						
1704		Associação dos Pequenos Produtores (Divinópolis) - Nilson Sergio Pereira	10 - Rede de Infraestrutura	116 - ESTRADAS VICINAIS DE MINAS	READEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM ENFOQUE AMBIENTAL	<p>(Outros) Direcionar para o Centro Oeste do estado de Minas Gerais, em especial os municípios de Divinópolis, Pedra do Indaiá, São Sebastião do Oeste, de forma que a Ruralminas possa atuar através do programa Caminhos de Minas, atuar junto às prefeituras no desenvolvimento de estradas ecológicas. No programa Pró Vicinais é outra forma de criar estradas de qualidade.</p> <p>Justificativa: Como agricultores estamos presenciando uma situação de assoreamento e destruição das APP, nascentes, rios e seus efluentes, devido à forma como é feita a manutenção das estradas rurais. estamos precisando de uma estrada de qualidade que seja ecologicamente sustentável.</p>	26 – TRANSPORTE	541 – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	<p>EMENDA AO PPAG alterar a finalidade da ação 4127, incluindo referência assessoramento técnico aos municípios para se evitar danos ambientais (ver descrição da ação 1074 no Sigplan)</p> <p>(é necessário alterar a regionalização da ação 1074, os municípios e a região, pois o vol IV da LOA indica municípios do Norte de Minas e não do Noroeste /avisar Seplag)</p> <p>PL 2435/2011 (dispõe sobre estradas parque)</p>	90	-	



1705	Pela aprovação	() -, () -, () -, Associação Comunitária Social Cultural Desportiva - ASCD (Belo Horizonte) - Aparecida Maria Martins Pereira, Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas - CONEAD (Belo Horizonte) -, Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas - CONEAD (Belo Horizonte) - Dilma Abreu Rocha, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - DPMG (Belo Horizonte) - Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, Delegacia de Polícia Civil (Araçuaí) - Gilamarcio da Silva Rocha, Fed.das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil-FETEB (Belo Horizonte) -, Fed.das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil-FETEB (Belo Horizonte) -, ONG Poços de Luz (Poços de Caldas) - Rosely Dias Barcelos	3 - Rede de Defesa e Segurança	52 - ALIANÇA PELA VIDA	ASSISTÊNCIA À SAÚDE DEPENDENTES QUÍMICOS	(Outros) Criação e instalação de unidade terapêutica de tratamento e acompanhamento aos usuários de drogas entorpecentes no município de Araçuaí. Proposta 431: O Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - Conead - propõe a criação de Conselhos Municipais sobre Drogas nas Regiões Central, Rio Doce, Mata, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri. Propõe a criação de 100 Conselhos Municipais e destinação de meta financeira de R\$ 1.000.000,00. Proposta 437: Criar Associações de Proteção ao Dependente Químico, nos moldes das Apacs, dentro da metodologia que envolve saúde, prevenção e reinserção social. O método envolve Município, Estado, sociedade civil organizada e terceiro setor, visando a instalação de Apads na maior quantidade de Municípios no Estado. Implantar 10 Apads em 2013. Meta financeira - R\$ 12.000.000,00 Proposta 83: Utilizar	10 – SAÚDE	303 – SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	EMENDA AO PPAG, Á LOA E REQUERIMENTO - ao PPAG - alteração de finalidade da ação 4082, alterando o final para: "(...) A DEPENDENTES QUÍMICOS, inclusive crianças e adolescentes em medida protetiva por uso de drogas, E SEUS FAMILIARES, por meio de apoio à manutenção de atividades terapêuticas e à melhoria de infraestrutura das entidades prestadoras de serviço." - ao PPAG, alterando o produto e unidade da ação 4030 para pessoa atendida / pessoa; e a meta física para 300 (estadual) - ao PPAG - alterar finalidade e produto da ação 4089 - finalidade: "(...) VISANDO ao apoio implantação de conselhos municipais de políticas sobre drogas e à CONSOLIDAÇÃO E EFETIVAÇÃO (...)". / produto/unidade: município apoiado / meta física: aguardar retorno Luisa (luisa.barreto@planejamento.mg.gov.br) - à LOA, carimbar recursos (sem ampliação) na ação 4107 - R\$100.000,00 -, para implantação do CAPS-AD, em Araçuaí (capital). Ver obs e requerimentos na Sugestão da Consultoria	91 92 93	573-8	CARIMBO: R\$ 100.000,00
------	----------------	--	--------------------------------	------------------------	--	--	------------	---	---	----------------	-------	-------------------------------

					<p>modelos de ficha de anamnese mais completas e detalhadas no atendimento a pacientes em uso de álcool e outras drogas a fim de conhecer melhor esse problema para planejar as ações.</p> <p>Proposta 258: Maior efetividade nas políticas públicas relacionadas à prevenção, ao combate e ao tratamento dos usuários de álcool e outras drogas.</p> <p>Proposta 406: Implantar rede de atenção integrada para o atendimento de crianças e adolescentes usuários de álcool e outras drogas em nível regional.</p> <p>Proposta 427: Criar ação nova de apoio à melhoria da infraestrutura física das comunidades terapêuticas.</p> <p>Objetivo: apoiar as comunidades terapêuticas na melhoria de sua estrutura física possibilitando a melhoria da qualidade de atendimento e trabalho.</p> <p>Regionalização: estadual.</p> <p>Proposta 432: Estruturar ações e operações continuadas de abordagem e acolhimento de usuários e dependentes</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>em situação de rua. Objetivo: promover, em parceria com o 3º setor , defensoria pública e unidades de saúde e assistência, ações e estratégias de abordagem social e acolhimento de usuário em situação de vulnerabilidade para o uso de crack e outras drogas.</p> <p>Proposta 455: Criar ação com vistas a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Implementar ações de prevenção, acolhimento e tratamento dos usuários e dependentes, assim como intervenções nos territórios de maior vulnerabilidade com a participação das Secretarias de Saúde e Assistência Social;</li><li>- implementar ações específicas para a população em situação de rua, com a integração de políticas de habitação, renda e trabalho;</li><li>- ampliar a capacidade ou aumentar o número de vagas para atendimento em Cap-AD e Cersam;</li><li>- qualificar as intervenções nos territórios de maior vulnerabilidade;</li><li>- excluir as ações de internação compulsória, por violarem direitos garantidos</li></ul>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>constitucionalmente; - buscar a prevenção e o acolhimento em conjunto com políticas públicas de saúde, trabalho, renda, habitação, principalmente para a população em situação de rua.</p> <p>Proposta 412: Promover a qualificação profissional dos usuários e dependentes químicos que se encontram internados nas comunidades terapêuticas, principalmente àqueles que não tem formação escolar e/ou experiência profissional.</p> <p>Proposta 422: Incentivar a criação de cooperativas de trabalho nas comunidades terapêuticas, com o objetivo de promover a capacitação profissional dos usuários e dependentes químicos, principalmente àqueles que não tem formação escolar e/ou experiência profissional</p> <p>Justificativa: A instalação de uma unidade terapêutica destinada aos usuários de drogas se justifica em virtude do crescente número de</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>casos de dependentes de "crack" e outras drogas na região.</p> <p>Proposta 431: A presente proposta vem de encontro à demanda apresentada no Conselho Estadual Antidrogas pelos Municípios que ainda não criaram o referido Conselho Municipal, com vistas a fortalecer as ações antidrogas nos Municípios. Essa ação tem previsão no Decreto 45.742 de 22/4/2011, em seu art. 2º, que dá ao Conead a competência para a criação e implementação de Conselhos Antidrogas</p> <p>Proposta 437: Necessidade de criação de vagas para internação de dependentes químicos em sistema de longa permanência para tratamento dos casos graves, nos quais o tratamento ambulatorial não teve eficácia.</p> <p>Proposta 83: O conhecimento dos fatores relacionados ao uso de álcool e outras drogas contribui para que os gestores planejem melhor as políticas públicas para estes usuários com ações de prevenção e atendimentos mais eficientes.</p> <p>Proposta 258: Uso crescente de drogas entre os jovens</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>o que tem causado a sua destruição e de seus familiares.</p> <p>Proposta 406: Prestar assistência integral às crianças e adolescentes usuários de álcool e outras drogas, através de ações de saúde, assistência social e de prevenção em centros de referência regionais, localizados em municípios pólo do Estado. Além disso, deve-se apoiar os municípios contíguos aos centros de referência na elaboração e execução dos planos municipais sobre drogas no que diz respeito às crianças e adolescentes.</p> <p>Proposta 427: As comunidades terapêuticas buscam melhorar suas estruturas físicas para cumprir a legislação mas não existem recursos para apoiar as comunidades terapêuticas e entidades, e isso prejudica a atuação das entidades e dificulta a melhoria da qualidade dos serviços. Proposta 432: Não havendo a união desses setores, vamos esbarrar sempre nas ações passadas, em resultados a longo prazo. Proposta 455: O tratamento a usuários e dependentes, bem</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						<p>como as ações inerentes a sua saída efetiva das ruas, devem envolver outras áreas de atuação, além da segurança pública e da saúde. A população em situação de rua é uma grande vítima da violência no Estado, pelo que devem ser promovidos e garantidos seus direitos. Proposta 412: Capacitar profissionalmente os dependentes químicos, com vistas a promover a reinserção social desse grupo no mercado de trabalho, principalmente àqueles que não tem formação escolar e/ou experiência profissional, de forma a diminuir a reincidência. Proposta 422: A volta ao trabalho é um desafio para os dependentes químicos. Essa medida tem por objetivo capacitar profissionalmente esse grupo, principalmente àqueles que não tem formação escolar e/ou experiência profissional, de forma a promover a reinserção social dessas pessoas.</p>						
1706	Pela aprovação	Hospital São Vicente Paulo (Araçuaí) - Marinalda Luiz Gonçalves	2 - Rede de Atendimento em Saúde	237 - ATENÇÃO À SAÚDE	(Outros) Aquisição de um aparelho de Raio X digital para o Hospital São Vicente de Paulo, em Araçuaí.	10 – SAÚDE	122 – ADMINISTR	EMENDA LOA - Emenda à LOA, com acréscimo de R\$100.000,00 na ação 4308, com especificação do objeto do gasto para aquisição de aparelho de Raio X para	-	572-0	Alteração de Ação: R\$ 100.000,00	

				E		<p>Justificativa: Para maior resolutividade e apoio diagnóstico no atendimento ao usuário. O HSVP atende varios usuários vítimas de acidentes, e o aparelho é indispensável no atendimento.</p>		AÇÃO GERAL	o Hosp São Vicente de Paulo, em Araçuaí.			
1707	Pela aprovação	Prefeitura Municipal de Capelinha (Capelinha) - Maria da Conceição Vieira, Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego - Sete (Belo Horizonte) - Agnus Rodrigues da Silva	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	36 - TRAVESSIA		<p>(Outros) Inclusão do Município de Capelinha no Programa Travessia, com a inclusão de todas as suas ações para o ano de 2013.</p> <p>proposta 347: aumento da meta física para 30 Municípios de baixo IDH nas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha e da meta financeira para R\$500.000,00 da ação 1160 para sua execução por meio do microcrédito</p> <p>Justificativa: O Município tem diversas comunidades rurais e urbanas com baixos indicadores socioeconômicos, formando verdadeiros bolsões de pobreza.</p> <p>Proposta 347: O micro crédito visa a atender empreendedores informais nos Municípios contemplados pelo Travessia Renda. Esse</p>		08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL  244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	<p>REQUERIMENTO</p> <p>- À Sedese, solicitando a inclusão do Município de Capelinha no projeto Porta a Porta em 2013.</p> <p>- à Sedese e à Sete, solicitando agilidade na definição da forma de operacionalização para a concessão de micro crédito, no âmbito da ação 1160 - Travessia Renda - , bem como estudo de viabilidade de ampliar as metas dessa ação para incorporar a concessão de microcrédito.</p>	----	----	-----



						apoio, juntamente com a qualificação profissional, permitirá a eles o acesso ao trabalho e a elevação da renda, contribuindo para a superação da pobreza.						
1708	Pela aprovação	() - Albano Silveira Machado, () - Ronald Henrique Loyola Silva, () - Warlen Francisco Silva	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	23 - JOVENS MINEIROS PROTAGONISTAS	AMPLIAÇÃO E APRIMORAMENTO DO POUANÇA JOVEM	<p>(Outros) Incluir os jovens das Escolas Família Agrícola - EFAs no programa de ampliação e aprimoramento do Poupança Jovem.</p> <p>Proposta 90: Incluir o Município de Capelinha na ação 4633, beneficiando 120 jovens que estão na lista de espera para participar do Projovem.</p> <p>Proposta 109: Aumentar meta física e financeira da ação 4633 para incluir o Jovem com deficiência no Poupança Jovem, desenvolvendo atividades compatíveis com a sua inclusão.</p> <p>Justificativa: Os educandos não têm nenhuma participação dentro do programa.</p> <p>Proposta 90: O Município de Capelinha enfrenta o fenômeno do abandono escolar, principalmente no ensino médio, quando os jovens saem a procura de trabalho</p>	12 – EDUCAÇÃO	362 – ENSINO MÉDIO	<p>REQUERIMENTO</p> <p>- À Sedese, solicitando estudos de viabilidade de inclusão dos alunos de EFA como beneficiário do Poupança Jovem.</p> <p>- À Sedese, solicitando a análise da possibilidade de inclusão do Município de Capelinha no Programa Poupança Jovem, quando de sua expansão.</p> <p>OBS.: deficiência não exclui do programa.</p>	-----	-----	-----

						<p>para contribuir com o sustento da família.</p> <p>Proposta 109: As pessoas com deficiência perdem oportunidades de estudar e trabalhar devido ao fato de a maioria dos equipamentos públicos da região do Jequitinhonha e Mucuri não observarem os requisitos de acessibilidade, além da discriminação.</p>						
1709	Pela aprovação	() -, Prefeitura Municipal de Coronel Murta (Coronel Murta) - Francisco Eletancio Freire Murta	2 - Rede de Atendimento em Saúde	44 - REDES INTEGRADAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	ATENÇÃO À SAÚDE POPULAÇÃO IDOSA - MAIS VIDA	<p>(Outros) Criar uma casa de convivência para os idosos, no município do Coronel Murta, como ponto de apoio para recuperação, repouso e estadia, com cuidadores qualificados.</p> <p>Justificativa: Ausência de infraestrutura para o cuidado com os idosos no município de Coronel Murta</p>	10 – SAÚDE	303 – SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	REQUERIMENTO À SES e à SEDESE solicitando estudos para a articulação intersetorial, com vistas à implantação de equipamentos e serviços de apoio institucional e acompanhamento domiciliar ao idoso em recuperação de agravos em saúde.	-----	----	-----
1710		Escola Estadual Marlene Martins Reis (Pratinha) - Eliete Aparecida Martins Borges, Escola Estadual Professor Luiz Antônio Corrêa de Oliveira (Araxá) - Eleina Martins de Andrade	70 - Programas Especiais	720 - PLANO DE ATENÇÃO À SAÚDE	REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE CONTRATAÇÃO	<p>(Outros) Melhorar o acesso do servidor beneficiário do Ipsemg ao serviço de perícia médica no Município de Pratinha.</p> <p>Proposta 118: Implantação de serviço de perícia médica do Ipsemg no Município de Araxá.</p>	10 – SAÚDE	122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	REQUERIMENTO ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg - solicitando a revisão da situação das perícias médicas no Município de Pratinha, na região do Alto Paranaíba, e a melhoria do acesso ao serviço de perícia médica na região do	-----	----	-----

						<p>Justificativa: Os servidores públicos estaduais do Município de Pratinha que utilizam o serviço de saúde do Ipsemg tem que se deslocar até Patos de Minas para realizar perícia médica, sendo que o acesso a esse Município é difícil. Proposta 118: Os servidores públicos estaduais que utilizam o serviço de saúde do Ipsemg em Araxá tem que se deslocar até Uberaba para realização de perícia médica.</p>			Triângulo.			
1711	Pela aprovação	() -, Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - AMEFA (Belo Horizonte) - Maria Rosa Jané I Pujol, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Afonso Correa Diana, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, Hospital São Vicente de Paulo (Águas Formosas) - Forlan Souza Freitas, Prefeitura Municipal de Coronel Murta (Coronel Murta) - Francisco Eletancio	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR	<p>(Outros) Criar ação para implantar 1 (uma) experiência de produção agroecológica por região do Estado junto a Associação ou Cooperativa de Agricultura Familiar. Valor: 200.000,00 (duzentos mil reais) Órgão Coordenador: Seapa - Subsecretaria de Agricultura Familiar</p> <p>Proposta 105: Criar ação "Desenvolvimento local sustentável de grupos, coletivos e redes de mulheres agricultoras do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas do Ater-Mulheres. Finalidade: Apoiar organizações produtivas de mulheres</p>	20 – AGRICULTURA	605 – ABASTECIMENTO	<p>EMENDA AO PPAG, LOA e REQUERIMENTOS - PPAG: alterar a finalidade e a meta financeira da ação 4114: finalidade: INCENTIVAR E FOMENTAR PROJETOS PRODUTIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, priorizando a adoção da agroecologia, E SUAS ORGANIZAÇÕES, AMPLIANDO A PRODUÇÃO ALIMENTAR E AGREGAÇÃO DE VALOR DE SEUS PRODUTOS. meta física: 14 / meta financeira: R\$622.420,00 (acréscimo de R\$250.000,00) - LOA: acrescentar R\$250.000,00 na ação 4114, com especificação do objeto do gasto para fomento a projetos de base agroecológica. (custeio) (estadual) REQS: - À Seapa / Subsecretaria de Agricultura Familiar, solicitando apoio às organizações produtivas de mulheres rurais para fortalecimento</p>	94	529-0	Alteração de Ação: R\$ 250.000,00	

		Freire Murta			<p>rurais para fortalecimento de suas cadeias produtivas, produção ecológica, comercialização, consumo consciente e solidário e organização de redes. Recursos de investimento e de custeio. Produto: organização produtiva apoiada. Meta física: 2013, 10 organizações, 2014, 10 organizações, 2015, 10 organizações. Meta financeira: 2013 (R\$300.000), 2014 (R\$300.000), 2015 (R\$300.000). Total: R\$900.000. Regionalização: Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha/Mucuri.</p> <p>Proposta 268: Incluir ação.  Nome: Criação de unidades experimentais e demonstrativas de produtos de agroecologia e produção orgânica.  Finalidade: Fortalecer a pesquisa participativa em agroecologia para a formação e capacitação de estudantes, técnicos e agricultores, em conceitos, tecnologias e processos agroecológicos para a produção agropecuária e agroflorestal nos diferentes biomas; a popularização e divulgação da agroecologia favorecendo a</p>		de suas cadeias produtivas, produção ecológica, comercialização, consumo consciente e solidário e organização de redes.		
--	--	--------------	--	--	---	--	---	--	--

					<p>integração interinstitucional. UO: Seapa Produto: Projetos aprovados Regionalização: estadual - 10 projetos / 200.000 reais.</p> <p>Proposta 318: Garantir recursos para o desenvolvimento de atividades de Assessoria Técnica Agroecológica, no âmbito produtivo e organizativo, para o fomento e para a formação dos agricultores urbanos e familiares inseridos na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. Em cumprimento da Lei nº 15.973 de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras providências. Valor: R\$280.000,00 para a execução de 1 projeto anual.</p> <p>Justificativa: Fortalecimento da Agricultura Familiar Agroecológica 105: Praticamente inexistente apoio direto à mulher rural para fortalecimento de suas atividades econômicas. Sucesso nos resultados da experiência executada pela AMEFA do Ater-Mulheres nos Territórios de</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>Cidadania do Semiárido Mineiro. Descontinuidade do processo iniciado gerando frustração histórica em relação às ações do governo. Demanda insistente e crescente das mulheres em relação ao direito de serem atendidas na assistência técnica específica para mulheres rurais. Dever do governo do Estado acompanhar a mulherada na visibilidade da produção da mulher na agricultura familiar. No PPAG, não há lugar para as mulheres, redução de desigualdades de gênero. O trabalho da mulher está diretamente ligado à produção de alimentos para segurança alimentar e nutricional.</p> <p>268: Com a publicação do Decreto Federal nº 7794/2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, é preciso que o Estado de Minas fomenta a criação de unidades experimentais, o que permitirá a difusão dessas experiências para os agricultores familiares.</p> <p>318: Os agricultores inseridos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						<p>sofrem, cotidianamente e crescimento, a pressão exercida pela expansão e pela especulação imobiliária; além da desvalorização das atividades agrícolas nessa região em detrimento das atividades comerciais e industriais. Dessa forma, têm sua condição de agricultores familiares ameaçada.</p> <p>Outra justificativa se refere aos múltiplos benefícios proporcionados pela prática agrícola em áreas urbanas, em diversos âmbitos: geração de renda, oferta de alimentos saudáveis e livre de agrotóxicos, preservação ambiental, educação alimentar e desenvolvimento social.</p>					
1712	Pela aprovação	Prefeitura Municipal de Candeias (Candeias) - Delfina Resende Furtado, Sicoob Saromcredi (São Roque de Minas) - Paulo Henrique de Matos Almeida	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	217 - SEGURANÇA ALIMENTOS	(Outros) Alocação de recursos e aporte financeiro aos micro e pequenos produtores de queijo artesanal de leite cru. Neste sentido, busca-se a alocação de R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) para o período de 2013-2015 (em parcelas iguais de R\$1.166.666,66) para o fomento a regularização do micro e pequeno produtor através do	20 – AGRICULTURA	602 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	EMENDA AO PPAG (anexar as PLEs 1716 e 1713 à PLE 1712) - Inclusão de ação, com UO Instituto Mineiro de Agropecuária, com regionalização estadual, produto "produtor apoiado". Quantidade: a definir nome: Apoio à cadeia produtiva dos queijos artesanais de Minas finalidade:apoio à formação de consórcio; ressarcimento pelo abate de matrizes soropositivas e instalação de entrepostos de maturação, cadastramento de queijarias Meta financeira: R\$2.000.000,00	95	-	Ação Nova: R\$ 2.000.000,00

					<p>ressarcimento total ou parcial dos animais abatidos.</p> <p>Proposta 102: Indenizar os pecuaristas pelo abate de animais portadores de tuberculoses.</p> <p>Justificativa: Considerando que a grande maioria dos produtores de queijo artesanal de leite cru enquadram-se nos parâmetros da Agricultura Familiar, no momento em que os mesmos tentam adequar a sua produção à legislação vigente, ficam sujeitos ao abate dos animais do rebanho que porventura apresentem algum resultado positivo nos exames de sanidade animal. Entretanto, muitas vezes um único animal chega a representar 10% do rebanho deste produtor, o que acaba incentivando a informalidade. Tal condição consolida a situação informal e precária do micro e pequeno produtor. A proposta visa permitir a regularização da produção e o seu incentivo assim como o acesso a mercados (via regularização produtiva).</p>		Essa decisão atende as PLES 1712, 1713 e 1716			
--	--	--	--	--	---	--	---	--	--	--



						Proposta 102: É imenso o prejuízo financeiro causado pelo abate de animais portadores de tuberculoses. Hoje, essa medida atua como a maior disseminadora de TBC no país, pois o produtor vendo o animal diante de qualquer suspeita de contaminação, além do prejuízo financeiro.						
1713	Pela aprovação	Prefeitura Municipal de Candeias (Candeias) - Delfina Resende Furtado, Prefeitura Municipal de Doresópolis (Doresópolis) - Aladir Caetano Alves, Prefeitura Municipal de Pedra do Indaiá (Pedra do Indaiá) - Claudio Gonçalves Coelho, Sicoob Saromcredi (São Roque de Minas) - Paulo Henrique de Matos Almeida, Sindicato dos Produtores Rurais de Guaranésia (Guaranésia) - Antônio Carlos Pitondo	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	217 - SEGURANÇA DE ALIMENTOS		(Outros) Alocação de recursos para a sensibilização, constituição e viabilização do Consórcio Intermunicipal da região da Serra da Canastra. Tal consórcio será incumbido da inspeção local da produção do agronegócio e da produção agroartesanal na região (incluindo o Queijo Minas Artesanal). Esta ação visa adequar toda a região à legislação pertinente (sobretudo no âmbito do Sisbi/Suasa na esfera federal e à lei do Queijo Minas Artesanal na esfera estadual). Demandará a alocação de 300.000,00 (trezentos mil reais) ao longo do período 2013-2014 (R\$200.000,00 - 2013; R\$100.000,00-2014). Proposta 210: Apoio financeiro para os	20 – AGRICULTURA	602 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	EMENDA AO PPAG (anexar as PLEs 1716 e 1713 à PLE 1712)  Ver anotações na PLE 1712	-----	-----	-----

					<p>consórcios intermunicipais de desenvolvimento da agroindústria rural para infraestrutura e fomento das agroindústrias (inspeção e cadastramento das agroindústrias). Período de abrangência de 4 anos. Objetivo: apoiar e inspecionar a agroindústria rural de pequeno porte. Proposta 211: Apoio à formação de consórcio intermunicipal de inspeção sanitária (região de Goianésia - Sudoeste de Minas). Proposta 212: Apoio à instalação de sistema de inspeção sanitária municipal no Município de Dorésópolis, com foco nos queijos caseiros. Proposta 310: Desmembramento da Ação 4087 (existente anteriormente) com novo nome de: Consórcio de Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte. Meta Física: 1 (consórcio); Meta Financeira: Infraestrutura - R\$200.000,00; Custeio/Manutenção - R\$100.000,00 Proposta 313: Reincluir a Ação 4087 e incluir recursos financeiros para manutenção e infraestruturas dos</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>consórcios intermunicipais de desenvolvimento da agroindústria e cadastramento de agroindústrias. Meta Financeira: Custeio R\$100.000,00; Infraestrutura: R\$200.000,00.</p> <p>Justificativa: Tal ação permitirá a formalização da produção do agronegócio e produção agroartesanal de toda a região da Serra da Canastra, permitindo o acesso a mercados, reconhecimento e valorização da produção, assim como sua formalização. Proposta 210: No PPAG de 2012 fomos contemplados com verba para formação de consórcios de desenvolvimento rural e cadastramos as agroindústrias. Precisamos de infraestrutura para os mesmos. Proposta 211: Clandestinidade da produção agroindustrial de pequeno porte. Proposta 212: Clandestinidade da produção local. Existência de queijarias de parmesão,</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						tracinha etc ilegais. Proposta 310: Garantia de manutenção do Consórcio de Agroindústrias de pequeno porte, formado com 10 municípios de Região Centro-Oeste de Minas Gerais. Proposta 313: Estamos terminando a execução do convênio a que se refere essa ação e precisamos mantê-lo e desenvolvê-lo.						
1714	Pela aprovação	Associação dos Pequenos Produtores (Divinópolis) - Adenilson Martins Caixeta, Associação dos Pequenos Produtores (Divinópolis) - Nilson Sergio Pereira, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Eduardo Antônio Arantes do Nascimento	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	109 - PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	BOLSA VERDE - AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA.	(Outros) Educação Ambiental - incluir no PPAG recursos para criar ou ampliar a educação ambiental para o uso da Biodiversidade. Remunerar aos agricultores por serviços ambientais, forçar para que tenha proteção das APPs, nos rios e afluentes.  Proposta 324: Acrescentar recursos orçamentários ao Programa Bolsa Verde - 10 milhões anuais  Justificativa: Estamos vivenciando uma destruição devastadora da Biodiversidade, visando lucros. A vida está em 2º plano. Não há segurança alimentar sem a Biodiversidade. A nossa geração encontrou nos poços artesanais a alternativa	18 – GESTÃO AMBIENTAL	541 – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	REQUERIMENTO - à SEF, solicitando o cumprimento dos compromissos relativos ao pagamento dos benefícios contratados para o ano de 2011, com informações sobre os beneficiários já atendidos e a atender.	-----	----	-----

						<p>para encontrar água potável. E as gerações futuras, onde vão encontrar água, com tamanha destruição que estamos tendo? As medidas para conservar, por sua vez, estão muito lentas.</p> <p>Proposta 324: Fortalecer a política ambiental de pagamento por serviços ambientais.</p>						
1715		<p>Centro Mineiro de Referência em Resíduos (Belo Horizonte) - Janice Pereira Araújo Carvalho, Comissão Local do Centro de Saúde Vera Cruz (Belo Horizonte) - Hilda Gonçalves de Matos, Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (Esmeraldas) - João Lopes do Nascimento Neto, Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - Insea (Belo Horizonte) - Lutimar Rodrigues da Silva, Movimento Nacional dos Catador (Belo Horizonte) - Maria Madalena Rodrigues Duarte Lima, Prefeitura Municipal de Capitólio (Capitólio) - José Eduardo Terra Vallory</p>	<p>5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável</p>	<p>46 - QUALIDADE AMBIENTAL</p>	<p>REDUÇÃO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS</p>	<p>(Outros) Destinar parte do recurso do Programa Saneamento de Minas - Sudoeste para a execução do Aterro Sanitário no Município de Capitólio. A construção do aterro será acompanhado de projeto de reciclagem e de coleta seletiva do lixo doméstico, como contrapartida da prefeitura.</p> <p>Proposta 290: NOVA AÇÃO: "Apoio aos municípios para elaboração de projeto de engenharia e construção de aterro sanitário-microrregional". Regionalização: Norte de Minas - Município de Januária</p> <p>Proposta 380: arrecadar verba para melhorar a cidade de Januária. Rio São Francisco, grutas,</p>	<p>18 – GESTÃO AMBIENTAL</p>	<p>541 – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL</p>	<p>EMENDA AO PPAG E À LOA E REQUERIMENTO - PPAG: inclusão de ação destinada a IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DO PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS - BOLSA RECICLAGEM, restauração da 4040, com meta física 60 e financeira R\$10.000,00, no programa 046. - PPAG: na ação 1231, Acréscimo de mais uma meta física e R\$250.000,00 nas regiões Sul e Norte, e de 1 meta física de R\$100.000,00, na financeira, na região estadual (acréscimo total de 3 no físico e de R\$600.000,00 no financeiro), e alteração da finalidade, incluindo "apoio à estruturação dos Fóruns Regionais Lixo e Cidadania". - LOA: acréscimo de R\$600.000,00 na ação 1231, com especificação do objeto do gasto para a construção de aterro sanitário em Capitólio (Sul de Minas), R\$250.000,00, e em Januária (Norte de Minas), R\$250.000,00, e para estruturação dos Fóruns Regionais Lixo e Cidadania, R\$100.000,00 (estadual). (custeio) Requerimento em sugestão da Consultoria</p>	<p>96 97</p>	<p>530-4 531-2 532-0</p>	<p>Ação Nova: R\$ 1.000.000,00</p> <p>Alteração de Ação: R\$ 600.000,00</p>

					<p>praias etc. Esta cidade está necessitando de cuidados através do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.</p> <p>Proposta 311: recursos orçamentários e financeiros para dar continuidade ao Programa Bolsa Reciclagem para 2013 a 2015. Para 2013 prever recursos de 3 milhões.</p> <p>Proposta 379: Designar recursos para a implantação da coleta seletiva e para apoiar os catadores de materiais recicláveis, principalmente no Sul de Minas.</p> <p>Proposta 387: Nova ação: apoiar a inclusão socioprodutiva dos catadores, por meio de compra de equipamentos. Região: Rio Doce. Município: Timóteo.</p> <p>Proposta 388: Retornar com a Ação 4040 no PPAG 2013, aumentando a meta financeira para R\$4.500.000.</p> <p>Proposta 386: Garantir recursos financeiros nos orçamentos de 2013, 2014 e 2015 para mobilizar as 9 regiões administrativas do</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>Estado e constituir 9 Fóruns Regionais. Assegurar a participação dos representantes dos Fóruns Regionais nas reuniões bimestrais do Fórum Estadual Lixo e Cidadania para que se possa debater as demandas regionais, planejar ações e monitorar o desenvolvimento do trabalho, integrando governos, sociedade civil e movimentos organizados.</p> <p>Justificativa: O Município de Capitólio é hoje um dos destinos indutores do turismo em Minas Gerais e tem no setor turístico a base de sua economia. No entanto, convivemos com uma realidade onde a não destinação correta de seu lixo repercute em sua imagem. Não podemos esquecer a necessidade de uma solução para a destinação do lixo que a Política Nacional de Resíduos Sólidos passa a exigir do municípios.</p> <p>290: realização desta ação no Município de Januária, em consórcio com os municípios da microrregião, em vista proximidade com o Rio São Francisco e a Serra Itapiraçaba. O</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>lixão de Januária é um dos maiores da região.</p> <p>380: Sou uma pessoa nascida em Januária, que visita sempre, e sou cobrada pelos moradores para pedir melhoramentos para esta cidade histórica. Proposta 311: MGfoi pioneiro a reconhecer o trabalho ambiental realizado pelos catadores de materiais. O processo de inclusão sócio-produtiva dos catadores tem uma dimensão econômica - resíduos que não vão para os aterros sanitários; social - inclusão social dos catadores; ambiental - um ambiente saudável para a sociedade.</p> <p>379: Há atualmente pouco ou quase nenhum recurso para a coleta seletiva pro parte do Estado. Com a coleta seletiva feita por catadores e associações de catadores podemos proceder a inclusão social de forma digna e adequada das famílias desses catadores. O apoio atual por parte do Estado de Minas Gerais a essas pessoas é irrisório.</p> <p>387 388: importância do aumento de recurso para as ações de sustentabilidade das</p>					
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--



					<p>famílias e fortalecimento desses grupos.</p> <p>386: Apoiar os Municípios mineiros numa proposta de regionalização para erradicar lixões, implantar ou consolidar a coleta seletiva com a inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis e a participação efetiva da sociedade, considerando a política nacional e estadual e o Fórum Estadual Lixo e Cidadania.</p>						
1716	Pela aprovação	Sicoob Saromcredi (São Roque de Minas) - Paulo Henrique de Matos Almeida	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	217 - SEGURANÇA DE ALIMENTOS	(Outros) Alocação de recursos financeiros para garantir a finalização e abertura do entreposto de maturação de queijo minas artesanal (QMA) do município de Medeiros, além da elaboração e construção do entreposto de maturação de QMA no Município de São Roque de Minas. Tal ação implicará na alocação de aproximadamente R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), permitindo o atendimento da legislação vigente e a agregação de valor no QMA Canastra e sua região de delimitação geográfica. Os recursos	20 – AGRICULTURA	602 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	EMENDA AO PPAG (anexar as PLEs 1716 e 1713 à PLE 1712) ver anotações na PLE 1712	-----	----	-----

						<p>serão alocados durante o período 2013-2015, respeitando o seguinte fluxo: R\$600.00,00 (seiscentos mil reais), R\$100.000,00 (cem mil reais) e R\$100.000,00 (cem mil reais) respectivamente.</p> <p>Justificativa: Tal ação permitirá a inclusão socioeconômica da maioria dos produtores de QMA Canastra (em sua maior parte enquadrados na Agricultura Familiar). Permitirá também de regularizar a produção no tocante à legislação estadual e federal, além de valorizar e salvar este produto reconhecido nacionalmente.</p>					
1717	Pela aprovação	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) -, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Vilson Luiz da Silva	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR	<p>(Outros) Criar a ação Feira Agríminas. Valor R\$450.000,00. Órgão coordenador: Seapa</p> <p>Proposta 363: Restaurar a Ação 4086, relativa à Feira Agríminas, com as metas financeiras de: R\$450.000 para 2013, R\$500.000 para 2014 e R\$550.000 para 2015.</p> <p>Justificativa: A Agríminas é uma feira da Agricultura Familiar, promovida anualmente pela Fetaemg, em parceria</p>	20 – AGRICULTURA	605 – ABASTECIMENTO	<p>EMENDA AO PPAG (restauração), À LOA e REQUERIMENTO - PPAG: Incluir ação para FEIRA ESTADUAL DE AGRICULTURA FAMILIAR - AGRÍMINAS, restaurando a ação 4086 com meta financeira de R\$450.000,00 (R\$400.000,00 - restauração - + R\$50.000,00 - dinheiro novo), mantendo-se os demais atributos. - LOA: alocar R\$450.000,00 na ação nova criada e especificar R\$50.000,00 (custeio) para apoio ao 6º encontro de agricultores rurais do centro-oeste que acontece anualmente no dia ou próximo ao dia do agricultor, 28 de julho, em Divinópolis. OBS.: a especificação de R\$50.000,00 na LOA atende ao</p>	98	533-9	Ação Nova: R\$ 450.000,00

						com o Governo Estadual. Tem por objetivo fomentar a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Proposta 363: A Feira Agriminas tem por objetivo fortalecer a comercialização dos produtos da agricultura familiar e reforma agrária. A iniciativa é uma parceria da Fetaemg e do Governo do Estado.			demandado pela PLE 1769  Req. ao MDA, solicitando apoio financeiro para a realização da Feira Estadual de Agricultura Familiar de Minas Gerais - Agriminas.			
1718	Pela aprovação	() - Maflávia A. L. Ferreira	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	23 - JOVENS MINEIROS PROTAGONISTAS		(Outros) incluir na regionalização das ações 1201 - Plug Minas e 1192 - Minas mais Jovem, do Programa 023, a região Jequitinhonha/Mucuri, com meta física e financeira para os anos 2013, 2014 e 2015.  Justificativa: Os Jovens do jequitinhonha/Mucuri necessitam de oportunidades e a ação Plug Minas (1201) e Minas mais Jovem (1192) fomentam a formação e o aperfeiçoamento profissional e a implantação de espaços para jovens na compreensão de seu papel na sociedade.	14 – DIREITOS DA CIDADANIA		REQUERIMENTO - À Seej, solicitando estudos de viabilidade de implantação de um Centro de Referência da Juventude em cada Macrorregião de Planejamento do Estado, com retorno à ALMG dos resultados obtidos, fundamentalmente no que diz respeito à repercussão no planejamento par 2014-2015	-----	----	-----
1719	Pela aprovação	Sicoob Saromcredi (São Roque de Minas) - Marco César Gubel	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	169 - DESENVOLVIMENTO	QUALIFICAÇÃO GERENCIAL E TÉCNICA	(Outros) Incluir na Ação 1199 formação técnica aos produtores a pasto; incluir a região sudoeste de MG na	20 – AGRICULTURA	606 – EXTENSÃO RURAL	REQUERIMENTO - à Seapa, ao IMA e à Emater, indicando a capacitação demandada (formação técnica aos produtores a pasto), para ser realizada no âmbito	-----	----	-----

				DO AGRO NEGÓ CIO MINEI RO	DAS UNIDADE S PRODUTI VAS DE PECUÁRI A LEITEIRA - MINAS LEITE.	regionalização; e acrescentar 80 produtores na meta física e R\$80.000 (R\$1.000 por produtor) na meta financeira).  Justificativa: Trazer conhecimento sobre o potencial de produção de leite a pasto, consolidando o conhecimento sobre o manejo de pastos tropicais.			da Ação 4125.			
1720	Pela aprovação	() -, () - Selma Chaves Moreira Vargas, Assoc. Comunitária dos Moradores Comunidade Córrego Nacísio (Araçuaí) - Catilene Pereira Rodrigues, Associação dos Povos Indígenas (Belo Horizonte) - Marinalva Maria de Jesus	1 - Rede de Educação e Desenvolvime nto Humano	3 - MELH OR EMPR EGO	COM LICENÇA, VOU A LUTA	(Outros) Criar oportunidades de trabalho para as mulheres da zona rural de Araçuaí e região.  Proposta 42: Alterar o objetivo da ação 1296 - Com Licença Vou a Luta - de modo a estimular não só as mulheres acima dos 40 anos com baixa escolaridade, mas também quem tem formação superior, mas não tem uma oportunidade porque não tem uma indicação, mas tem bom currículo. Proposta 343: Montagem de barracas para mulheres indígenas desaldeadas para realização de trabalhos durante a Copa de 2014, especialmente para venda de comidas típicas e alimentação em geral.	<b>11 – TRABALHO</b>	333 – EMPREGAB ILIDADE	REQUERIMENTO - à Sete, solicitando promoção de capacitação para mulheres do campo e para mulheres indígenas, com vistas ao aumento da renda do trabalho e da produção artesanal, e também esforços para articulação com a Sedese para possível inclusão desse público no âmbito da ação Com Licença eu Vou à Luta.	-----	----	-----

						<p>Proposta 343: Montagem de barracas para mulheres indígenas desaldeadas para realização de trabalhos durante a Copa de 2014, especialmente para venda de comidas típicas e alimentação em geral.</p> <p>Justificativa: Proposta 42: Incentivar as empresas a passarem a analisar os currículos e dar mais oportunidade às mulheres com ensino superior. Proposta 343: Reduzir a situação de pobreza das famílias indígenas, considerando que essas mulheres encontram-se desempregadas, de forma a possibilitar a geração de renda para as comunidades da cidade. Proposta 343: Reduzir a situação de pobreza das famílias indígenas, considerando que essas mulheres encontram-se desempregadas, de forma a possibilitar a geração de renda para as comunidades da cidade.</p>						
1721	Pela aprovação	Associação dos Pequenos Produtores (Divinópolis) - Adenilson Martins Caixeta, Associação dos Pequenos Produtores	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	28 - SUSTENTABILIDADE E INFR	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO	(Outros) Incluir cooperativas e associações no foco do programa 1212. Na região Sudoeste de MG, incluir na meta	20 – AGRICULTURA	605 – ABASTECIMENTO	REQUERIMENTO - à Seapa, solicitando atenção à região Centro-Oeste no âmbito da ação 4125.  VER OBS NO CAMPO	-----	----	-----

		<p>(Divinópolis) - Nilson Sergio Pereira, Câmara Municipal de Itaobim (Itaobim) - Maflávia A. L. Ferreira, Sicoob Saromcredi (São Roque de Minas) - Marco César Gubel, Sindicato dos Produtores Rurais de São Roque de Minas (São Roque de Minas) - José Antônio da Costa</p>		<p>AEST RUTURA NO CAMPO</p>	<p>MINAS GERAIS</p>	<p>física mais uma cooperativa/associação, e, acrescentar R\$500.000 na meta financeira para a construção de um armazém certificado para pequenos produtores.</p> <p>Proposta 153: Inclusão do Vale do Jequitinhonha/Mucuri na Ação 1212, com metas financeiras específicas.</p> <p>Proposta 162: Leite - Educação Técnica para melhoria geral da atividade. Milho - Educação Técnica para a melhoria desta atividade. Renda do milho - Ações estratégicas para a melhoria de renda, com construção de fábricas de ração, investimentos no valor de 1.500.000,00 Regionalização: incluir produtores rurais de São Roque de Minas e Região</p> <p>Proposta 163: Inclusão da região Centro-oeste, em especial os municípios de Divinópolis, São Sebastião do Oeste e Pedra do Indaiá, como regiões a serem beneficiadas pelo orçamento dentro dos projetos e ações existentes do PPAG.</p>			<p>SUGESTÃO DA CONSULTORIA</p>			
--	--	---	--	-----------------------------	---------------------	--	--	--	--------------------------------	--	--	--

					<p>Adequação Sócioeconômica e Ambiental de Propriedades Rurais, Projeto Irriga Minas, Fortalecimento da Agricultura Familiar para o abastecimento alimentar, Estratégias Nutricionais de Promoção à Saúde.</p> <p>Justificativa: Aumentar e melhorar a qualidade do armazenamento de cooperativas, visando a certificação de depósitos e armazéns. Ter um armazém certificado (exemplo: certificação UTZ), para suprir demanda de armazenamento de produtos certificados. Hoje a capacidade é zero nesse quesito. Proposta 153: O Vale do Jequitinhonha necessita de investimento para irrigação e no desenvolvimento do agronegócio devido aos seus fatores climáticos que anualmente castigam a produção agrícola nessa região. Proposta 162: Leite - Baixa produção e renda. É possível melhorar a qualidade e quantidade da produção, para melhorar a renda. Milho - Média tecnologia. É possível melhorar a tecnologia</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						<p>de produção para aumento de renda e produção Renda do Milho - Não á produção com valor agregado. É preciso urgente de uma fábrica para a Cooprativa de São Roque de Minas, nesta já existe silo, unidade de armazenagem, terreno, energia e estrutura humana.</p> <p>Proposta 163: Por ser uma região que dispõe de condições para o desenvolvimento agrícola sustentável, mas porém, carente de apoio e promoção dos agricultores e da agricultura. Carência em: consultorias técnicas, capacitação, fomento ao associativismo, regularização fundiária, acesso à terra, em programas ambientais de conservação e uso correto do solo e da água.</p>						
1722		<p>Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte) - Guilherme Henrique Rodrigues Rocha, Sicoob Saromcredi (São Roque de Minas) - Marco César Gubel, Superint. Regional de Saúde - Secretaria de Estado de Saúde</p>	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	25 - CULTIVAR, NUTRIÇÃO E EDUCAÇÃO	<p>FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O ABASTECIMENTO ALIMENTAR</p>	<p>(Outros) No programa 1218, incluir formação técnica aos pequenos produtores para produção de alimentos hortifrutigranjeiros. Na região Sudoeste de MG, incluir na meta física mais 30 produtores, e, acrescentar R\$150.000 na meta financeira (R\$5.000 por produtor). Incluir São</p>	20 – AGRICULTURA	605 – ABASTECIMENTO	<p>EMENDA AO PPAG e À LOA</p> <p>- incluir as regiões Centro-Oeste, Sul de Minas, Triângulo, Alto Paranaíba na ação 1218, com meta física 50 e meta financeira R\$75.000,00, cada, e alocar meta física 135 e meta financeira R\$200.000,00 na região estadual (acréscimo total na ação de R\$500.000,00).</p>	99	534-7	Alteração de Ação: R\$ 500.000,00



		(Passos) - Camila Ribeiro Correia Amando				<p>Roque de Minas e região nessas ações.</p> <p>Proposta 247: Inserir a Secretaria de Estado da Saúde e a Subsecretaria de Vigilância em Proteção à Saúde na execução de ações educativas no projeto, com vistas à melhoria da qualidade do produto da agricultura familiar no que diz respeito à legislação sanitária a que são submetidos todos os produtos que serão expostos ao público consumidor.</p> <p>Proposta 373: Aumento da meta física de 800 para 1160 agricultores familiares atendidos. Aumento da meta financeira de R\$1.000.000,00 para R\$1.500.000,00</p> <p>Justificativa: Pequenos produtores em nossa região desconhecem o mercado hortifrutigranjeiros e hoje a produção é toda "importada" dos Ceasas de BH e SP (distâncias de 300 a 500km). É preciso motivar os pequenos produtores a diversificarem suas atividades e melhorar sua renda, atendendo à demanda do mercado regional, que hoje é</p>					
--	--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

						<p>atendido pela "importação" destes produtos dos Ceasas, a alto custo, sem agregação de renda à localidade.</p> <p>Proposta 247: Conhecimento por parte dos agricultores da legislação vigente, bem como de padrões de qualidade e identidade e boas práticas de fabricação de alimentos.</p> <p>Proposta 373: Para ampliar a execução do Projeto Estratégico Fortalecimento da Agricultura Familiar para o abastecimento alimentar, no âmbito do Programa Estruturador Cultivar, Nutrir e Educar. A execução em 2012 demonstrou a importância do programa estruturador, que colabora na implementação da Lei nº 11.947/2009, em Minas Gerais, por meio de ações de investimento e custeio. O aumento das metas física e financeira ampliará o alcance do programa a um número maior de municípios em 2013.</p>						
1723	Pela aprovação	() -, Cooperativa dos Produtores de Café de Piumhi (Piumhi) - Flávio Garbin Filho, Prefeitura Municipal de Capitólio (Capitólio) - José	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	193 - APOIO À CADEIA PRODUTIVA		(Outros) Criar o "Programa Café-Minas com Qualidade". Investimentos para as cooperativas e associações de pequenos produtores	20 – AGRICULTURA	601 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO	EMENDA AO PPAG, à LOA e REQUERIMENTO - PPAG: alterar a finalidade da ação 4334 para: Financiar cafeicultores - pessoas físicas ou jurídicas, suas associações e cooperativas e empresas da cadeia produtiva, bem	100	535-5	CARIMBO: R\$ 5.000.000,00

		Eduardo Terra Vallery, Sicoob Saromcredi (São Roque de Minas) - Éder de Oliveira Melo		DO CAFÉ	<p>para que eles possam organizar a cadeia produtiva e principalmente criar os produtos para cada região. Por exemplo, indicação geográfica do café da "Canastra" e exportação direta do produto. Contribuir para divulgação com ações de marketing e criação do circuito regional do café de acordo com as IGs.</p> <p>Proposta 116: Aquisição de máquina de limpar café voltante, com capacidade de 255cs/h, acoplada a um trator, para atender aos produtores de Capitólio. Valor da máquina: 60.000,00. Valor do trator: 90.000,00. Total: 150.000,00.</p> <p>Proposta 117: Levantamento de safra anual do café, com o objetivo de conhecer números corretos em hectares de produção e sacas colhidas, tendo em vista que os números apresentados pelo IBGE e pela Conab não condizem com a realidade da região.</p> <p>Justificativa: Melhorar a renda do pequeno produtor através da negociação em conjunto. Transformar o produto em referência de</p>		VEGETAL	<p>como realizar o diagnóstico da produção cafeeira no Estado, entre outros objetivos previstos na Lei nº 20.330, de 2012 (lei do Fecafé)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- alterar a regionalização, criando a região estadual, com meta física 0 e meta financeira R\$5.000.000,00</li> <li>- LOA - especificar R\$5.000.000,00 na ação 4334, para o objeto: realizar o diagnóstico da produção cafeeira no Estado (custeio) (estadual)</li> <li>- REQ</li> </ul> <p>À Seapa, solicitando priorização de instituições de pesquisas públicas situadas no Estado na contratação de instituição para a realização do diagnóstico da produção cafeeira no Estado.</p>		
--	--	--	--	------------	---	--	---------	--	--	--

						<p>qualidade para o Estado. Padronização do produto por região indicada.</p> <p>Sustentabilidade da cadeia produtiva.</p> <p>Melhor distribuição de renda eliminando os chamados atravessadores.</p> <p>Proposta 116: Agregar renda ao produtor rural. Aproveitar a casca como fertilizante. Eliminar o atravessador.</p> <p>Proposta 117: Números irrealistas, subjetivos, não dão sustentação para os produtores se planejarem e comercializarem sua produção.</p>						
1724	Pela aprovação	<p>Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Alexandre Borges de Jesus, Conselho Municipal de Saúde (Ribeirão das Neves) - Conceição de Jesus Santos, Prefeitura Municipal de Candeias (Candeias) - Delfina Resende Furtado, Prefeitura Municipal de Coronel Murta (Coronel Murta) - Francisco Eletancio Freire Murta</p>	2 - Rede de Atendimento em Saúde	49 - SAÚDE EM CASA	AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	<p>(Outros) Construir uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no bairro Palmeiras no Município de Coronel Murta para o atendimento de aproximadamente 1000 pessoas.</p> <p>Proposta 174: Apoiar financeiramente a construção de 04 Unidades Básicas de Saúde na zona rural do município de Candeias.</p> <p>Proposta 176: Construção de 06 Unidades Básicas de Saúde no Município de Ribeirão das Neves, distribuídas nas regiões de Justinópolis, Veneza e Centro, sendo 02 unidades em cada uma das regiões. Proposta</p>	10 – SAÚDE	301 – ATENÇÃO BÁSICA	<p>REQUERIMENTO</p> <p>- à SES, solicitando apoio aos Municípios para o credenciamento para financiamento de UBS, com suporte para o cumprimento das determinações constantes na Resolução 3.441, de 26 de setembro de 2012.</p> <p>- à Presidência da ALMg (ou COM. Saúde), solicitando envio de correspondência aos requerentes, com as informações constantes na Res 3441, de 26 de setembro de 2012 e informando novos prazos.</p>	-----	-----	-----

					<p>276: Construção de Unidade Básica de Saúde na Região Sanitária II de Ribeirão das Neves (Bairro Liberdade).</p> <p>Proposta 166: Implantar 01 Unidade Básica de Saúde no povoado de Goiaba, no município de Carmésia.</p> <p>Justificativa: Oferecer melhor atendimento à população, evitando que as pessoas se desloquem para UBS's de outros bairros.</p> <p>Proposta 174: O município de Candeias possui aproximadamente 750 km2 de extensão territorial e as longas distâncias entre as comunidades dificultam o acesso aos serviços de saúde, principalmente na zona rural. Proposta 176: Carência de Unidades Básicas de Saúde para o atendimento da população do município de Ribeirão das Neves. Proposta 276: Atualmente há 2 equipes de PSF para atender a 6 bairros. Havia verba para a construção de 3 unidades; 2 foram construídas mas em outra região. Proposta 166: Apesar de aproximadamente 300</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						<p>peças morarem no povoado de Goiaba, no município de Carmésia, não existe Unidade Básica de Saúde no local. A unidade mais próxima fica a 15 km.</p>						
1725	Pela aprovação	Federação Mineira de Xadrez (Belo Horizonte) - Luciane Sepúlveda Viana, Federação Mineira de Xadrez (Belo Horizonte) - Luciane Sepúlveda Viana	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	271 - MELHORIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA		<p>(Outros) Desenvolver, por meio do xadrez, o autocontrole psicológico, a criatividade, a capacidade de pensar de maneira lógica e ágil, estimulando-se a tomada de decisões com autonomia e melhorando-se a capacidade de aprendizado e de integração social. Proposta 252: Criação "Centros de Terinamento Enxadrísticos", cuja finalidade é implantar espaços que permitam ao cidadão praticar o esporte "xadrez", tendo como produto o espaço implantado e como metas físicas e financeiras, respectivamente, 20 espaços (em 20 municípios) e R\$200.000,00.</p> <p>Justificativa: O ensino do jogo de xadrez, de forma pedagógica, auxilia na formação do aluno, melhorando o desempenho escolar e a formação moral, social e psicológica. Proposta 252: A</p>	12 – EDUCAÇÃO	361 – ENSINO FUNDAMENTAL	EMENDA AO PPAG Restauração da ação 4068 - Xadrez na Escola, nos mesmos moldes de 2012.	101	-	Ação Nova: R\$ 80.000,00

						<p>implantação do centro de treinamento de xadrez é um plano estratégico para elevar e democratizar o padrão de qualidade esportiva e de atendimento ao programa Minas Mais Jovem - Plug Minas. Os centros envolveriam aulas teóricas e práticas, incentivando os atletas a participarem de competições. Nessas ações, o atleta desenvolve o espírito de decisão, assim como a firmeza de caráter, sendo, portanto, uma imagem adequada para o cotidiano da vida. Nos centros de treinamento os instrutores são preparados para ensinar xadrez de forma pedagógica com aspectos do xadrez competitivo. Busca-se o desenvolvimento comunitário, a partir do desenvolvimento do capital humano, potencializando os talentos, contribuindo para a formação do ser humano, por meio da convivência, aprendizagem e oportunidade para crianças e jovens, principalmente, em situação de vulnerabilidade social.</p>						
1726	Pela aprovação	Ação Reciclar Cooperativa (Poços	2 - Rede de Atendimento	49 - SAÚDE	AMPLIAÇÃO DA	(Outros) Treinar os profissionais das	10 – SAÚDE	301 – ATENÇÃO	REQUERIMENTO - À SES, solicitando a promoção de			

	de Caldas) - Luênia Maria Silva de Oliveira	em Saúde	E EM CASA	COBERTURA POPULACIONAL DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF)	<p>equipes de saúde da família para promover a busca ativa e o atendimento em domicílio dos catadores de materiais recicláveis, assim como o atendimento daqueles catadores que moram na rua.</p> <p>Justificativa: Os catadores de materiais recicláveis estão sujeitos ao contato com diversos micro-organismos causadores de doenças. Grande parte deles não utiliza os equipamentos de proteção individual e acabam contraindo diversas doenças relacionadas ao seu trabalho. Além disso, muitos catadores se recusam a procurar os serviços de saúde nas unidades básicas, por vergonha ou desconhecimento. Por essas razões, é importante que os profissionais das equipes de saúde realizem um trabalho mais próximo dos catadores de materiais recicláveis, inclusive aqueles que moram nas ruas, a fim de conscientizá-los sobre os cuidados com a sua saúde e promover o seu adequado atendimento.</p>		BÁSICA	capacitação de ESF específica para a busca ativa de catadores de material reciclável, moradores ou não de rua, para a atenção básica em saúde.	-----	----	-----
1727	Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte) -	1 - Rede de Educação e Desenvolvi	233 - COOPERAÇ		(Outros) A proposta PPAG PLE 1.366/2011 de autoria da			REJEIÇÃO			



		Clarise Fernandes da Silva	nto Humano	ÃO ESTA DO E MUNI CÍPIO NA ÁREA EDUC ACIO NAL	<p>Clarosofia Núcleo Mundial - CNM com a aprovação unânime em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais, e também contemplada por unanimidade no Seminário Legislativo Pobreza e Desigualdade com carga horária de 72 horas 24/25/26 2011, uma vez que a mesma foi contemplada em parceria com o governo, reivindicamos que seja inclusa no orçamento do PPAG 2012-2015 para implementação e o cumprimento do programa do cartão estudantil nos moldes do cartão ótimo do idoso, considerando que é de suma importância na vida do aluno, com restrições econômicas que não tem acesso a transporte e que comprovar a frequência na escola para o aluno da cidade e para o aluno do campo. Este programa deverá ser incluso no orçamento para ser cumprido, executado e implementado em parceria com o Governo de Minas Gerais, empresas de transporte e a ONG proponente, visando o controle social.</p> <p>Justificativa:</p>						
--	--	----------------------------	------------	--	--	--	--	--	--	--	--

1728	Pela aprovação	Câmara Municipal de Capitólio (Capitólio) -, Câmara Municipal de Capitólio (Capitólio) - Antônio Carlos de Oliveira	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	177 - MINAS SEM FOME		(Outros) Apoio à agricultura de tanque-rede - regularização e comercialização.  Justificativa: Caos no tratamento dessa atividade em Minas, sendo necessário apoio do Estado na regularização de empreendimentos e criação de infraestrutura de processamento e comercialização.	20 – AGRICULTURA	602 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO DO ANIMAL	EMENDA AO PPAG e REQUERIMENTO - incluir ação destinada à Criação de Pequenos Animais - Psicultura, no Programa Minas sem Fome, restaurando a ação 4147, com meta financeira de R\$200.000,00, mantendo-se os demais atributos.  Req. - À Emater, solicitando informações sobre a execução da ação 4147 e seus resultados, no exercício de 2012.	102	-	Ação Nova: R\$ 200.000,00
1729	Pela aprovação	(-) -, Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte) -, Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte) - Joyce Terezinha Vieira Cota	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	17 - PRÓ-ESCOLA		(Outros) Incluir ação que vise a adequação da infraestrutura física, operacional e de segurança para o atendimento educacional de alunos do ensino médio com deficiência.  Justificativa: Asegurar a acessibilidade nas unidades educacionais do ensino médio, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas nas edificações, incluindo instalações, equipamentos e mobiliário, e nos transportes escolares, bem como barreiras na comunicação.	12 – EDUCAÇÃO	367 – EDUCAÇÃO ESPECIAL	EMENDAS AO PPAG E REQUERIMENTO Anexar a PLE 1736 - Emenda ao PPAG nas ações 4593 e 4594, alterando a finalidade da ação, com inclusão de referência à acessibilidade. - Emenda ao PPAG na ação 4567, para alteração do produto para "Escola atendida". - (verificar se houve necessidade de alteração da meta física da 4567 com isso, com Mateus 3915.0431) - Requerimento à SEE, solicitando que a ação 4567 tenha foco exclusivo na dimensão pedagógica, deixando as intervenções para a adaptação de infraestrutura para a ação 4593, com a remanejamento dos recursos previstos para infra na ação 4567 (R\$1.400.000,00) para as ações 4593 e 4594, durante a execução.	103 104 105	-	
1730	Pela aprovação	Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim) - Wallyson Mardem Vieira Macedo	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	113 - DESENVOLVIMENTO	ELABORAÇÃO DOS PLANOS DIRETOR	(Outros) Efetivação da elaboração dos Planos Diretores de Recursos Hídricos e Enquadramento dos	18 – GESTÃO AMBIENTAL	544 – RECURSOS HÍDRICOS	REQUERIMENTO - À Semad e ao Igam, solicitando que proporcione capacitação dos agentes municipais para a elaboração de projetos a serem submetidos ao	-----	----	-----

				SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS	ES DE RECURSOS HÍDRICOS E ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA - FHIDRO	Corpos de Água - FHIDRO  Justificativa: Orientação aos Municípios na captação dos recursos financeiros para elaboração dos Planos Diretores de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos de Água - FHIDRO - em todos os Municípios do Vale do Jequitinhonha em um período de 12 meses. Descentralização dos recursos para os Municípios na elaboração do Plano			fundo.		
1731	Pela aprovação	Escola Família Agrícola Bontempo (Itaobim) - Ronald Henrique Loyola Silva, Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Eduardo Antônio Arantes do Nascimento	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR	APOIO A COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	(Outros) Inclusão dos Vales do Jequitinhonha/Mucuri nas metas financeiras ação 4115.  Proposta 364: Alterar a finalidade da Ação 4115 para: "apoiar o beneficiamento, a comercialização e a AQUISIÇÃO PARA MERCADO INSTITUCIONAL e distribuição dos produtos...". E acrescentar R\$200.000,00 na meta financeira.  Justificativa: Esses vales necessitam urgente de apoio à comercialização da agricultura familiar (Ação 4115) é investimento no	20 – AGRICULTURA	605 – ABASTECIMENTO	EMENDA AO PPAG - alteração da finalidade da ação 4115, para: APOIAR O BENEFICIAMENTO, COMERCIALIZAÇÃO, aquisição pelo MERCADO INSTITUCIONAL (hospitais, presídios, órgãos públicos, além da alimentação escolar na rede estadual), E DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MINAS GERAIS, GERANDO OCUPAÇÃO E RENDA NO CAMPO E COLABORANDO PARA A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DA POPULAÇÃO.	106	-

						<p>fomento a atividade produtora e organização agrícola (ação 4114) devido à especificidade regional dificultada pelas condições climáticas desfavoráveis</p> <p>Proposta 364: A partir da publicação do Decreto Federal nº 7.775, de 2012, o Estado pode realizar comprar de alimentos da agricultura familiar, com dispensa de licitação, por meio de chamadas públicas. Trata-se do instrument denominado Compra Institucional, criado por esse decreto. O objetivo é fortalecer a agricultura familiar, gerando renda e inclusão social, nos moldes dos resultados positivos dos programas do PAA e do PNAE. O valor acrescido na ação é para o governo do Estado estruturar o seu próprio sistema para realizar as compras institucionais.</p>						
1732	Pela aprovação	Estudantes pela Liberdade (Belo Horizonte) - Juliano Torres, Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Vilson Luiz da Silva, Sicoob Saromcredi (São Roque de	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	28 - SUSTENTABILIDADE E INFRAESTRUTURAS RURAIS	ADEQUAÇÃO SOCIOECONÔMICA AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES RURAIS	(Outros) Incluir a educação ambiental adequada à nova legislação ambiental no escopo da Ação 1194, aumentando 80 produtores na meta física e R\$1.600.000,00 (R\$20.000 por produtor) na meta	18 – GESTÃO AMBIENTAL	541 – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	EMENDA AO PPAG E REQUERIMENTO - acrescentar a região Centro-Oeste, com mestas físicas e financeiras da ação 1194, a partir de 2014 - físicas 60 e financeira R\$42.840,00. Requerimento: - À Seapa, solicitando avaliação dos efeitos econômicos no setor agrícola das intervenções provocadas pela ação 1194, custo/benefício dessas i	107	-	

		Minas) - Marco César Gubel		O	<p>financeira, no Sudoeste de Minas.</p> <p>Proposta 369: Emenda ao PPAG para exclusão da Ação 1194 - Adequação socioeconômica e ambiental as propriedades rurais e cancelamento total dos recursos previstos na ação (R\$300,000) no total da receita estimada e despesa fixada no Projeto de Lei Orçamentária (R\$68.101.631.673,00) por meio de emenda textual ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.471/12 - LOA. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e despesa. Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa e da receita.</p> <p>Proposta 376: Ação: Adequação Socioeconômica e Ambiental de Propriedades rurais: Dobrar a meta física e o recurso (meta financeira). Meta física: de 6.420 para 12.840; Meta financeira: de R\$17.300,00 para R\$34.600,00.</p>		ntervenções, critérios de seleção do público beneficiário e planejamento da expansão dessas atividades no biênio 2014-2015.			
--	--	----------------------------	--	---	--	--	---	--	--	--

					<p>(Obs. o valor acima refere-se ao total no período de 2013-2016)</p> <p>Justificativa: Os produtores desconhecem a antiga e a nova legislação</p> <p>Proposta 369: A Ação faz parte de uma série de iniciativas do PPAG destinadas a subsidiar o agronegócio, em especial ao grande produtor rural. Trata-se de uma tentativa de indução e planejamento econômico por parte do Estado, que se traduz, na prática, em transferência coercitiva de renda de alguns setores da sociedade para o setor agropecuário, notadamente dos mais pobres para os mais ricos. O programa gera não só um gasto supérfluo, como prejudicial à economia, pois recursos são retirados de atividades produtivas dos cidadãos para serem ineficientemente alocados pelo Estado em ações escolhidas por critérios políticos. Os recursos destinados ao programa podem ser melhor alocados pelo próprio cidadão mineiro, e por isso propomos a supressão</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						<p>tanto da despesa quanto da receita. Ressaltamos que a proposta não é abarcada pela vedação constante no art. 160 da Constituição do Estado e art. 35 da LDO/2012 (...)</p> <p>Proposta 376: O programa é importante, pois viabiliza a Regularização Ambiental e avalia as alternativas de desenvolvimento econômico e social.</p>						
1733	Pela aprovação	( ) -, ( ) - Adriana Ferreira Gomes, Câmara Municipal de Itaobim (Itaobim) - Maflávia A. L. Ferreira, Escola Família Agrícola Bontempo (Itaobim) - Ronald Henrique Loyola Silva, Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim) -, Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim) - Wallyson Mardem Vieira Macedo	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR	FOMENTO À ATIVIDADE PRODUTIVA E À ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	<p>(Outros) Inclusão dos Vales do Jequit/Mucuri nas metas financeiras ação 4114.</p> <p>Proposta 141: Ampliação da meta financeira para os vales Jequit/Mucuri na ação 4228.</p> <p>Proposta 142: Inclusão do Vale do Jequit/Mucuri na Ação 4429, com meta financeira específica.</p> <p>Proposta 143: Ampliação da meta financeira para os vales Jequit/Mucuri na ação 4229.</p> <p>Proposta 144: Ampliação da meta financeira para os vales Jequit/Mucuri na ação 1151.</p> <p>Proposta 145: Ampliação da meta financeira para os vales Jequit/Mucuri na ação 1154.</p> <p>Proposta 146:</p>	20 – AGRICULTURA	605 – ABASTECIMENTO	<p>EMENDA AO PPAG (6), À LOA (6) e REQUERIMENTO:</p> <p>Ampliação da meta financeira para os vales Jequit/Mucuri na ação 4228 - igualar à metas física e financeiras do Norte de Minas.</p> <p>Ampliação da meta financeira para os vales Jequit/Mucuri na ação 4229: igualar à metas física e financeiras do Norte de Minas.</p> <p>Proposta 144: Ampliação da meta financeira para os vales Jequit/Mucuri na ação 1151: igualar à metas física e financeiras do Norte de Minas..</p> <p>Proposta 145: Ampliação da meta financeira para os vales Jequit/Mucuri na ação 1154: igualar à metas física e financeiras do Norte de Minas..</p> <p>Ampliação da meta financeira para os vales Jequit/Mucuri na ação 4367: igualar à metas física e financeiras do Norte de Minas.</p> <p>Ampliação da meta financeira para os vales Jequitinhonha/Mucuri na ação 4154: igualar à metas física e financeiras do Norte de Minas.</p>	108 109 110 111 112 113	536-3 537-1 538-0 539-8 540-1 541-0	Alteração de Ação: R\$ 158.028,00

					<p>Ampliação da meta financeira para os vales Jequit/Mucuri na ação 4367.</p> <p>Proposta 148: Inclusão do Vale do Jequit/Mucuri na Ação 1199, com metas financeiras específicas.</p> <p>Proposta 150: Inclusão de meta financeira para os vales Jequit/Mucuri na ação 4152.</p> <p>Proposta 149: Ampliação da meta financeira para os vales Jequitinhonha/Mucuri na ação 4154.</p> <p>Justificativa: Esses vales necessitam urgente de apoio à comercialização da agricultura familiar (Ação 4115) é investimento no fomento a atividade produtora e organização agrícola (ação 4114) devido à especificidade regional dificultada pelas condições climáticas desfavoráveis</p> <p>Proposta 142: O Vale do Jequitinhonha é a região mais carente de Minas devido às condições climáticas, e precisa de investimento financeiro na transferência de tecnologia de integração lavoura, pecuária e floresta.</p> <p>Proposta 141: Proposta 143:</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--



						<p>Proposta 144: Proposta 145: Proposta 146: Proposta 149: Proposta 150: Os vales Jequitinhonha e Mucuri possuem grandes extensões territoriais e os recursos financeiros nas ações listadas são insuficientes. É necessária a inclusão de meta financeira para o Jequitinhonha/Mucuri da Ação 4152, pois esses vales precisam indiscutivelmente de apoio à agricultura familiar pela sua vocação histórica</p> <p>Proposta 148: O Vale do Jequitinhonha necessita de investimento para irrigação e no desenvolvimento do agronegócio devido aos seus fatores climáticos que anualmente castigam a produção agrícola nessa região.</p>						
1734		<p>() -, () -, () -, () -, () -, () -, () -, () -, () -, () -, () -, () - Adriana Ferreira Gomes, () - Alcidônio do Santos Batista, () - Gilmar Vieira Freitas, () - Maria Aparecida Nunes Silva, () - Mauro dos Santos, Assoc. Comunitária dos Moradores Comunidade Córrego Nacísio</p>	10 - Rede de Infraestrutura	166 - BARRAGENS DE MINAS	<p>IMPLANT AÇÃO DE BARRAGENS</p> <p>(Outros) Construção de grandes e pequenas barragens. Aquisição de equipamentos para favorecer a captação de água e sua distribuição até as moradias.</p> <p>Proposta 136: Construir barragem no Rio Gravatá. Proposta 140: Incluir na finalidade da Copanor atendimento às comunidades rurais</p>	17 – SANEAMENTO	511 – SANEAMENTO BÁSICO RURAL	<p>EMENDA AO PPAG E LOA (anexar 1734 e 1772)</p> <p>Atender à emenda nas áreas de barragem, sistemas de distribuição e abastecimento de água, conforme o solicitado, além da restauração da 4051.</p> <p>Abrir janela em todas as ações (1048, 1062, 1079, 1084, 1098, 1375, 3003), com as especificações, para assegurar recepção de recursos na execução.</p> <p>Alterar finalidade, onde couber, para o atendimento às comunidades com menos de 200 habitantes</p>	<p><b>114</b></p> <p><b>115</b></p> <p><b>116</b></p> <p><b>117</b></p>	<p><b>542-8</b></p> <p><b>543-6</b></p> <p><b>544-4</b></p> <p><b>545-2</b></p> <p><b>574-6</b></p> <p><b>575-4</b></p> <p><b>567-3</b></p> <p><b>546-0</b></p> <p><b>547-9</b></p>	<p>Ação Nova: R\$ 240.000,00</p> <p>Alteração na Ação: R\$ 240.000,00</p>	

	<p>(Araçuaí) - Catilene Pereira Rodrigues, Associação Indígena Pankararu (Araçuaí) - Geralda Chaves Soares, Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí) - Elias Esteves Alves, Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí) - Tadeu da Costa Gomes, Câmara Municipal de Francisco Badaró (Francisco Badaró) - Antônio Reginaldo Martins Moreira, Câmara Municipal de Itaobim (Itaobim) - Maflávia A. L. Ferreira, Câmara Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa) - Vamilton Alves Jardim, Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Wellington Gonçalves dos Santos, Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo) - Higor Maciel Coelho, Prefeitura Municipal de Capelinha (Capelinha) - Albano Silveira Machado, Prefeitura Municipal de Coronel Murta (Coronel Murta) - Francisco Eletancio Freire Murta, Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa) -</p>			<p>com população inferior a 200 habitantes. Proposta 165: Criação de um sistema de abastecimento, tratamento e distribuição de água da Barragem do Calhauzinho para beneficiar a Escola Família Agroecológica de Araçuaí, Comunidades Córrego Fundo, Córrego Narcizo, Salitre e Barra do Córrego Narcizo, beneficiando aproximadamente 250 pessoas. Proposta 172: Ampliação de meta física e financeira da Ação 1062, para atendimento, com a implantação de módulos sanitários, das comunidades indígenas da região do Rio Doce: Carmésia, aldeia Pataxó, 30 unidades; Resplendor, Crenak, 30 unidades; região Jequitinhonha e Mucuri: Teófilo Antoni, Ladainha, comunidade Maxacali, 50 unidades; região Sul: Caldas, Xucuru Kariri, 20 unidades; e região Norte: Xacriabá, 50 unidades. Proposta 178: Incluir o Município de Capelinha na Ação Água para Todos. Proposta 180: Oferecer água potável de qualidade aos</p>		<p>- restaurar a 4051. Alterar regionalização da 1084, tb. Após a elaboração das emendas, encaminhar para <a href="mailto:luisa.barreto@planejamento.mg.gov.br">luisa.barreto@planejamento.mg.gov.br</a> 91964698 ou 39150695</p> <p>Ver anotações em 1772</p>			
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

		<p>Averaldo Moreira Martins, Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa) - Geraldo Magela Luiz Nobre</p>			<p>moradores dos Distritos de Freire Cardoso e Barras do Salinas, no Município de Coronel Murta. Proposta 181: Construção de barragens nos Rios Gravatá e Piauí e pequenas barragens nos córregos dessas bacias. Proposta 183: Apoio financeiro para aquisição de tratores (patrulhas mecanizadas) que serão utilizados na construção de barragens e barramentos no Município de Virgem da Lapa. Proposta 184: Garantir o abastecimento de água para a comunidade (quilombola) do Córrego do Narciso, no Município de Araçuaí. Proposta 187: Levar água da estação de captação de água da Copanor, localizada na Comunidade Baixa Quente, até às famílias da comunidade Coruto, no Município de Araçuaí. Proposta 188: Construção de barragens nos rios da região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri e distribuir a água às comunidades rurais. Aumentar meta física e financeira da ação (500 milhões de reais).(OBS da Consultoria: a</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>proposta do Autor refere-se à Ação 1048; alteramos para a 1084 por se tratar de barragem.) Proposta 190: Construção de barragens mistas em córregos da região.</p> <p>Proposta 192: Construção de barraginhas de contenção e barragens mistas nas grotas (terra e concreto), captação de água dos córregos para armazenamento nas barragens de argila.</p> <p>Proposta 192: Construção de barraginhas de contenção e barragens mistas nas grotas (terra e concreto), captação de água dos córregos para armazenamento nas barragens de argila.</p> <p>Proposta 194: Construir pequenas barragens no Córrego Água Suja, no Ribeirão dos Gangorras, o Barbosa, o Bem Querer, além de 40 barraginhas em diversos grupos de comunidades rurais.</p> <p>Proposta 196: Construção de uma pequena estação de tratamento de água para utilizar a água do Rio Jequitinhonha para consumo humano na Aldeia Cinta Vermelha Jundiba . Proposta 197: A Comunidade Aguada Nova (aproximadamente 480</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>peessoas), em Araçuaí, solicita o fornecimento de água para consumo humano, para dessedentação animal e para produção.</p> <p>Proposta 220: Água da Barragem do Calhauzinho seja distribuída à Comunidade de Boi Morto / Córrego do Narciso. Não querem poços artesianos uma vez que secam.</p> <p>Justificativa: Grande parte da população da região ainda mora na zona rural e a seca tem dificultado a vida das famílias e produtores rurais. Desta forma, deve-se investir mais em propostas direcionadas a favorecer a melhoria da infraestrutura (estradas, água potável, transporte e equipamentos agrícolas para os pequenos e médios agricultores da região do Jequitinhonha.</p> <p>Proposta 136: O rio está na UTI, parte dele já secou. Somos mais de 20 mil ribeirinhos, como viveremos sem água. Proposta 140: O Vale do Jequitinhonha sofre historicamente de escassez de água e por ser a fonte de vida primordial ao ser humano, solicitamos</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>que o acesso à água seja universalizado.</p> <p>Proposta 165: A EFA atende jovens de 7 municípios, 105 jovens e não tem acesso à água tratada; o que tem é através de abastecimento de caminhão pipa não assíduo, assim como as comunidades circunvizinhas. A água utilizada atualmente coloca em risco a saúde tanto dos alunos, como das famílias.</p> <p>Proposta 172: O saneamento básico nas comunidades indígenas ainda é muito precário, com unidades (sanitárias) em péssimo estado ou, até mesmo, sem nenhuma unidade. As fossas cépticas estão transbordando e até mesmo os dejetos estão sendo lançados nos leitos de rios.</p> <p>Proposta 178: O Município de Capelinha tem diversas comunidades rurais com sérios problemas de acesso à água tanto para o consumo doméstico quanto para a produção agropecuária. Proposta 180: A Copanor oferece o abastecimento de água nesses Distritos, porém, a água é de péssima qualidade (salgada). Proposta 181: Os rios estão</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>secando e os ribeirinhos estão ficando sem água para beber e produzir.</p> <p>(geração de emprego e renda) Proposta 183:</p> <p>Proposta 184: O caminhão Pipa não está levando água para a comunidade do Córrego do Narciso, devendo-se buscar água a 1 km de distância, carregando na cabeça, enquanto poderia ser puchada a água da barragem Calhauzinho. Luta-se por essa reivindicação já há mais de 6 anos.</p> <p>Proposta 187: A comunidade do Coruto fica a 4 kms da comunidade Baixa Quente e ao longo dos anos tem passado por dificuldades com a escassez da água e necessita água para uso domiciliar e para cultivo tradicional de hortaliças, vendidas na feira local há 30 anos. O acesso à água permitirá que as 22 famílias, cerca de 70 pessoas, possam continuar no meio rural e não tenham que ir embora para a cidade.</p> <p>Proposta 188:</p> <p>Proposta 190: É necessário perenizar os córregos com a construção de barragens para dar condição ao pequeno produtor rural de</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>trabalhar com agricultura familiar e preservando o meio ambiente. Proposta 192: As barraginhas e barragens mistas protegerão as estradas e o solo da erosão e reabastecerão o lençol freático. O fluxo de água é pequeno e é necessário captar água das grotas onde esse fluxo é maior. A captação de água no período chuvoso auxiliará na armazenagem de água nas barragens existentes que estão secas. Proposta 192: As barraginhas e barragens mistas protegerão as estradas e o solo da erosão e reabastecerão o lençol freático. O fluxo de água é pequeno e é necessário captar água das grotas onde esse fluxo é maior. A captação de água no período chuvoso auxiliará na armazenagem de água nas barragens existentes que estão secas. Proposta 194: O município de Berilo tem um dos mais baixos índices pluviométricos acarretando seca em todo o município. Proposta 196: Proposta 197: A comunidade Aguada Nova está abandonada,</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



						principalmente no tocante à água. Se não houver investimento urgente, não saberemos o que fazer. Proposta 220: Os poços artesanais na região secam, por isso é importante ter água de fonte perene por meio de distribuição da Barragem de Calhauzinho que atende a agricultura familiar. Caso contrário as famílias são obrigadas a migrar. A comunidade é isolada e sofre muito com a falta d'água.						
1735	() -, () -, Câmara Municipal de Itaobim (Itaobim) - Maflávia A. L. Ferreira	9 - Rede de Cidades	205 - REGULAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	OPERACIONALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	(Outros) Aumentar o valor da meta financeira para as Ações 4384 e 4385 para os vales Jequitinhonha e Mucuri.  Justificativa: Falta de cumprimento do contrato da Copasa em alguns Municípios para a execução da rede de esgotamento sanitário e ETE - Estação de Tratamento de Esgoto. Grande deficiência e morosidade na manutenção da rede de esgoto, gerando problemas de saúde pública gravíssimo em alguns municípios, inclusive o Município de Itaobim.	17 – SANEAMENTO	125 – NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	REQUERIMENTO À ARSAE, solicitando empenho nas operações de fiscalizações previstas na ação 4384 na região do Jequitinhonha/Mucuri, fundamentalmente para assegurar a implantação de ETEs e a execução de redes de coleta de esgoto.  Já estão previstas as fiscalizações, com metas física e financeira para o Jequitinhonha.	-----	----	-----	

1736		Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte) - Joyce Terezinha Vieira Cota	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	17 - PRÓ-ESCOLA		(Outros) Incluir ação nova que vise a adequação da infraestrutura física, operacional e de segurança das unidades escolares para o atendimento educacional de alunos do ensino fundamental com deficiência.  Justificativa: Assegurar a acessibilidade nas unidades educacionais do ensino fundamental, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas nas edificações, incluindo instalações, equipamentos e mobiliário, e no transporte escolar, bem como o de barreira nas comunicações. A ação deverá contemplar, também, as redes municipais de ensino.	12 – EDUCAÇÃO	367 – EDUCAÇÃO ESPECIAL	Anexar à PLE 1729		-----	-----	-----
1737	Pela aprovação	Prefeitura Municipal de Candeias (Candeias) - Delfina Resende Furtado, Prefeitura Municipal de Candeias (Candeias) - Nilton de Avelar Ribeiro, Sindicato dos Produtores Rurais de Araçuaí (Araçuaí) - José Otoni Alves Campos	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR		(Outros) Reinsere a Ação 4087 - CADASTRO DE AGROINDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE - com regionalização para os vales do Jequitinhonha/Mucuri.  Proposta 312: Retornar a Ação (4087) - Meta Financeira: R\$100.000,00 de cadastramento de agroindústrias rurais de pequeno porte. Alterar Meta Física de 600	20 – AGRICULTURA	661 – PROMOÇÃO INDUSTRIAL	EMENDA AO PPAG (restauração) e REQUERIMENTO - Incluir ação para CADASTRO DE AGROINDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE restaurando a ação 4087, com meta financeira de R\$100.000,00 (restauração), mantendo-se os demais atributos. REQ. - à Seapa, solicitando informações à Prefeitura Municipal de Candeias, solicitando informações sobre os resultados obtidos com a atuação do cadastro de agroindústrias de pequeno porte no município.	118	-	Ação Nova: R\$ 100.000,00	

					<p>para 10 agroindústrias de pequeno porte cadastradas e capacitadas.</p> <p>Proposta 375: Reincluir a Ação 4087 no PPAG, incluindo recursos financeiros para manutenção e infraestrutura dos consórcios de desenvolvimento e cadastramento da agroindústria rural de pequeno porte. Meta financeira: custeio R\$100.000,000, infraestrutura R\$200.000,00.</p> <p>Justificativa: Cadastrar os empreendimentos agroindustriais rurais com apoio da vigilância sanitária para adequação dos mesmos.</p> <p>Proposta 312: Continuar as ações de cadastramento das agroindústrias rurais de pequeno porte em outras regiões do Estado, como foi realizado, no ano de 2012, na Região Centro-Oeste. Proposta em 2013 para a Região Jequitinhonha - Mucuri.</p> <p>Proposta 375: Visto que estamos implantando o consórcio a que se</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						refere esta ação, precisamos mantê-los e criar infraestrutura para que eles operem regularmente.						
1738	Pela aprovação	Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - AMEFA (Belo Horizonte) - Gabriela Souza Santos, Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - AMEFA (Belo Horizonte) - Gilmar Vieira Freitas	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	232 - ESCOLA FAMILIA AGRÍCOLA	4587 - ATENDIMENTO ÀS ESCOLAS FAMILIA AGRÍCOLA	(Alteração de ação ) Alteração das metas física e financeira da ação 4587 - Atendimento Escola Família Agrícola ensino médio rural integrado à educação profissional e restauração (inclusão) das ações 2138 - atendimento Escola Família Agrícola ensino fundamental rural em tempo integral e nº 2139 - repassar recursos financeiros às Escolas Família Agrícola para subsidiar a execução de obras de infraestrutura. Proposta 297: Disponibilizar recursos para implantação de uma escola família agrícola no Centro Oeste, se possível em Divinópolis - Escola Rural Benjamim Constant na zona rural de Buritis. Proposta 299: Infraestrutura das Escolas Família Agrícola.  Justificativa: (...) em diagnóstico realizado pela Amefa, junto às Efa's em funcionamento e os parceiros através das fichas de pré-	12 – EDUCAÇÃO	EMENDA AO PPAG, À LOA E REQUERIMENTO Ação 4587 Acréscimo de R\$ 153.000,00 para manutenção das EFAs, por meio das Bolsas (especificar objeto de gasto) Acréscimo de R\$ 300.000,00 para reformas/melhorias (especificar objeto de gasto) Alterar regionalização  Requerimento: à SEE e Amefa para elaborar planejamento das intervenções de melhoria da infraestrutura das EFAs, bem como a ampliação das escolas conveniadas.	119 120	548-7 549-5 550-9 551-7 552-5 553-3	Ação Nova: R\$ 300.000,00  Alteração de Ação: R\$ 152.988,00	

					<p>matrícula, identificamos uma previsão de aumento dos alunos para o ano de 2012. Além das unidades em funcionamento, a partir de janeiro de 2013 iniciam as atividades em mais uma Efa de Ensino Médio no município de Taiobeiras , no Norte de Minas. Com isto, soma-se um total de 1.564 estudantes em 2012. Para apoiar a ampliação de modalidade de curso de ensino médio técnico profissionalizante nas atuais unidades de ensino que trabalham somente com ensino fundamental somando ainda o surgimento de novas Efa's, baseado uma demanda já diagnosticada pela Amefa, teremos 2.260 alunos em 201, 3.105, em 2014 e 3.490 em 2015. Todas as Efa's em implantação já possuem terra, parte da estrutura, uma articulação para associação, várias parcerias, os documentos pedagógicos em construção, uma grande demanda dos jovens. Proposta 297: É uma forma de amenizar o êxodo rural muito frequente na</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						<p>região. Devido ao nucleamento das escolas rurais e a forma como a educação acontece, sem valorizar e observar a realidade do aluno, dando a ele a oportunidade de conhecer a sua realidade e dela usufruir para sua sobrevivência e qualidade de vida. Hoje em Divinópolis a população rural representa apenas 2,8% e a situação está ficando cada vez pior, falta mão de obra e pessoas motivadas para promover o desenvolvimento rural. Proposta 299: As escolas família agrícola são atendidas em MG por programa de apoio através da Lei 14.614/2003, com financiamento per capita (bolsa aluno). Este recurso é utilizado para manter a escola funcionando, porém não dá conta de contribuir para reformas e ampliação das escolas devido à demanda crescente e a cada ano. Com uma infraestrutura adequada, as Efa's terão condições de atender mais e melhor a demanda emergent.</p>						
1739	Pela aprovação	Prefeitura Municipal de Itambacuri (Itambacuri) - Yasmin Dias Netto	2 - Rede de Atendimento em Saúde	53 - SANEAMENTO	SANEAMENTO DE MINAS	(Outros) Garantia de módulos sanitários para o atendimento das comunidades rurais e	17 – SANEAMENTO	511 – SANEAMENTO BÁSICO RURAL	EMENDA LOA (carimbo) e REQUERIMENTO - LOA - ação 1079 - Vida no Vale - Copanor - especificação de	-	<b>576-2</b>	CARIMBO: R\$ 250.000,00

				PARA TODOS		urbanas de baixa renda do Município de Itambacuri.  Justificativa:			R\$250.000,00 para construção de módulos sanitários em Itambacuri, em domicílios rurais e urbanos (recursos da região J/M) - Requerimento: À Sedru, solicitando priorização na implantação de módulos sanitários em Itambacuri, no âmbito da ação 1098 - Saneamento de Minas.			
1740	Pela aprovação	Associação dos Pequenos Produtores (Divinópolis) - Adenilson Martins Caixeta, Associação dos Pequenos Produtores (Divinópolis) - Nilson Sergio Pereira, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Rômulo Luiz Campos, Prefeitura Municipal de Candeias (Candeias) - Delfina Resende Furtado	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	112 - VIABILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA RURAL	INFRAESTRUTURAS DO SETOR AGROPECUÁRIO	(Outros) Disponibilizar recursos para a aquisição de um imóvel em Divinópolis para a criação do complexo do agronegócio de Divinópolis e região. Uma área construída de 6000 m² onde há projeto de ocupação por vários órgãos públicos e entidades sociais.  Proposta 164: Recursos financeiros para construção de galpão para estocagem de produtos agrícolas e também para venda e processamento de hortifrutigranjeiros.  Proposta 265: Criar ação nova. Organizar rede de negócios da agricultura familiar por microrregião de Minas Gerais, dotado de serviços com assistência técnica, estrutura administrativa, logística, infraestrutura para beneficiamento e agregação de valor a produtos, operando	20 – AGRICULTURA	691 – PROMOÇÃO COMERCIAL	REQUERIMENTO À Seapa, solicitando análise das demandas apresentadas e se entender viável, que viabilize o planejamento de seu atendimento para 2013, com retorno à ALMG sobre o posicionamento tomado.	-----	----	-----

					<p>entrepoto para atender demandas. - Reativar galpões existentes (já construídos) - Construir novos galpões microrregionais - Estrutura e organização logística - Estruturar galpões com equipamentos para beneficiamento de produtos</p> <p>Justificativa: É um galpão que se encontra ocioso a muitos anos, oferece condições para um conjunto de atendimentos e serviços que facilitará a vida dos agricultores e da população, possibilitando um maior desenvolvimento econômico e a valorização da agricultura familiar a partir de um local adequado para a realização dos procedimentos de fornecimento de produtos aos clientes principalmente do PNAE, em que Divinópolis é referência.</p> <p>Proposta 164: Temos no município um espaço do produtor rural, porém nos falta um galpão para armazenagem de grãos e seleção de hortifruti granjeiros.</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



						Proposta 265: Já existem vários galpões do Programa "Barracão do Produtor" criado nos anos noventa, vários estão desativados, outros subutilizados, apenas três funcionando, podendo apoiar a articulação do complexo de produção - beneficiamento de produtos - e comercialização, atendendo demandas das compras públicas e privadas.						
1741	Pela aprovação	Prefeitura Municipal de Candeias (Candeias) - Delfina Resende Furtado	2 - Rede de Atendimento em Saúde	237 - ATENÇÃO À SAÚDE	FORTALECIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE	(Outros) Apoiar financeiramente o Hospital Carlos Chagas (Fundação Comunitária Carlos Chagas) no Município de Candeias e dar a ele nova vocação, direcionando-o para o atendimento ao idoso, incluindo-o na Rede de Atendimento ao Idoso.  Justificativa: Devido à função social e à importância dos hospitais filantrópicos, é necessário dar a eles nova vocação para que não pereçam. A população idosa do Município de Candeias é 10% maior que a média do Estado.	10 – SAÚDE	302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	EMENDA À LOA E REQUERIMENTO - Emenda à LOA (sem crescimento de recursos), com especificação do objeto do gasto na ação 4388, para Hospital Carlos Chagas (Fundação Comunitária Carlos Chagas), em Candeias. À SES, solicitando estudos de viabilidade da inclusão do Hospital Carlos Chagas (Fundação Comunitária Carlos Chagas), em Candeias, no Pro-Hosp, com vistas a ampliar sua capacidade de atendimento, fundamentalmente à população idosa.	-	577-0	CARIMBO: R\$ 100.000,00
1742	Pela aprovação	Conselho Municipal de Saúde (Belo Horizonte) - Walter Agostinho da Silva	2 - Rede de Atendimento em Saúde			(Outros) Criar serviço de acompanhamento após alta hospitalar de pacientes em situação de vulnerabilidade	10 – SAÚDE	303 – SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	REQUERIMENTO À Secretaria de Estado de Saúde, solicitando gestão junto aos municípios para que referenciem a população em situação de rua em	-----	----	-----

						social como moradores de rua, usuários de álcool e drogas e com transtorno mental.  Justificativa:		CO	unidades básicas de saúde, para que possam fazer o acompanhamento dessa população após a alta hospitalar (pacientes com transtorno mental; usuários de droga; portadores de HIV; de tuberculose, entre outros).			
1743	Pela aprovação	Associação dos Catadores de Papel de Belo Horizonte - ASMARE (Belo Horizonte) - Marília Gonçalves Andrade de Oliveira	2 - Rede de Atendimento em Saúde	53 - SANEAMENTO BÁSICO - COPASA PARA TODOS	SANEAMENTO BÁSICO - COPASA	(Outros) Conclusão da obra de Estação de Tratamento de Esgoto da região do Veneza em Ribeirão das Neves e instalação de rede de interceptor da rede coletora de esgoto na mesma região.  Justificativa: A obra está parada mais de um ano.	17 – SANEAMENTO	512 – SANEAMENTO BÁSICO URBANO	REQUERIMENTO - à Copasa e Arsae, solicitando agilidade na conclusão da ETE no bairro Veneza, com solicitação de informação à ALMG do cronograma das obras e revisão de término.	-----	----	-----
1744	Pela rejeição	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Rômulo Luiz Campos	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	3 - MELHOR EMPREGO		(Outros) Os recursos do orçamento devem ser especificados por áreas temáticas: qualificação profissional; geração de renda; e aumento da produtividade do trabalho.  Justificativa: O estabelecimento de objetivos e metas específicas possibilita mais transparência e controle social.			REJEIÇÃO (atendido em outras ações do PPAG)			
1745	Pela aprovação	Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS (Belo Horizonte) - Cristiane Nazareth da Silva	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	COFINANCIAMENTO DO PISO MINEIRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	(Outros) Ampliar o recurso da Ação 4301 para R\$57.622.778,40 (acréscimo de R\$9.488.368,40)  Justificativa: Com a universalização do Piso Mineiro, faz-se	08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	REQUERIMENTO - À Sedese, solicitando estudos de impacto da alteração do valor de base e da base de dados para o Cad Único 2012 para a alteração dos repasses do piso mineiro da assistência social, com informação à ALMG. - À Sedese, solicitando esforços para a capacitação em gestão da política	-----	----	-----

				ANOS		necessário a uniformização da base de cálculo do valor repassado aos Municípios, passando para R\$2,20, associado ao CadÚnico de 2012. Desse forma será corrigida a discrepância existente hoje, pois apenas 100 Municípios recebem recursos do Piso Mineiro calculado a partir dos R\$2,20, o restante recebe R\$1,80 baseado no cálculo do CadÚnico de 2010.			socioassistencial nos municípios do Estado, fundamentalmente no que diz respeito à aplicação dos recursos provenientes do piso mineiro da assistência social e às alterações que serão promovidas pela nova NOB/Suas.			
1746	Pela aprovação	() -, () -, () -, () - Albano Silveira Machado, () - Higor Maciel Coelho, Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS (Belo Horizonte) - Cristiane Nazareth da Silva, Prefeitura Municipal de Coronel Murta (Coronel Murta) - Francisco Eletancio Freire Murta	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS BÁSICA	COFINANCIAMENTO DE SERVIÇOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO BÁSICA	(Outros) Ampliar meta financeira da ação 4234 em R\$1.500.000,00 e meta física em 15 para investimento em implantação de Centros de Referência de Assistência Social nos Municípios do Estado que ainda não possui o Cras.  Proposta 84: Inclusão do Município de Capelinha na ação 1176 com o objetivo de construir e equipar o Cras Vista Alegre.  Proposta 81: Inclusão do Município de Berilo na Ação 1176 - Travessia Social, com objetivo de construir e equipar o Cras do Município.  Proposta 78: Aquisição	08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	EMENDA À LOA e REQUERIMENTOS - Emenda à LOA, na ação 4234, com acréscimo de R\$250.000,00, especificando o objeto do gasto para: - construção e equipamento de Cras, em Berilo (R\$100.000,00); - Construção e equipamento de Cras, em Capelinha (R\$100.000,00); - Aquisição de veículo para o Cras de Coronel Murta (R\$50.000,00).  REQUERIMENTOS - à Sedese, solicitando gestão junto aos 15 municípios que ainda não implantaram CRAS, com vistas a estimular a adesão à política socioassistencial - Ao CEAS, solicitando gestão junto aos Conselhos Municipais de Assistência Social dos 15 municípios que ainda não implantaram CRAS, com vistas a estimular a adesão à política socioassistencial.	-	578-9	Alteração de Ação: R\$ 250.000,00

						<p>de automóvel para o Cras em Coronel Murta.</p> <p>Justificativa: Considerando que existem em Minas Gerais Municípios que não possuem o equipamento público de Cras, e a importância desse equipamento para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social no Estado, faz-se necessária emenda proposta. Proposta 84: Beneficiar 3.500 pessoas dos bairros Vista Alegre, Aparecida, Maria Lúcia, Planalto e Cidade Nova, especialmente famílias de baixa renda, participantes de programas sociais e do bolsa família. Proposta 81: Atender um contingente de famílias de baixa renda, principalmente as beneficiárias do Programa Bolsa Família. Proposta 78: Proporcionar meios para a equipe volante do Cras realizar acompanhamento familiar nas 24 comunidades rurais do Município de Coronel Murta.</p>						
1747	Pela aprovação	Associação dos Povos Indígenas (Belo Horizonte) - Marinalva Maria de	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	154 - AGEN DA JOVE	DESENVOLVIMENTO E CAPACIT	(Outros) Oferta de cursos profissionalizantes e de qualificação para o	<b>11</b> – TRABALHO	333 – EMPREGAB	Emenda ao PPAG e Emendas à LOA (2) - LOA: acréscimo de R\$100.000,00	<b>121</b>	<b>554-1</b> <b>579-7</b>	Alteração de Ação; R\$ 200.000,00

		Jesus, Pastoral dos Migrantes (Araçuaí) - Sandra Pinto de Souza		M	AÇÃO DO JOVEM	<p>mercado de trabalho para jovens e adolescentes de comunidades indígenas desaldeados, com recebimento de bolsa no valor de 1 salário mínimo, como incentivo. Meta física de 30 jovens atendidos em 2013; 30, em 2014; e 30, em 2015 na Região Central e Meta financeira a definir.</p> <p>Proposta 103: Garantir políticas públicas de geração de emprego e de renda voltadas para a juventude, na região de Araçuaí, Virgem da Lapa, Chapada, Berilo, Novo Cruzeiro e Jenipapo de Minas.</p> <p>Justificativa: Resgatar os jovens indígenas das ruas e dos vícios, como drogas e álcool, de forma preventiva.</p> <p>Proposta 103: A maioria da população dessa região trabalha em usinas e fazendas de café em condições precárias e degradantes.</p>		ILIDADE	<p>na ação 1133, com especificação do objeto do gasto para elaboração de diagnóstico da população trabalhadora atingida pelos processos de mecanização da colheita de cana-de-açúcar e café e de corte do eucalipto, e para a produção de Plano de absorção e qualificação dessa mão-de-obra.</p> <p>- LOA: acréscimo de R\$100.000,00 na ação 4531, com especificação do objeto do gasto para qualificação de jovens no Médio Jequitinhonha (municípios Araçuaí, Virgem da Lapa, Chapada, Berilo, Novo Cruzeiro e Jenipapo de Minas)</p> <p>OBS.: avisar no parecer que a demanda dos índios será atendida na PLE 1672/2012 (que recebeu a anexação da PLE 1827/2012)</p> <p>OBS: a ação 4531 está apenas com janela orçamentária, com expectativa de receber recursos de convênio com o Ministério do Trabalho (Pró-Jovem)</p>			
1748	Pela aprovação	() -, () -, Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS (Belo Horizonte) - Mauro Alves de Souza Alves	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS		(Outros) Incluir os seguintes objetivos no Programa 011 - Assistência social e direitos humanos 1. fortalecer as ações de combate à pobreza e à fome em Minas Gerais, incorporando a			REJEITAR Proposta já contemplada no objetivo do programa.			

				ANOS	<p>perspectiva etno-racial e de gênero em todas as ações de assistência social, de segurança alimentar e nutricional e nos programas de transferência de renda do Governo Estadual, com prioridades às mulheres chefes de família;</p> <p>2. garantir políticas de renda, cidadania, assistência social, segurança alimentar para população negra, quilombola, indígena, cigana e comunidades de terreiros;</p> <p>3. incorporar as necessidades das comunidades indígenas, ciganas e negras nas diretrizes do planejamento das políticas de assistência social e de segurança alimentar;</p> <p>4. promover a igualdade de direitos no acesso ao atendimento socioassistencial, à segurança alimentar e nutricional e aos programas de transferência de renda, sem discriminação etno-racial, cultural, de gênero ou de qualquer outra natureza.</p> <p>Justificativa: Necessidade de explicitar as questões etno-raciais, de</p>						
--	--	--	--	------	--	--	--	--	--	--	--

						gênero e de cultura para garantir direitos.						
1749	Pela rejeição	Associação dos Povos Indígenas (Belo Horizonte) - Marinalva Maria de Jesus, Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Alexandre Borges de Jesus	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	267 - PROGRAMA DE GERAÇÃO DE RENDIMENTO E INCLUSÃO PRODUTIVA	PROJETO DE INCLUSÃO PRODUTIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	(Outros) Implantar e fomentar grupos produtivos de jovens e adolescentes indígenas desaladeados e em situação de pobreza para confecção de artesanato indígena com material reciclável, como sementes, casca de côco, cabo de vassoura, penas e outros. Meta física de 30 jovens atendidos em 2013; 30, em 2014 e 30, em 2015 e meta financeira a definir.  Proposta 283: Garantir apoio para capacitação dos indígenas, de forma a potencializar a produção de artesanato, produção agrícola e agroindústria, técnicas de costura, vigilância sanitária, e outros, na comunidade ou em Municípios de referência. Regionalização: aumento das metas física e financeira para a região do Norte de Minas, xacriabá e São João das Missões; e inclusão da Região Rio Doce, Pataxó, Carmésia, Krenak, Resplendor.  Justificativa: Geração de renda e fortalecimento da	11 – TRABALHO	334 – FOMENTO AO TRABALHO	REJEITAR OBS>: dizer, no parecer que a demanda será atendida pela PLE 1672 (que recebeu a anexação da PLE 1827)			

						cultura indígena possibilitando a sua permanência nas cidades, além de contribuir para a conservação do meio ambiente. Proposta 283:						
1750	Pela aprovação	() - Karina Alves, Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte) - Renata dos Santos Vieira	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS		<p>(Outros) restauração da ação 1012 "</p> <p>Implantação de núcleo estadual do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da população em situação de rua e dos catadores de materiais recicláveis".</p> <p>Proposta 186: Restauração "implantação de núcleo estadual do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da população de rua e dos catadores de materiais recicláveis", com meta física de 01 unidade na região central, e meta financeira de R\$100.000,00.</p> <p>Proposta 232: Criar nova ação: "acompanhamento da implantação da política de população em situação de rua" com a previsão de seminários em quatro regiões do Estado (Triângulo, Central, Sul de Minas e Norte de Minas). meta física: 4 meta financeira: R\$250.000,00</p> <p>Justificativa:</p>	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	422 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	EMENDA AO PPAG (restauração de R\$100.000,00 + 150.000,00, de dinheiro novo) -Inclusão de ação no âmbito do Programa 162, intitulada Apoio à Estruturação do Núcleo Estadual do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis. Finalidade: ESTRUTURAR EQUIPE TÉCNICA, REALIZAR SEMINÁRIOS REGIONAIS E ELABORAR PLANO DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL Região - Central - Meta física: 1 - Meta financeira: R\$250.000,00 (100 mil de restauração) Produto: Núcleo apoiado	122	-	Ação Nova: R\$ 250.000,00



						<p>Proposta 186: Diante da violência com a população de rua e catadores no Estado faz-se necessário a implantação do Centro.</p> <p>Proposta 232: Baseado na pesquisa da política pública para a população de rua no Estado de Minas Gerais, deu-se início a implantação desta política no Estado.</p> <p>Esta ação será de extrema importância para o acompanhamento da implantação desta política no Estado e para a divulgação e debate da Lei 767/2011.</p>						
1751	Pela aprovação	( ) - Marlice Ornelas Lúcio, Ação Social Santo Antônio - ASSANT (Araçuaí) -, Ação Social Santo Antônio - ASSANT (Araçuaí) -, Ação Social Santo Antônio - ASSANT (Araçuaí) -, Ação Social Santo Antônio - ASSANT (Araçuaí) -, Ação Social Santo Antônio - ASSANT (Araçuaí) - Erly Souza Rocha, Ação Social Santo Antônio - ASSANT (Araçuaí) - Marilda Vieira Campos, Ação Social Santo Antônio - ASSANT (Araçuaí) - Meide A. M. Cardoso, Associação Intermunicipal Proteção ao	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	COFINANCIAMENTO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL	<p>(Outros) ampliar recursos na ação 4236 para financiar a implantação de centros dia para pessoa idosa em todos os municípios com mais de 50 mil habitantes.</p> <p>Proposta 80: Aquisição de veículo para atender adolescentes institucionalizados em consórcio intermunicipal, abrangendo os Municípios de Araçuaí, Coronel Murta e Virgem da Lapa.</p> <p>Proposta 99: Implantar centro de referência para pessoa com</p>	08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	EMENDA À LOA (2) E REQUERIMENTOS - Emenda à LOA, na ação 4236, no valor de R\$ 50.000,00, especificando o objeto do gasto para aquisição de veículo para o município de Araçuaí, para utilização pelo consórcio dos municípios Araçuaí, Coronel Murta e Virgem da Lapa, no atendimento a adolescentes institucionalizados. (investimento) - Emenda à LOA, na ação 4236, no valor de R\$120.000,00, especificando o objeto do gasto para transferência para o Fundo Municipal de Assistência Social de Araçuaí, para manutenção de abrigo para idosos, crianças e adolescentes. (custeio) (Ver requerimentos na sugestão da consultoria)	-	586-0 587-8	Alteração de Ação: R\$ 170.000,00

		<p>Adolescente (Virgem da Lapa) - Lucélia Rodrigues de Oliveira de Melo, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte) - Ilca Morais, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte) - Sandra de Mendonça Mallet</p>			<p>deficiência, de caráter regional, no Município de Itaobim, médio Jequitinhonha, com estrutura adequada ao público, com profissionais especializados, com equipe multidisciplinar (psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social, médico e fisioterapeuta), com gestão compartilhada entre Estado, Municípios e sociedade civil.</p> <p>Proposta 104: ampliar o cofinanciamento da assistência social de alta complexidade, especialmente para o acolhimento de crianças e adolescentes na região de Jequitinhonha/Mucuri, repassando recursos para as ONGs que já desempenham esse serviço.</p> <p>Proposta 193: Criação de centros de apoio e acolhimento ao idoso vítima de violência em municípios com mais de 50 mil habitantes, de modo a garantir a retirada do idoso do ambiente violador até a sua superação.</p> <p>Justificativa: Segundo o IBGE, 13% da população é idosa. Até 2050, esse contingente irá dobrar,</p>					
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--	--

					<p>além disso, teremos 180 idosos para cada 100 jovens. Essa inversão da pirâmide etária nos leva a necessária reflexão sobre maior investimento nessa área. Com as famílias cada vez menores e o grande contingente de famílias de baixa renda e de idosos analfabetos, a proteção ao idoso se torna ainda mais necessária.</p> <p>Proposta 80: Garantir a prestação do serviço de forma mais efetiva.</p> <p>Proposta 99: Constatase uma deficiência em equipamentos sociais direcionados ao atendimento às pessoas com deficiência na região do Vale do Jequitinhonha.</p> <p>Proposta 104: Há mais de 40 anos que a ONG da região atua no acolhimento à criança e ao adolescente, desenvolvendo ação de proteção social especial de alta complexidade, sem receber nenhum recurso do Município ou do Estado.</p> <p>Proposta 193: Considerando o aumento da população idosa e que entre as denúncias de violência</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						contra o idoso recebidas pelo disque direitos humanos, disque 100 e pelo conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte, a violência intrafamiliar é a que mais se destaca. Essa proposta consta das deliberações da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado de Minas Gerais.						
1752	Pela aprovação	Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Mezaque da Silva de Jesus	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	17 - PRÓ-ESCOLA	GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	(Outros) Alteração da Ação 4593 do Programa 017 (Pró-Escola) Inclusão de atendimento para reforma, ampliação e construção de escolas indígenas. - Regionalização: Rio Doce, Sul de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Centro Oeste. - Pankarane, Krenac, Maxacali, Cariri, Caxixó, Pataxó e Xacriabá.  Justificativa: É importante reformar as escolas indígenas, uma vez que se encontram em situação precária em várias comunidades. Reafirmamos que essa é uma ação estratégica para o desenvolvimento comunitário e valorização da cultura	12 – EDUCAÇÃO	361 – ENSINO FUNDAMENTAL	REQUERIMENTO À SEE, solicitando levantamento da situação da infraestrutura das 15 escolas indígenas do Estado e planejamento para o atendimento, com prioridade para essas escolas, com reforma/ampliação.	-----	----	-----

						a fim de garantir melhor formação para nossas crianças e jovens. Sendo assim, a construção/ampliação das escolas e áreas de lazer é fator de extrema importância nesse processo.						
1753	Pela aprovação	() -, () - Dinéia Aparecida Domingues	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	233 - COOPERATIVA ESTADUAL MUNICIPAL NA ÁREA EDUCACIONAL		<p>(Outros) Inclusão de nova ação no Programa 233 - Cooperação Estado Município na Área Educacional. Ação: Manutenção e qualificação das ações dos conselhos municipais da área de educação.</p> <p>Proposta 201: Inclusão de nova ação no Programa 233 - Cooperação Estado Município na Área Educacional.</p> <p>- Ação: Fortalecimento e qualificação das ações dos conselhos municipais de educação.</p> <p>- Finalidade: qualificação das ações com vistas ao fortalecimento, com qualidade, da educação básica.</p> <p>- Metas:</p> <p>Unidade de medida: município</p> <p>Produto: município atendido</p> <p>Justificativa: Disponibilizar recursos financeiros visando à criação, manutenção e qualificação dos</p>	12 – EDUCAÇÃO	122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	<p>EMENDA PPAG E REQUERIMENTO Ação 2086 Restauração de R\$ 80.000,00.</p> <p>Emenda PPAG: Alteração de finalidade da ação 2086: (...) bem como incentivar e qualificar a atuação dos conselhos municipais.</p> <p>Requerimento à SEE, CAE e Consfundeb, solicitando que parte dos recursos da emenda popular seja utilizados na qualificação dos conselhos já existentes e estímulo à implementação de novos conselhos de educação.</p>	123	555-0	Alteração de Ação: R\$ 80.000,00

						conselhos municipais de educação, de alimentação escolar e do Fundeb. Proposta 201: Apenas 83 municípios mineiros têm CME's instalados; é preciso cooperação técnica e financeira visando à criação, manutenção e qualificação desses conselhos e respectivos sistemas de ensino.						
1754	Pela aprovação	Associação dos Catadores de Papel de Belo Horizonte - ASMARE (Belo Horizonte) - Marília Gonçalves Andrade de Oliveira	2 - Rede de Atendimento em Saúde	237 - ATENÇÃO À SAÚDE	GESTÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES EM SAÚDE	(Outros) Destinar 15 ambulâncias para o Município de Ribeirão das Neves, sendo 5 para a regional de Justinópolis, 5 para a regional do Veneza e 5 para o Centro.  Justificativa: Falta de transporte sanitário suficiente para o atendimento da população do Município de Ribeirão das Neves.	10 – SAÚDE	122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	REQUERIMENTO À SES, solicitando apoio aos municípios da RMBH, especialmente para o Município de Ribeirão das Neves, na aquisição de ambulâncias.  a ação 4281 não tem previsão para ambulâncias, apenas para microônibus, para transporte regional de passageiros. A rede de urgência e emergência para a macro região Centro ficará pronta em 2013, o que deve atender a essa demanda.	----	----	-----
1755	Pela aprovação	() -, () -, () - Dinéia Aparecida Domingues, Câmara dos Deputados (Brasília) - Maria Izabel Vieira	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	271 - MELHORIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	(Outros) Inclusão de nova ação no Programa 271 - Melhoria da Educação Básica - Ação: Desenvolvimento da educação infantil pré-escolar. - Finalidade: disponibilizar recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros aos municípios visando assegurar a universalização da educação infantil pré-escolar.	12 – EDUCAÇÃO	361 – ENSINO FUNDAMENTAL	EMENDA AO PPAG E REQUERIMENTOS - Inclusão de ação no âmbito do Programa 233, para Apoio aos Municípios para a Universalização da Educação Infantil: produto: município atendido região: estadual basear nas metas do Plano Decenal Meta Financeira: R\$100.000,00 - Reqs: - à SEE, solicitando informações sobre as ações implementadas e programadas para educação infantil, na cooperação técnica com os Municípios, nos termos do Plano Decenal de Educação 2011- 2020;	124	-	Ação Nova: R\$ 100.000,00	

					<p>- Unidade de medida: Município</p> <p>- Produto: Município atendido</p> <p>Proposta 204: Inclusão de nova ação no Programa 271 - Melhoria da Educação Básica</p> <p>- Ação: Desenvolvimento da educação infantil</p> <p>Proposta 205: Garantir suporte técnico (de gestão, pedagógica, administrativa) às secretarias municipais de educação para a universalização do atendimento às crianças de zero a três anos de idade. Proposta 288: Construção de creche para atender a Comunidade da Região Sanitária 11 de Ribeirão das Neves (bairros Liberdade, Vereda, San Marino e San Reno) e também uma no bairro Veneza.</p> <p>Justificativa: A imensa maioria dos municípios ainda não constituiu sistema educacional próprio, portanto faz a gestão da educação no âmbito do sistema estadual de ensino, daí a necessidade de cooperação técnica e financeira para a garantia do direito educacional. Proposta 204: Disponibilizar recursos humanos,</p>		<p>- à SME Ribeirão das Neves solicitando análise de viabilidade de ofertar classes de educação infantil nas regiões listadas na proposta, uma vez que dos bairros citados, apenas o bairro Veneza possui 2 escolas que oferecem a educação infantil (creche).</p> <p>- à SEE, solicitando informações sobre a destinação dos recursos da ação 2074 - Apoio à educação Infantil, que tem como meta o pagamento de pessoal, já que o Estado mantém apenas 6 escolas de educação infantil.</p>		
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					técnicos, materiais e financeiros aos municípios visando assegurar a universalização da educação infantil faixa pré-escolar (crianças entre 4 e 5 anos completos), conforme EC 59/2009. Proposta 205: A ausência de amparo técnico dificulta às secretarias municipais de educação assumirem a sua responsabilidade constitucional de prover a educação infantil nesta faixa etária, impossibilitando às crianças o acesso à educação e às mães onde terem de deixar seus filhos para buscarem o mercado de trabalho. Proposta 288: As mães desses bairros não possuem local adequado para deixarem os filhos, por isso não conseguem trabalhar.							
1756	Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - AMEFA (Belo Horizonte) - Maria Rosa Jané I Pujol	6 - Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação	43 - TECNOLOGIA E INOVAÇÃO RUMO À ECONOMIA DO CONHECIMENTO	(Outros) Inclusão de nova ação no Programa 043 - Tecnologia e Inovação Rumo à Tecnologia do Conhecimento. - Ação: Inclusão rural às tecnologias de telecomunicação. - Finalidade: promover o acesso às tecnologias básicas de telecomunicação (telefonia celular e internet) nas comunidades rurais.	<b>19 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>	722 - TELECOMUNICAÇÕES	REQUERIMENTO - À Sectes, solicitando providências para utilização da rede existente para CVTs e telecentros com a finalidade de instalação de terminais para uso de telefonia por internet/VOIP	-----	----	-----		



					<p>- Produto: Comunidade coberta com rede de telecomunicações.</p> <p>- Meta física: 2013 a 2015: 500</p> <p>- Meta financeira: 2013 a 2015: R\$ 200.000,00</p> <p>- Regionalização: Jequitinhonha e Norte de Minas</p> <p>Proposta 274: Incluir nova ação no programa 043:</p> <p>Ação: inclusão das comunidades rurais aos telecentros rurais</p> <p>Finalidade: difundir a instalação de telecentros nas comunidades rurais, especialmente dos jovens.</p> <p>Produto: telecentro instalado</p> <p>Meta: 2013: 40 2014: 40 2015: 40</p> <p>Regionalização: Jequitinhonha</p> <p>Justificativa: A tecnologia de comunicação é imprescindível para a inserção social no cotidiano e ainda mais para o desenvolvimento econômico, participação social e acesso ao conhecimento. As</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						comunidades rurais do semiárido estão excluídas em quase sua totalidade ao acesso à tecnologia das telecomunicações, impedindo o desenvolvimento econômico dessas comunidades e estimulando o contínuo êxodo rural, tirando e aniquilando as forças jovens do campo. Proposta 274: Êxodo rural dos jovens por causa da exclusão ao direito ao acesso à comunicação, conhecimento e pesquisa na Internet.						
1757	Pela aprovação	Câmara Municipal de Capelinha (Capelinha) - Tadeu Filipe Fernandes, Prefeitura Municipal de Candeias (Candeias) - Delfina Resende Furtado	2 - Rede de Atendimento em Saúde	44 - REDES INTEGRADAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	(Outros) Destinar recursos financeiros para construção da sede própria do Caps 1 no Município de Candeias.  Proposta 249: Garantir 1 Caps para o Município de Capelinha.  Justificativa: A sede do Caps 1 do Município de Candeias é alugada e atende pacientes de 4 Municípios da região. Proposta 249: Capelinha é município pólo na Vale do Jequitinhonha com população de 35.000 habitantes e com grande demanda por atendimento de pacientes com	10 – SAÚDE	302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	REQUERIMENTO À SES solicitando estudos sobre a viabilidade de implantação de CAPS I nos Municípios de Capelinha e de Candeias.  OBS.: a implantação de Caps deve ser pactuada na CIB.	----	----	-----

						transtornos mentais. O caps a ser imlantado beneficiará não só Capelinha mas também a região circunvizinha.						
1758	Pela aprovação	Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo) - Higor Maciel Coelho, Prefeitura Municipal de Coronel Murta (Coronel Murta) - Francisco Eletancio Freire Murta	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	165 - LEITE PELA VIDA		(Outros) Criação de um banco de alimentos com estrutura e equipamentos para atender às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e de outros programas sociais, geralmente filhos de garimpeiros e agricultores familiares, beneficiando cerca de 500 famílias e fortalecendo a agricultura familiar, envolvendo 70 agricultores familiares, nos Municípios de Coronel Murta e Berilo.  Justificativa: Fortalecer a agricultura familiar e disponibilizar alimentos de qualidade para as famílias carentes.	<b>20</b> – AGRICULTURA	605 – ABASTECIMENTO	REQUERIMENTOS - À Sedvan, solicitando atendimento às famílias citadas dos municípios de Berilo e Coronel Murta no âmbito do Programa Leite pela Vida; - À Seapa / Subsecretaria de Agricultura Familiar, solicitando atenção aos Municípios de Berilo e Coronel Murta na execução das ações de apoio ao PPA e ao PNAE - AO MDS, solicitando informação à CPP e À PAA sobre os próximos editais e seus critérios para a implantação de bancos de alimentos.	-----	----	-----
1759	Pela aprovação	Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Alexandre Borges de Jesus	8 - Rede de Identidade Mineira	149 - INCENTIVO AO ESPORTE		(Outros) Restaurar a ação 4069 - Promoção do Esporte Indígena.  Justificativa: Foi realizado o primeiro Jogos Indígenas de Minas Gerais, em São João das Missões. Foi muito importante para a	<b>27</b> – DESPORTO E LAZER	423 – ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	EMENDA PPAG - Inclusão da ação para promoção do esporte indígena, restaurando a ação 4069, com os mesmo valores e atributos.	<b>125</b>	-	Ação Nova: R\$ 200.000,00

						integração dos povos no fortalecimento da cultura e resgate dos jogos tradicionais.						
1760	Pela aprovação	Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Alexandre Borges de Jesus	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS		(Outros) Apoio à realização do "Abril Indígena", que é um evento realizado todos os anos para a discussão sobre políticas públicas para todos os povos de Minas Gerais.  Justificativa: Os povos tem dificuldades de, individualmente, debaterem políticas públicas. Esse evento é o momento certo em que se juntam todas as etnias para dialogar com o Governo em busca dessas políticas públicas.	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	423 – ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	EMENDA À LOA (Dinheiro novo) - Emenda à LOA, na ação 4475, com acréscimo de R\$70.000,00, com especificação do objeto do gasto para o Conselho de Promoção da Igualdade Racial (Cepir), para realização do Abril Indígena, em BH, evento destinado à discussão e formulação de políticas públicas de proteção às comunidades indígenas do Estado.	-	582-7	Alteração de Ação: R\$ 70.000,00
1761		Assoc. Mineira das Federações Esportivas de M.G. - AMIFEMG (Belo Horizonte) - Wellington de Souza	8 - Rede de Identidade Mineira	42 - DESTINOS		(Outros) "Tour Real" - Caminhada, equestre e ciclismo. Desenvolvimento e realização de eventos no eixo da Estrada Real (entre Diamantina e Ouro Preto), onde teremos a realização desses eventos com a participação de caminhantes, ciclistas e usuários de tração animal (cavaleiros). Sendo esses eventos totalmente estruturados para o recebimento dos participantes com apoios diretos. As etapas serão discriminadas, sendo:	23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	695 – TURISMO	REQUERIMENTO à Setur, para que avalie a possibilidade de apoio à realização do evento, possivelmente no âmbito dos programas 103 - APOIO FINANCEIRO AO TURISMO MINEIRO, ou 114 - ESTRUTURAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO MINEIRO.	-----	----	-----

etapa somente com tração animal e assim seguidamente. Aparentemente detalhes referenciados e copiados das ações do caminho de Santiago de Compostela.

Proponente não cadastrado - Wellington de Souza - Bicho do Mato MTB Clube

Justificativa:  
Desenvolvimento e levantamento do trecho entre Ouro Preto e Diamantina, onde todo o trecho da Estrada Real serão levantados e demarcado, o qual será gerado um guia com legendas de todo o percurso, onde cada sítio, riachos e outros marcos geográficos estarão determinados neste guia. Projeto já planilhado e registrado pelo proponente.

1762	Pela aprovação	Delegacia de Polícia (Piumhi) - Antônio Fernando Gomes	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	112 - VIABILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA RURAL	INFRAESTRUTURAS DO SETOR AGROPECUÁRIO	(Outros) Ampliação da patrulha rural mecanizada, com aquisição de tratores agrícolas, para o atendimento ao pequeno produtor  Justificativa: Incentivo do plantio direto, sustentabilidade e geração de renda na agroindústria familiar. Muitos produtores não conseguem adquirir seu próprio maquinário, com a utilização dessas máquinas poderia subsidiar os gastos da produção. A administração seria realizada pelas associações de produtores ou através dos sindicatos.	20 – AGRICULTURA	661 – PROMOÇÃO INDUSTRIAL	REQUERIMENTO À Ruralminas para que ela estude a viabilidade de estruturar essa nova alternativa de política pública. (aquisição de tratores para utilização e administração coletiva, por associações de produtores ou através dos sindicatos).	----	----	-----
1763	Pela aprovação	Prefeitura Municipal de Candeias (Candeias) - Delfina Resende Furtado	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	119 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR		(Outros) Repasse financeiro diretamente para os municípios menores de 20 mil habitantes para aplicação exclusiva na agropecuária.  Justificativa: Os municípios pequenos possuem maior dificuldade financeira e dependem em sua maioria exclusivamente da atividade rural.	20 – AGRICULTURA	606 – EXTENSÃO RURAL	REQUERIMENTO - À Seapa, solicitando estudo de mecanismos para o apoio aos Municípios no incremento de ações de ATER. - À Seapa e à Emater, solicitando a realização de concurso público para ampliação dos quadros técnicos da Emater.	----	----	-----
1764	Pela aprovação	Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo	2 - Rede de Atendimento em Saúde	238 - VIGILÂNCIA ALIMENTAR E	VIGILÂNCIA ALIMENTAR E	(Outros) Alteração da finalidade para: realizar acompanhamento	10 – SAÚDE	306 – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	EMENDA AO PPAG e a LOA - Emenda ao PPAG: Alteração da finalidade da ação 4240, para incorporar a referência à	142	580-0 581-9	Alteração de Ação: R\$ 329.000,00

		<p>Horizonte) - Ezequiel Alves Martins, Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte) - Guilherme Henrique Rodrigues Rocha, Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte) - Waldeci Campos de Souza</p>		<p>SAÚDE</p>	<p>NUTRICIONAL</p>	<p>nutricional da população e implementar o Plano Estadual de Ação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN. Garantir a alimentação permanente de dados no SISVAN Web, realizar diagnóstico e avaliação do funcionamento do SISVAN no Estado.</p> <p>4240 - Alteração da meta financeira: aumentar o valor total de R\$ 1.000.000,00 para R\$ 2.000.000,00. Proposta 240: 2046 (Consea) - Aumentar a meta financeira de R\$ 270.000,00 para R\$ 575.000,00. Proposta 246: 1140 (Cresans) - Aumentar a meta financeira de R\$ 1.000,00 para R\$ 100.000,00. Proposta 281: 2075 (articulação institucional) - Aumento da meta financeira de R\$ 23.000,00 para R\$ 250.000,00.</p> <p>Justificativa: A necessidade de alteração da finalidade deve-se ao fato de o texto atual não ser exatamente uma finalidade.</p> <p>Com relação à meta financeira, o valor de</p>			<p>implementação do Plano e à estruturação/consolidação do Sisvan. Aproveitar o conteúdo da descrição da ação nabase do PPAG (ver na sugestão da Consultoria)</p> <p>- Emenda à LOA, acréscimo de recursos nas ações (dinheiro novo):</p> <p>- 2046, acrescentar R\$230.000,00 (total de R\$500.000,00)</p> <p>- 1140, acrescentar R\$99.000,00 (total de R\$100.000,00)</p>		
--	--	---	--	--------------	--------------------	---	--	--	--	--	--

					<p>R\$ 1.000.000,00 quando dividido por 400 municípios , resulta em R\$ 2.500,00 por município. Quando elevado para R\$2.000.000,00, representa um recurso de R\$ 5.000,00 por município, possibilitando de fato a implementação da ação. Proposta 240: Adequação do valor previsto para 2013/2014/2015, aos valores executados no ano de 2012. Importante garantir recurso para manutenção das atividades do CONSEA, garantindo as atividades nas comissões regionais (formação continuada, plenárias, reuniões de coordenação) e outras ações de garantia e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional do Estado. Proposta 240: Adequação do valor previsto para 2013/2014/2015, aos valores executados no ano de 2012. Importante garantir recurso para manutenção das atividades do CONSEA, garantindo as atividades nas comissões regionais (formação continuada, plenárias, reuniões de coordenação) e outras</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



						ações de garantia e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional do Estado. Proposta 246: Manter as atividades iniciadas de diagnóstico, formação e produção de material informativo sobre a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável em outras regiões do Estado. Proposta 281: O aumento do recurso possibilitará o acompanhamento e o monitoramento do Plano Estadual de Segurança Alimentar, bem como a gestão do Programa Estruturador Cultivar, Nutrir e Educar pelo Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CTSANS.						
1765	Pela aprovação	Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Wellington Gonçalves dos Santos	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	271 - MELHORIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	(Outros) Atuação de profissionais de educação física para orientação de atividades físicas nas comunidades indígenas.  Justificativa: Os indígenas não são atendidos em programas de esporte realizado em escolas, uma vez que elas estão situadas na própria comunidades e não há aulas de educação física. Além disso há grande incidência de ociosidade e obesidade	12 – EDUCAÇÃO	423 – ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	REQUERIMENTO À SEE, solicitando: - esclarecimentos acerca da gestão das escolas indígenas com relação à formação de quadro de pessoal e participação do Estado na gestão das escolas. - capacitação dos professores de educação indígena para a promoção do esporte e da educação física.	-----	----	-----	

						entre a população em idade escolar.						
1766	Pela aprovação	Assoc. Mineira das Federações Esportivas de M.G. - AMIFEMG (Belo Horizonte) -, Assoc. Mineira das Federações Esportivas de M.G. - AMIFEMG (Belo Horizonte) - Welington de Souza, Assoc. Mineira das Federações Esportivas de M.G. - AMIFEMG (Belo Horizonte) - Welington de Souza	8 - Rede de Identidade Mineira	212 - MINAS OLÍMPICA		(Outros) Inclusão do ciclismo como modalidade disputada nos Jogos Escolares de Minas Gerais Proposta 223: Construção de complexo esportivo para a modalidade BMX/Bicicross em local já determinado pela PBH, que é o Parque Jacques Costeou, localizado no bairro Betânia, em Belo Horizonte.  Justificativa: Minas Gerias, segundo colégio eleitoral do país, não possui incentivo ao uso de bicicletas no Jemg. Isso poderá contribuir que o Estado participe dessa modalidade na disputa das Olimpíadas Escolares Proposta 223: Complexo esportivo que irá agregar o direito dos alunos das redes escolares municipal e estadual, onde esses estudantes terão o direito de frequentarem as escolas de ciclismo que estarão inseridos junto com a prática de Educação Física. Todos os alunos da escola estarão sendo monitorados por profissionais de Educação Física.	27 – DESPORTO E LAZER	812 – DESPORTO COMUNITÁRIO	REQUERIMENTO - à SEEJ, solicitando a inclusão da modalidade ciclismo estrada nos Jogos Escolares de Minas Gerais, com vistas à incentivar a participação de estudantes mineiros nessa modalidade das Olimpíadas Escolares.	----	----	-----
1767	Pela	() -, () -, () -, () -,	9 - Rede de	7 -		(Outros) Incluir os	27 –	812 –	EMENDA Á LOA E	-	585-1	CARIMBO:

	aprovação	Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte) - Clarise Fernandes da Silva, Conselho Municipal de Saúde (Ribeirão das Neves) - Sidnea Aparecida Steidel da Silva	Cidades	COPA DO MUN DO 2014	<p>jovens e crianças como beneficiários do Programa 007, como forma de prevenção e combate ao uso de drogas; bem como o redirecionamento desses recursos para outras ações de apoio ao esporte para as crianças e jovens, com o objetivo de evitar e combater o uso de drogas, o envolvimento com a criminalidade, que estão fortemente associados, em cenário de criminalidade crescente.</p> <p>Possibilitando execução dessas políticas em parceria com a sociedade civil.</p> <p>Proposta 195: Bonificar as famílias do município referente a qualidade da saúde ao adolescente na realização de atividade física regular. (Programa 049)</p> <p>Proposta 300: Gostaria de um programa de saúde que atuasse integrado com a Secretaria de Esportes para crianças e jovens.</p> <p>Proposta 434: Estimular o esporte nas áreas rurais por meio da construção de espaço esportivo (quadra com vestiário) em Belmiro Braga, nos distritos de Fortaleza, Klabin e Porto das Flores. Proposta 436: Centro de práticas</p>	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁRIO	<p>REQUERIMENTO Carimbo na LOA, ação 4171, para construção de quadra de esportes no Município de Belmiro Braga;</p> <p>Requerimento ao Governo Federal, solicitando agilidade na execução da quadra em Ribeirão das Neves, no âmbito do PAC;</p>			R\$ 100.000,00
--	-----------	---	---------	---------------------	--	------------------	----------------------	--	--	--	----------------

					<p>esportivas no bairro Veneza, em Ribeirão das Neves.</p> <p>Justificativa:  Proposta 195: No município existe um número que o programa e ações poderiam estar alcançando, já que o objetivo da primeira palavra do mesmo é universalizar a educação, esporte e cultura, prevalecendo a saúde pública, investimento neste campo prevalesse a saúde e menos o uso de produtos químicos.  Proposta 300: Os projetos esportivos para crianças e jovens são fundamentalmente para uma sociedade saudável e consciente. Através dos projetos integrados saúde/esporte garantiremos os jovens e crianças executando atividades sadias em todo o seu tempo disponível.  Proposta 434:  Proposta 436: Não existe espaço de lazer, esporte e cultura em nossa região, e crianças e adolescentes ficam nas ruas.</p>						
1768	Pela rejeição	() -, Assoc. dos Deficientes Visuais de Belo Horizonte - ADEVIBEL (Belo Horizonte) - Cleusa Almeida de Barros,	8 - Rede de Identidade Mineira	212 - MINAS OLÍMPICA	(Outros) Associação vive de doações, convênios, projetos. Seu foco principal é o esporte. Temos atletas de grande rendimento,			REJEIÇÃO			

		Estudantes pela Liberdade (Belo Horizonte) - Juliano Torres				<p>como Adria dos Santos, Terezinha Guilhermina e outros. Para manter atletas como estes citados acima, precisamos de técnicos e guias. Temos vários esportes como: atletismo, natação, xadrez, judô. Precisamos de técnicos para manter os técnicos, guias e materiais.</p> <p>Proposta 304: A Adevibel (Associação dos Deficientes de Visuais de Belo Horizonte) é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, mantida por convênios, projetos. Hoje seu foco principal é o esporte. A ação que estamos pleiteando é que para manter o esporte, hoje precisamos de oito técnicos para cinco esportes (atletismo, judô, gooball, xadrez e natação) e oito guias para o atletismo.</p> <p>Proposta 438: Exclusão da ação 1185 - Minas 2016 - Promoção do Esporte de Rendimento em Minas Gerias (R\$ 10.887.195) no total da receita estimada e despesa fixada no projeto de Lei Orçamentária (R\$ 68.101.631.673,00) por meio de emenda textual ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 3.471/12 - LOA. Com</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>o cancelamento devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e despesa. Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível de metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa e da receita (operações de crédito).</p> <p>Justificativa: Precisamos em 2013 de uma verba de R\$ 100.000,00 anuais para manter oito profissionais na área e oito guias. Sem eles corremos o risco de fecharmos as portas e estamos perdendo atletas para outros estados. Contamos com a colaboração de vocês.</p> <p>Proposta 304: Os principais atletas olímpicos, como Adria dos Santos, Terezinha Guilhermina e outros, saíram de lá e não ficaram por não terem condições e apoio. Para manter atletas como Carlos Baitô, Isabela Campos, e outros de alto rendimento, precisamos de manter técnicos e guias. Precisamos de uma ajuda para 2013 de aproximadamente R\$ 100.000,00 para custear toda despesa</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>técnica e materiais.</p> <p>Proposta 438: A ação visa subsidiar o esporte de rendimento no Estado para aumentar a representatividade de atletas mineiros nas principais competições nacionais e internacionais.</p> <p>Incentivar atletas locais em competições esportivas foi e ainda é um expediente utilizado por países autoritários como Alemanha Nazista, China, Coreia do Norte e Cuba para manter uma falsa imagem de coesão, poder e grandeza. Um governo dito democrático deveria não apenas se abster, mas repudiar a promoção de tais absurdos. Ademais, os recursos destinados a esta ação são recursos de operações de crédito, isto é, oriundos de endividamento. Em outras palavras, o Estado está tributando gerações futuras para ter mais atletas em competições. Atletas podem e deve, ter patrocinadores, isto é, empresas e pessoas que queiram doar e incentivar o esporte, voluntariamente. Mas não é justo ou eficiente transferir renda da população mineira para atletas, via impostos, com o intuito de</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						aumentar a representatividade do Estado...						
1769	Pela aprovação	Associação dos Pequenos Produtores (Divinópolis) - Adenilson Martins Caixeta, Associação dos Pequenos Produtores (Divinópolis) - Nilson Sergio Pereira	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	169 - DESENVOLVIMENTO DO AGRICULTOR MINEIRO		(Outros) Incluir no PPAG a disponibilização de recursos para auxiliar na realização do encontro de agricultores rurais do centro-oeste que acontece anualmente no dia ou próximo ao dia do agricultor, 28 de julho, se realizará em 2013 o 6º encontro.  Justificativa: É um evento de promoção e valorização do agricultor familiar realizado em parceria com ABC. É uma oportunidade do agricultor levar suas demandas e anseios para o governo local, estadual e também oportunidade de interação entre o homem da cidade e do homem do campo que tem trazido muitos resultados interessantes.	20 – AGRICULTURA	691 – PROMOÇÃO COMERCIAL	REQUERIMENTO - À Seapa, solicitando apoio ao 6º encontro de agricultores rurais do centro-oeste que acontece anualmente no dia ou próximo ao dia do agricultor, 28 de julho, em razão de inclusão de ação destinada à Agriminas, com recursos especificados para a realização desse encontro..  Informar, no parecer, que foi carimbado R\$50.000,00 para a realização do encontro, na ação nova criada (Agriminas) proposta pela PLE 1717.	-----	----	-----
1770	Pela aprovação	Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Alexandre Borges de Jesus, Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Alexandre Borges de Jesus	8 - Rede de Identidade Mineira	131 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	APOIO À CULTURA POPULAR E IMATERIAL	(Outros) Capacitação específica de lideranças indígenas para a elaboração de projetos culturais.  Proposta 234: Apoio a festas tradicionais indígenas, com as seguintes regionalizações e	13 – CULTURA	392 – DIFUSÃO CULTURAL	EMENDA PPAG e LOA E REQUERIMENTO - Emenda ao PPAG, inclusão de região Estadual, com meta física 17 e meta financeira R\$200.000,00 - Emenda à LOA, acréscimo de recursos na ação 4514 (R\$200.000,00), com especificação do objeto do gasto para apoio a festas tradicionais indígenas, na região estadual.	126	556-8	Alteração de Ação: R\$ 200.000,00





						identidade indígena.						
1771	Pela aprovação	Associação Comunidade Noiva do Cordeiro (Belo Vale) - Iran Leite Ferreira	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	177 - MINAS SEM FOME		<p>(Outros) Inclusão da ação "Apoio à melhoria de unidades coletivas de processamento de alimentos. Finalidade: Promover melhorias em unidades produtivas familiares já em funcionamento e que requerem alguma agregação de equipamentos para facilitar e dinamizar a produção, visando atender a legislação sanitária vigente e ter acesso ao mercado formal. Produto: Família beneficiada Unidade de Medida: Família UO: Emater-MG Regiões: - Estadual: 2013 - 150/500.000; 2014 - 150/500.000; 2015 - 150/500.000</p> <p>Justificativa: Muitas unidades produtivas funcionam precariamente, com equipamentos manuais, antigos, de baixo rendimento e sanitariamente inadequados. Com pequeno aporte de recursos, para aquisição de equipamentos, poderiam incrementar sua produção, melhorar a produtividade e</p>	20 – AGRICULTURA	605 – ABASTECIMENTO	EMENDA AO PPAG - incluir ação destinada "Apoio à melhoria de unidades coletivas de processamento de alimentos" no Programa Minas sem Fome. Finalidade: Promover melhorias em unidades produtivas familiares já em funcionamento e que requerem alguma agregação de equipamentos para facilitar e dinamizar a produção, visando atender a legislação sanitária vigente e ter acesso ao mercado formal. Produto: Família beneficiada Unidade de Medida: Família UO: Emater-MG Região e metas: - Estadual: 2013 - 150/R\$300.000,00; 2014 - 150/R\$300.000,00; 2015 - 150/R\$300.000,00	127	-	Ação Nova: R\$ 300.000,00

						proporcionar melhores condições de trabalho para as famílias rurais, além de atender a legislação sanitária vigente e inserção no mercado formal. Diferentemente dos anos anteriores, pretende-se apenas aportar equipamentos em unidades em funcionamento, e não abrir novas unidades de viabilidade não comprovada. Serão atendidas apenas unidades não contempladas com outros programas.						
1772	Pela aprovação	() -, Câmara Municipal de Capelinha (Capelinha) - Cleuber Luiz de Miranda, Câmara Municipal de Capelinha (Capelinha) - Tadeu Filipe Fernandes, Câmara Municipal de Francisco Badaró (Francisco Badaró) - Antônio Reginaldo Martins Moreira, Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte) - Clarise Fernandes da Silva, Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Guilherme Gonçalves Teixeira, Federação dos Trab. na Agricultura de M.	2 - Rede de Atendimento em Saúde	53 - SANEAMENTO PARA TODOS	SANEAMENTO DE MINAS	(Outros) Garantia de atendimento para a comunidade Vendinhas, no Município de Capelinha, por meio de pequenas barragens, assim como também para as comunidades de Barra do Jardim, Cabeceira do Galego, Cabeceira do Jardim e Cabeceira Mangerona. Proposta 225: Mudar finalidade da Ação 1048 - "Promover a universalização do acesso e uso da água para consumo humano e para produção de alimentos por meio de captação (adutora junto à Barragem do Setubal) no Município de Jenipapo de Minas, objetivando atender às Comunidades Rurais de São José, Cipó,	17 – SANEAMENTO	511 – SANEAMENTO BÁSICO RURAL	EMENDA AO PPAG E LOA (anexar 1734 e 1772) Atender à emenda nas áreas de barragem, sistemas de distribuição e abastecimento de água, conforme o solicitado, além da restauração da 4051. Abrir janela em todas as ações (1048, 1062, 1079, 1084, 1098, 1375, 3003), com as especificações, para assegurar recepção de recursos na execução. Alterar finalidade, onde couber, para o atendimento às comunidades com menos de 200 habitantes - restaurar a 4051. Alterar regionalização da 1084, tb. Após a elaboração das emendas, encaminhar para <a href="mailto:luisa.barreto@planejamento.mg.gov.br">luisa.barreto@planejamento.mg.gov.br</a> 91964698 ou 39150695  (Ver Ple 1734)	-----	----	-----

		<p>Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Guilherme Gonçalves Teixeira, Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim) - Wallyson Mardem Vieira Macedo</p>				<p>Cupá, Santana, Lagoa do Serafim, Lagoa dos Moreira em Jenipapo de Minas e as Comunidades de Barreiros, Jacu, Empoeira, Ribeirão de Areia no Município de Francisco Badaró/MG. Serão atendidas aproximadamente 800 famílias em 10 comunidades rurais de dois municípios a partir da captação e distribuição por redes com cerca de 20 km por gravidade." Proposta 239: Garantir construção de pequenas barragens e abertura de poços artesianos em comunidades rurais que sofrem problemas da seca no Município de Capelinha. Comunidades a serem beneficiadas: Região Quilombola do Santo Antônio do Fanado; Santo Antoninho; Grota do Pau Leite; Região do Cisqueiro, Grilo e Fanado Doutor Pedro. Proposta 241: Restauração da Ação "4051 - APOIO À IMPLANTAÇÃO DE REDES DOMICILIARES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA" Metas e regiões: Norte de Minas 2013 - 400/250.000; 2014 - 400/250.000; 2015 - 400/250.000</p>					
--	--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

					<p>Jequitinhonha/Mucuri 2013 - 400/250.000; 2014 - 400/250.000; 2015 - 400/250.000 Proposta 251: Implantar sistemas de abastecimento de água para consumo humano e produção vegetal e animal nas seguintes Comunidades rurais de Itaobim: Coruja, Olhos D'Água, Tapera (Lagoa Grande 2), Não-Me-Deixe, Assentamento Bela Vista, Córrego de Areia, Sobrado, Jatobá / Açude, Esplanada / Francos, Sapucaia, Negreiros, União, Sabão, Santa Clara, Laranjeira, Bela Vista, Brejo I, Brejo II, Brejo III, Córrego Novo, Paraíso, Sulamérica, Jatobá II, Inhaúmas. Proposta 325: Curso de capacitação e qualificação profissional de funcionários da Copanor, incluindo pesquisas para diagnóstico social, projetos sociais, para aperfeiçoamento no intuito de garantir o tratamento e a qualidade da água e a efetivação da implementação do saneamento básico, proposta esta deverá ser inclusa no orçamento para ser cumprida e executada ente governo e ONG</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>proponente para garantir a efetivação do programa, a fiscalização e o controle social.</p> <p>Proposta 360: Retornar com a Ação 4051 no PPAG 2013, 2014, 2015, garantindo projetos de captação de água para comunidades rurais com as metas físicas e financeiras de 2012.</p> <p>Justificativa: Existem pessoas em algumas comunidades supracitadas que caminham até 8 km para conseguir água.</p> <p>Proposta 225: Essas comunidades são atendidas por carros pipas e poços artesanais, construídos inclusive pela Copanor, que secaram ou diminuíram gradativamente a vazão. A ligação dessas comunidades à Barragem Setúbal é a única alternativa sustentável de perenizar o fornecimento de água na região. Proposta 239: Sem água não há vida. Estamos vivenciando a migração para a cidade de várias famílias das comunidades citadas, em virtude da falta de água, causando um problema social. Não há água para a</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>subsistência humana, manutenção de plantações e criações. Há a necessidade urgente da construção de pequenas barragens e abertura de poços artesianos para dar um pouco mais de condições de dignidade para essa região de nosso Município.</p> <p>Proposta 241: Diversos órgãos trabalham com o abastecimento de água na região do semi-árido. Entretanto há uma quantidade razoável de poços perfurados sem rede de distribuição instalada. O que se propõe com esta ação é disponibilizar, a partir de poços existentes, redes de distribuição que levem a água até as famílias, facilitando o acesso, melhorando as condições de saúde e higiene, promovendo qualidade de vida e resgate da cidadania.</p> <p>Dessa forma, a Emater -MG estará fazendo a complementação dos serviços, instalando as redes de distribuição de água levando-a até os domicílios, não havendo em hipótese nenhuma a superposição de ações com os outros órgãos que trabalham com saneamento no Estado.</p> <p>Proposta 251: As</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>comunidades relacionadas não são contempladas com nenhum tipo de abastecimento da Copanor, as mesmas dependem dos pequenos córregos (que nesta época do ano estão secos) e da água da chuva, armazenadas em cisternas que nem sepre são suficientes para suprir as necessidades. Além disso, neste período de estiagem / seca, todas as comunidades dependem de caminhões pipa para seu abastecimento.</p> <p>Proposta 325: A camada de ozônio está cada vez mais desprotegida, as geleiras dos Andes estão se derretendo, a poluição está cada vez mais aumentando, vamos levar a sério em capacitar os profissionais para o tratamento da água, porque o calor mata e a água não é um instrumento dos direitos econômicos e sim instrumento dos direitos humanos.</p> <p>(SIC) Proposta 360: Introduzir tecnologia de baixo custo para captação de água para que os agricultores familiares estejam estimulados a adotares essas tecnologias de</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



						fácil aplicabilidade, melhorando a sua produtividade e produção, o que resulta no aumento da renda e na qualidade de vida das famílias. Esta ação contribui de forma expressiva para a manutenção do homem no campo.						
1773	Pela aprovação	Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte) - Ivone Luiza de Macedo Moreira Silva	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	(Outros) Criar ação específica para melhor estruturar a Coordenadoria Especial de Políticas para o Idoso de Minas Gerais - Cepid - MG, com vistas a ampliar e aprimorar suas atividades, inclusive de articulação no Estado.  Justificativa: Exercer de forma consistente a finalidade político-social da Cepid-MG, de modo a instruir os idosos a reivindicar seus direitos reagir contra a discriminação, favorecer uma vida digna, segura, ativa e independente. Além disso, possibilitar a divulgação de forma ampla e contínua dos direitos previstos no Estatuto do Idoso e leis complementares, a fim de que o idoso conheça, entenda e se fortaleça para um envelhecimento digno e respeitoso.	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	422 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	EMENDA À LOA - Emenda à LOA, na ação 4203, no valor de R\$50.000,00, com especificação do objeto do gasto para ações de divulgação dos direitos previstos no Estatuto do Idoso promovidas pela Cepid.	-	583-5	Alteração de Ação: R\$ 50.000,0
1774	Pela	Conselho Estadual	4 - Rede de	151 -	OPERACI	(Outros) Ampliar meta	08 –	122 –	REQUERIMENTO			

	aprovação	de Assistência Social - CEAS (Belo Horizonte) - Cristiane Nazareth da Silva	Desenvolvimento Social e Proteção	GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SOCIAL - SUAS	ANALIZAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	financeira da ação em R\$600.000,00 para cobrir gastos com a participação da delegação de Minas Gerais na Conferência Nacional de Assistência Social, em Brasília.  Justificativa: Tomando como referência a experiência de 2011, o valor previsto no orçamento foi insuficiente para custear despesas necessária para que a delegação eleita na Conferência Estadual de Assistência Social pudesse participar da Conferência Nacional. Soma-se a isso a moção de repúdio que o Estado de Minas recebeu por não ter financiado o transporte aéreo de Belo Horizonte - Brasília para a delegação.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	- à Sedese, solicitando apoio para a realização da Conferência Estadual de Assistência Social e para a garantia de transporte e de hospedagem da delegação mineira à Conferência Nacional de Assistência Social.	----	----	-----
1775	Pela aprovação	Associação Comunidade Noiva do Cordeiro (Belo Vale) - Iran Leite Ferreira	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	177 - MINAS SEM FOME		(Outros) Criar ação Nome: Apoio à Implantação de Lavouras Finalidade: Disponibilizar sementes de qualidade para produção de alimentos básicos pelo agricultor familiar de regiões mais carentes, possibilitando acesso e consumo adequado de carboidratos e proteínas, alimentação de animentias	20 – AGRICULTURA	605 – ABASTECIMENTO	EMENDA AO PPAG (restauração) - Incluir ação destinada ao Apoio à Implantação de Lavouras, no âmbito do Programa Minas sem Fome, restaurando a ação 4074, com R\$1.000.000,00 de meta financeira, mantendo-se os demais atributos.	128	-	Ação Nova: R\$ 1.000.000,00

					<p>domésticos e comercialização de excedentes como gerador de renda para a família.</p> <p>Produto: Família Beneficiada</p> <p>Unidade de medida: família</p> <p>Metas para cada ano (2013-14-15)</p> <p>Física</p> <p>Financeira</p> <p>Central</p> <p>4000</p> <p>380000</p> <p>Rio Doce</p> <p>4500</p> <p>427500</p> <p>Mata</p> <p>5500</p> <p>522500</p> <p>Norte de Minas</p> <p>8000</p> <p>760000</p> <p>Jequitinhonha - Mucuri</p> <p>8000</p> <p>760000</p> <p>Total</p> <p>30000</p> <p>2850000</p>						
					<p>Justificativa:</p> <p>Para o ano de 2013 estão previstos apenas R\$2,5 milhões, recursos insuficientes para operacionalização plena do Programa Minas sem Fome.</p>						
					<p>A ação Apoio à Implantação de Lavouras de que trata esta proposta visa distribuir sementes de</p>						

						<p>milho, feijão e sorgo para agricultores familiares carentes, e é uma ação de grande impacto e importância tanto para os beneficiários quanto para a imagem do Governo do Estado, e não poderá ser efetivada apenas com os recursos propostos até então.</p> <p>Esta proposta visa aporte de recursos que permita, no mínimo, atender à regiões de menor IDH com a disponibilização de sementes para plantio, o que não será possível com os poucos recursos disponibilizados no PPAG 2012-2015.</p>						
1776	Pela aprovação	Instituto Sociocultural do Jequitinhonha - Valemias (Belo Horizonte) - Vilmar Oliveira de Jesus	8 - Rede de Identidade Mineira	131 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL/ BENS IMÓVEIS	<p>(Outros) Inclusão da restauração de uma igreja em São Gonçalo do Rio das Pedras, no Município de Serro, especificando a regionalização (Jequitinhonha/Mucuri), a meta física (1) e meta financeira=300.000,00.</p> <p>Justificativa: É urgente a restauração da igreja de S. Gonçalo, que é um patrimônio cultural importante para a região.</p>	13 – CULTURA	391 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	<p>REQUERIMENTO</p> <p>Ao IEPHA, solicitando que a restauração da Igreja de São Gonçalo seja executada em 2013, haja vista a conclusão da licitação do projeto.</p> <p>A restauração da Igreja de São Gonçalo está em fase de licitação para elaboração do projeto de restauração civil e de elementos artísticos. Custo do projeto estimado em R\$ 300.000,00 e a licitação está em estágio avançado, devendo ser concluída em 2012. O prazo de execução do contrato é de 6 meses. Portanto, a obra deve ser concluída em 2013</p>	-----	----	-----

1777		Fed.Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais - FESEMPRE (Belo Horizonte) - Silvério do Prado	8 - Rede de Identidade Mineira	8 - AVANÇAMENTO OLÍMPICA	GERAÇÃO DA SAÚDE	(Outros) Destinar parte da arrecadação oriunda das taxas cobradas pela Copasa (Copanor) e pela Cemig para o Fundo Estadual de Saúde, a fim de investir esses recursos nas Ações 1297 e 1186 do Programa 008.  Justificativa: A Cemig e a Copasa (Copanor) arrecadaram e ainda arrecadam a "maior" taxa, conforme noticiou a imprensa. A medida proposta seria uma maneira prática de dar um retorno à população.			REJEIÇÃO			
1778	Pela aprovação	() - Ronaldo Antônio Pereira da Silva, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES (Belo Horizonte) - Jani de Oliveira Silva, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Adriana Dias Almeida, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Afonso Correa Diana	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	144 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA	APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ÁREAS OCUPADAS POR COMUNIDADES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS E TRADIÇÕES	(Outros) Suplementação orçamentária para a elaboração de relatórios antropológicos por convênio ou contratação (2 em 2013, 4 em 2014 e 5 em 2015) - 2013 - 2/100.000; 2014 - 4/200.000; 2015 - 5/250.000 Proposta 137: Proposta nova: titulação das terras via Iter-MG, e demarcação de territórios indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Finalidade: assegurar o acesso à terra, uso da terra para produção e acesso às políticas públicas do campo. Recursos de custeio.	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	423 – ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	EMENDA À LOA E REQUERIMENTO - LOA, acrescentando R\$100.000,00 (dinheiro novo) na ação 4085 (custeio) (estadual) REQS: - ao ITER, solicitando informações sobre a não-execução dos recursos alocados na ação 4085 para 2012. - ao Iter, solicitando a elaboração de diagnóstico dos diversos programas de acesso à terra desenvolvidos no Estado de Minas Gerais	-	584-3	Alteração de Ação: R\$ 100.000,00

					<p>Produto: títulos individuais e coletivos da terra. Meta física para 2013. Regionalização: Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Norte de Minas.</p> <p>Proposta 279: Inclusão de Ação: Nome: Diagnóstico de execução dos programas de acesso a terra em Minas Gerais. Finalidade: Realizar um diagnóstico da execução dos programas de Crédito Fundiário, Banco da Terra, Cédula da Terra e Para Terra em todo o Estado. UO: ITER Produto: Diagnóstico realizado. Meta Física: 1 Meta Financeira: 500.000</p> <p>Proposta 280: Inclusão de Ação: Nome: Diagnóstico socioeconômico, cultural das comunidades quilombolas em Minas Gerais. Finalidade: fornecer informações de ordem específica sobre número de crianças, adultos, escolaridade, saneamento, acesso às políticas públicas, para possibilitar intervenção organizada a partir da necessidade da população. Metas</p>					
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

					<p>Físicas: 2013 - 50; 2014 - 50; 2015 - 50 Meta Financeira: 2013 - 100.000; 2014 - 100.000; 2015 - 100.000</p> <p>Proposta 368: Nova ação: realizar autocartografia das comunidades quilombolas e indígenas e demais povos tradicionais. Finalidade: levantar potencialidades da agricultura praticada pelos quilombolas e indígenas e demais povos tradicionais. Meta física: 80 comunidades em 2013, 80 em 2014 e 80 em 2015. Meta financeira: R\$150.000 em 2013, R\$150.000 em 2014 e R\$150.000 em 2014.</p> <p>Proposta 381: Proposta de alteração de ação 4085:NOME: Apoio à Regularização Fundiária de Áreas Ocupadas por Comunidades Quilombolas e Indígenas. UO: Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais. FINALIDADE: Regularização das áreas ocupadas por Comunidades Quilombolas e Indígenas em Minas Gerais. DESCRIÇÃO: Contratar e conveniar a</p>					
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

					<p>elaboração de Relatórios Antropológicos de identificação dos processos de ocupação e organização territorial de aspectos étnicos. PRODUTO: Relatório Antropológico (Documento conclusivo contendo aspectos relacionados à economia comunitária e organização territorial relacionadas à produção, análise etnográficas dos ritos e tradições culturais, inclusive das mudanças ocorridas-; fatores socioambientais envolvidos na organização sociopolítica, nas relações de parentesco e na ocupação territorial da região)</p> <p>UNIDADE DE MEDIDA: Comunidades. METAS FÍSICAS: (2013) 4; (2014) 8; (2015) 12 FINANCEIRAS: (2013) R\$250.000,00; (2014) R\$500.000,00; (2015) R\$750.000,00</p> <p>Justificativa: Cumprimento do art68 da CF1988 e da Convenção Internacional nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais que instituiu o direito de titulação definitiva das</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



					<p>terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades quilombolas. A Ação 4085 possibilita processo necessário para o reconhecimento dos direitos dessas comunidades e seus descendentes.</p> <p>137: Não há técnicos para atender à demanda dos agricultores.</p> <p>Morosidade na regularização de terras coletivas. A agricultura familiar fica fora das políticas públicas de produção específicas para o campo. Alto custo para a regularização de forma particular.</p> <p>279: A falta de informação e dados dos referidos programas vem dificultando a realização de ações de apoio e estruturação das famílias beneficiadas.</p> <p>280: Obter diagnóstico situacional da população quilombola.</p> <p>368: Levantar as potencialidades de cada comunidade tradicional pela elaboração de projetos de geração de renda conforme a especificidade de cada povo e comunidade tradicional. A ação será executada por meio de celebração de termo de</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						<p>cooperação, convênio e contratação de entidade de pesquisa e universidade.</p> <p>381: Implantar e implementar política de igualdade racial e o Programa Nacional Brasil Quilombola.</p> <p><b>IMPLEMENTAÇÃO:</b> A ação executada por meio de termos de cooperação e convênios com entidades públicas e diretamente pela Secretaria Extraordinária de Estado de Regularização Fundiária / Instituto de Terras de Minas Gerais. BASE LEGAL: Art. 60, ADCT; Arts. 215 e 216 da CF; Lei nº 10.639, de 2003; Lei 10.678, de 2003; Lei nº 12.228, de 2010; Lei nº 12.314, de 2010; e Decreto nº 4.886, de 2003.</p>						
1779	Pela aprovação	() - Marcus Vinicius Costa, ArteLuz - Associação dos Artesãos da Estação da Luz (Itaobim) - Marlice Ornelas Lúcio, Hospital São Vicente de Paulo (Águas Formosas) - Forlan Souza Freitas	8 - Rede de Identidade Mineira	9 - CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS		(Outros) Nova Ação: Criação do Centro de Referência Cultural do Vale do Jequitinhonha Finalidade: Construção e implementação de um centro de referência cultural e turística no Vale do Jequitinhonha que seja uma referência para a região com o objetivo de beneficiar a cultura popular na região, conforme anexo ("PROJETO DO	<b>13</b> – CULTURA	392 – DIFUSÃO CULTURAL	EMENDA AO PPAG - Incluir ação destinada ao apoio a municípios para implantação de centros de tradição cultural regionais, no programa Circuitos Culturais, com janela, no Jequitinhonha/Mucuri. Com formato diferenciado, que implique na contrapartida dos Municípios e em demanda qualificada por eles.	<b>129</b>	-	Ação Nova: R\$ 100.000,00

					<p>CENTRO DE REFERÊNCIA CULTURAL DO JEQUITINHONHA"). Região: Vale do Jequitinhonha/Mucuri Produto: obra concluída Meta física: 1 Meta financeira: 500.000,00 (2013, 2014, 2015)</p> <p>Incluir proponente Vilmar Oliveira - Instituto Valemais</p> <p>Proposta 106: Construção do Centro de Referência Cultural do Vale do Jequitinhonha, em Itaobim. Proposta 107: Construção do Centro de Referência Cultural do Vale do Jequitinhonha, em Itaobim. Meta financeira: R\$500.000,00</p> <p>Proposta 112: Construção do Centro de Referência da Juventude e da Cultura do Vale do Mucuri, em Águas Formosas. Meta financeira: R\$500.000,00.</p> <p>Justificativa: A Prefeitura de Itaobim acena com o desejo de disponibilizar o terreno para construção do</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>centro de referência. A intenção é que o Estado possa repassar o recurso para a Prefeitura de Itaobim executar a obra.</p> <p>Proposta 106: Justificativa da proposta 248 (aglutinada): A Prefeitura de Itaobim acena com o desejo de disponibilizar o terreno para construção do centro de referência. A intenção é que o Estado possa repassar o recurso para a Prefeitura de Itaobim executar a obra.</p> <p>Proposta 107: O Vale do Jequitinhonha apresenta uma forte tradição cultural que representa uma das mais significativas formas de resistência a homogeneização cultural. Com todo o potencial turístico-cultural pra o Brasil e o mundo, o Vale não possui um centro cultural que possa congrega os diversos tipos de artes existentes na região. O centro cultural também ofereceria formas de renda e melhoria na qualidade de vida dos moradores da região.</p> <p>Proposta 112: O Vale do Mucuri possui uma grande e histórica riqueza cultural. No entanto, não há políticas públicas</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						efetivas para a valorização de sua cultura. Para potencializar a continuidade dos hábitos, fazeres e saberes do povo do Mucuri é necessário a criação de espaços que abriguem ações de valorização da cultura do Vale do Mucuri e de sua juventude.						
1780		Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte) - Aline Cardoso Arantes Gato, Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte) - Maria Dalce Ricas	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	182 - MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	MONITORAMENTO E GEOPROCESSAMENTO AMBIENTAL	(Outros) Retornar a meta financeira da ação 4153 - Monitoramento e Geoprocessamento Ambiental  Justificativa: A meta financeira desta ação foi reduzida para R\$500.000,00 e a meta física que antes estava prevista para todas as regiões do Estado, agora se vê reduzida à região central. Entendemos ser fundamental para a proteção da biodiversidade o monitoramento da cobertura vegetal do uso e ocupação do solo, focado na proteção da mata nativa.	18 – GESTÃO AMBIENTAL	542 – CONTROLE AMBIENTAL	REQUERIMENTO - À Semad , solicitando informações relativas à execução da ação 4153 no ano de 2012 - número e custo de RELATÓRIOS EMITIDOS - e justificativas para a superestimação de meta financeira em 2012.	-----	----	-----
1781	Pela aprovação	() - Jânio Ferreira do Nascimento, Associação Comunitária Social Cultural Desportiva - ASCD (Belo Horizonte) - Aparecida Maria	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	(Outros) INCLUSÃO DE AÇÃO. NOME: PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AO USO DAS PLANTAS		20 – AGRICULTURA	601 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	EMENDA AO PPAG (restauração) e REQUERIMENTO - Incluir ação para IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS EM TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS restaurando a ação 4109, com meta financeira de	130	-	Ação Nova: R\$ 400.000,00

		<p>Martins Pereira, Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Leila Borges da Silva, Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Mezaque da Silva de Jesus</p>		<p>DA AGRI CULT URA FAMI LIAR</p>	<p>MEDICINAIS. Finalidade: Reconhecer e proteger o conhecimento de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, para preservação da sua cultura e geração de renda. Produto: Comunidade tradicional beneficiada. Meta física: 52 anuais. Meta financeira: 300.000 anuais. Regionalização: Estadual Unidade orçamentária: IEF</p> <p>Proposta 285: Reustaurar a Ação 4109 - Implantação de Projetos em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais. META FINANCEIRA: R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Subsecretaria de Agricultura Familiar.</p> <p>Proposta 370: Disponibilizar maquinários e implementos agrícolas para a aldeia Xucuru Kariri bem como os suplementos (sementes e adubos).</p> <p>Justificativa: Os índios e demais povos tradicionais</p>			<p>R\$400.000,00 (restauração), mantendo-se os demais atributos. REQ. - à Seapa, solicitando informações sobre as atividades realizadas no âmbito da ação 4109, no exercício 2012.</p>		
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						<p>possuem conhecimentos valiosos sobre as plantas nativas medicinais. É importante a manutenção desses conhecimentos, que podem beneficiar muitas pessoas. Existem indústrias de remédios que podem usar esse conhecimento e, se não toarmos providências, o povo tradicional não recebe nenhum dinheiro com isso.</p> <p>Proposta 285: Há necessidade de apoio ao desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais. A ação havia sido retirada da proposta de revisão do PPAG.</p> <p>Proposta 370: Os indígenas da aldeia Xucuru Kariri sobrevivem com o plantio e a colheita, porém faltam recursos e equipamentos para aumentar a produção que sustenta os indígenas.</p>						
1782	Pela aprovação	() -, Associação Cultural Eu sou Angoleiro (Belo Horizonte) - José Wilson Martins Júnior	8 - Rede de Identidade Mineira	131 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULT	APOIO À CULTURA POPULAR E IMATERIAL	(Outros) Destinação de recurso específico para a valorização e incentivo dos mestres populares e dos grupos de cultura de raiz do Estado, tal qual já existe em diversos Estados do País. Tais	13 – CULTURA	391 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E	EMENDA AO PPAG E REQUERIMENTO - Alteração de finalidade da ação 4514, acrescentando referência à lei do Patrimônio Vivo. Req., à Secretaria de Cultura, em referência à Lei do Patrimônio Vivo, elaboração de estudo de identificação	131	-	

				URAL	<p>mestres e grupos são o Patrimônio Vivo de MG.</p> <p>Justificativa: Os mestres da cultura popular são guardiões de um saber tradicional que se perde se não for protegido e incentivado. Ao perder tais tesouros vivos, as comunidades perdem o saber daquelas práticas e valores que lhes dão sentido histórico, coesão, que lhes valorizam a auto-estima, que constituem a sua própria identidade coletiva e específica frente à sua inserção e, comunidades mais amplas. A difusão de tais saberes principalmente entre os jovens é cada vez mais importante num mundo em acelerado processo de globalização. O reconhecimento do trabalho de tais mestres e seu incentivo por meio de uma bolsa é uma dívida do Estado de Minas Gerais com seu maior patrimônio e uma forma de garantir que esses saberes tradicionais não se percam.</p>		ARQUEOLÓGICO	de mestres mestres populares, para a formulação da política prevista na lei.			
1783	Pela aprovação	Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - FETAEMG	4 - Rede de Desenvolvimento Social e	154 - AGENDA	(Outros) Destinar recurso para a realização de um	14 – DIREITOS	244 – ASSISTÊNCIA	REQUERIMENTO À Seej, solicitando que a temática da juventude rural (em todos seus			



		(Belo Horizonte) - Maria Alves de Souza	Proteção	JOVEM		evento, com participação da juventude rural dos diversos segmentos (quilombola, indígenas, agricultores familiares, assalariados rurais, assentados, acampados e outros), a fim de construir as diretrizes para a política estadual para jovens do meio rural em Minas Gerais.  Justificativa: As políticas atuais devem ser discutidas pela própria juventude como forma de contribuir para a construção de uma proposta de política que atenda a realidade do campo. É necessário reconhecer, a partir desse espaço de debate, as demandas da juventude rural com a afirmação de uma política em defesa do desenvolvimento sustentável e solidário no campo.	DA CIDADANIA	A COMUNITÁRIA	segmentos - agricultores familiares; agricultores assalariados; indígenas; quilombolas) seja contemplada como eixo de discussão da Conferência Estadual de Juventude, em 2013.	----	----	-----
1784		Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte) - Aline Cardoso Arantes Gato, Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte) - Maria Dalce Ricas	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	182 - MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL		(Outros) Incluir ação no Programa 182 - Monitoramento e Fiscalização Nome: Revisão do Zoneamento Ecológico e Econômico Finalidade: Definir, com precisão, os limites das áreas consideradas prioritárias para conservação da biodiversidade.	18 – GESTÃO AMBIENTAL	542 – CONTROLE AMBIENTAL	EMENDA AO PPAG - PPAG: incluir ação destinada à Revisão do Zoneamento Ecológico e Econômico, no Programa 182, com os seguintes atributos Finalidade: Definir, com precisão, os limites das áreas consideradas prioritárias para conservação da biodiversidade. Produto: Revisão do ZEE concluída Meta física: 1 Meta financeira: R\$600.000,00 Regionalização: estadual	132	-	Ação Nova: R\$ 600.000,00

					<p>Produto: Revisão do ZEE concluída Meta financeira: R\$1.000.000,00 (um milhão) Regionalização: Todas as regiões do Estado Período: 2013</p> <p>Justificativa: Desde fevereiro de 2009, os ambientalistas aguardavam cumprimento da promessa do governo mineiro de contratar revisão do ZEE. A imprecisão das áreas consideradas prioritárias para conservação da biodiversidade tem sido usada como argumento, pela iniciativa privada e pelo próprio governo para fugir a rigor maior proteção e respeito as mesmas.</p>						
1785	Pela aprovação	Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte) - Aline Cardoso Arantes Gato, Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte) - Maria Dalce Ricas	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	182 - MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	<p>(Outros) Incluir ação no Programa 182 - Monitoramento e Fiscalização Ambiental. Ação: Realizar inventário da fauna. Finalidade: conhecer a situação da fauna no Estado, considerando fatores como caça, tráfico, desmatamento e queimadas. PRODUTO: Inventário concluído. META FINANCEIRA: R\$1.000.000,00 - Um milhão de reais. Regionalização: Todas</p>	18 – GESTÃO AMBIENTAL	542 – CONTROLE AMBIENTAL	<p>REQUERIMENTO, - À Semad, solicitando estudos de viabilidade da estruturação para a implantação de programa destinado à Proteção da Fauna no Estado, com o objetivo de Estruturar o Estado para Assumir a Gestão da Fauna, conforme normas estatuídas pela Lei Complementar nº 140/2011</p> <p>(anexar 1785 e 1791)</p>	----	----	-----

					<p>as regiões do Estado. Período: 2013.</p> <p>Justificativa: A proteção da fauna silvestre no Estado é tratada pelo Poder Público estadual de forma absolutamente secundária. A lei complementar 140 normatiza a competência estadual para assumir a fauna, o que reforça a necessidade de conhecer sua situação. Além disso, não existe política de proteção à biodiversidade sem proteção da fauna que, no processo de interação da flora, mantém os ecossistemas. Importante registrar que o próprio Governador já se comprometeu com as entidades ambientalistas para a realização do inventário.</p>						
1786	Pela rejeição	Conselho Estadual de Saúde (Belo Horizonte) - Geraldo Heleno Lopes	2 - Rede de Atendimento em Saúde		<p>(Outros) Incluir no Program 002- Saúde Integrada uma ação de "Gestão da Rede" com a finalidade de implantar um Plano Estadual de Cargos, Carreira e Salários no SUS.</p> <p>Justificativa: Para que sejam implementados com eficácia e eficiência as ações e serviços</p>			REJEITAR	Já existe plano de carreira para todas as carreiras. Tramitou PL da gratificação dos médicos e PLcom a gratificação dos trabalhadores em saúde.		

						públicos de saúde em Minas Gerais, necessita-se que o SUS-MG seja estruturado, com possibilidade de carreira para todos os profissionais de saúde.						
1787	Pela aprovação	() - José Antônio Alves dos Santos	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR		<p>(Outros) Restauração da Ação 4080 - APOIO AO EXTRATIVISMO NO NORTE DE MINAS.</p> <p>Metas físicas e Financeiras:  2013 - 6/300.000  2014 - 4 200.000  2015 - 6/200.000</p> <p>Justificativa:  Tendo em vista que essa ação 4080 já foi anteriormente aprovada no PPAG de 2012-2015. Solicitamos a reinclusão da mesma para o exercício de 2013, 14 e 15 com vistas ao fortalecimento da economia, ao desenvolvimento sustentável e preservação do Cerrado no Norte de Minas.</p> <p>Considerando a Lei estadual do Pró-pequi, nº 13965/2001, esta ação pretende implementar um conjunto de ações que tenham por perspectiva o fomento e investimento no agroextrativismo do pequi e da macaúba,</p>	20 – AGRICULTURA	601 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	EMENDA AO PPAG (restauração) e REQUERIMENTO - Incluir ação para o Apoio ao extrativismo no Norte de Minas, restaurando a ação 4080, com meta financeira de R\$200.000,00 (restauração), mantendo-se os demais atributos. REQ. - à Seapa, solicitando informações sobre as atividades realizadas no PRO Pequi, no âmbito da ação 4080, no exercício 2012.	133	-	Ação Nova: R\$ 200.000,00

						além de outras frutas do Cerrado mineiro contemplando a pesquisa, a inovação tecnológica, o fornecimento de insumos, a compra de equipamentos, a realização de capacitação, bem como assessoria e acompanhamento específico durante a execução do projeto pela instituição proponente. Portanto, a emenda popular que aqui se consolida é fruto de construção coletiva do Núcleo do Pequi e do Conselho Pró-pequi com vista ao fortalecimento da cadeia produtiva dos frutos e produtos do Cerrado de Minas Gerais.						
1788	Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte) - Aline Cardoso Arantes Gato, Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte) - Maria Dalce Ricas	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	182 - MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA	(Outros) Restaurar a Meta Financeira da Ação 4151 - Fiscalização Ambiental Integrada - para R\$3.516.422,00, conforme previsão anterior. Na atual proposta do PPAG, para 2013 o recurso diminuiu para R\$2.350.000,00 e as metas físicas aumentaram de 104 para 200 operações.  Justificativa: Mesmo considerando a necessidade de ações educativas, de apoio, fomento, etc., a ação	18 – GESTÃO AMBIENTAL	542 – CONTROLE AMBIENTAL	REQUERIMENTO - À Semad / Subsecretaria de Fiscalização Ambiental Integrada, solicitando informações relativas à execução da ação 4151 no ano de 2012 - número e custo das operações - e justificativas para a superestimação de meta financeira em 2012 e de subestimação, em 2013.	-----	----	-----	

						repressora do Estado continua sendo de fundamental importância para proteção do meio ambiente de forma geral. Os números de desmatamento, poluição hídrica, degradação do solo, clandestinidade, etc., demonstram claramente isso.						
1789	Secretaria de Estado de Educação - See (Belo Horizonte) - Artur Campos Cheib	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	(Outros) Regionalização do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM - com a abertura de um núcleo do Programa com equipe técnica (formada, no mínimo, por um coordenador, advogado, psicólogo e assistente social) para atendimento psicossocial e jurídico a crianças e famílias em situação de ameaça. Esse núcleo deverá ser criado em uma das macrorregiões do Estado, em cidades como Uberlândia, Governador Valadares ou Ipatinga. Atendimento a 60 casos mensais, valor mínimo de R\$ 400.000,00 mais recursos federais.  Justificativa: O Programa atende hoje todo o Estado, mas tem foco principal	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE	EMENDA PPAG (4) E REQUERIMENTOS (4)  incluir quatro ações no Programa 011 – Assistência Social e Direitos Humanos – específicas para Provita, PPCAAM, PPDDH e Abrigo/Acolhimento Provisório (janela de r\$10.000,00, cada, para receber recursos oriundos da Ação 4204 na execução), e de requerimentos à Sedese e à Cepam.  anexar PLEs 1836 , 1789 e 1793	134 135 136 137	-	Ação Nova: R\$ 40.000,00	

						na região central. Existe possibilidade de fechar convênio junto à Secretaria de Direitos Humanos com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para viabilizar recursos. Um núcleo no interior traria um atendimento mais efetivo e desafogaria o núcleo existente no centro.						
1790	Pela aprovação	Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Mezaque da Silva de Jesus, Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Guilherme Gonçalves Teixeira, Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Guilherme Gonçalves Teixeira, Sindicato dos Técnicos Agrícolas - Sintamig/MG (Belo Horizonte) - Graciele Mendes Trindade	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	25 - CULTIVAR, NUTRIÇÃO E EDUCAÇÃO	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	(Outros) Aumentar em 10% a cada ano a partir de 2014 os valores per capita de repasse para a alimentação de alunos de escolas públicas, considerando-se 200 dias letivos. 2014 = 0,36 - meta financeira 169.052.904,00 2015 = 0,40 - meta financeira 187.836.560,00 2016 = 0,44 - meta financeira 206.620.216,00 Proposta 127: Aumentar a meta financeira para a aquisição de alimentos em 10% ao ano a partir de 2014, elevando-se o valor per capita/ano. (Ação 1085) Proposta 267: Acrescentar metas físicas (4.000) e financeira na ação 2121 para atender as crianças das escolas indígenas, pro meio de co-financiamento da alimentação escolar.	12 – EDUCAÇÃO	243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE	EMENDA AO PPAG, À LOA E REQUERIMENTO - Ao PPAG: criar a região Estadual com meta física 0 e meta financeira de R\$150.000,00 (recursos deduzidos da própria ação, na região Central) . - à LOA, na ação 2121, carimbar R\$150.000,00 (recursos da própria ação) com especificação do objeto do gasto para suplementação da alimentação escolar para escolas indígenas. (custeio) (estadual) REQUERIMENTO - À SEE, solicitando a execução no início do ano letivo dos recursos destinados à suplementação da alimentação escolar para as escolas indígenas. - À SEE e ao CTSANS, solicitando estudo de viabilidade para atendimento das demandas de suplementação dos recursos destinados pelo PNAE à alimentação escolar, além de diagnóstico sobre o aporte promovido pelos Municípios nessa complementação, com retorno à ALMG dos resultados desse estudo.	138	557-6	CARIMBO: R\$ 150.000,00

					<p>Meta física: 4.000 alunos (indígenas). Meta financeira: R\$0,30 aluno/dia letivo. Total financeira ano letivo: R\$240.000,00. Proposta 292: Proponho o aumento de recursos para merenda escolar. Proposta 383: Acrescentar à meta financeira da região Norte de Minas R\$500.000,00 e acrescentar também este mesmo valor de R\$500.000,00 na meta financeira da região Jequitinhonha/Mucuri na ação 2121 - Alimentação Escolar</p> <p>Justificativa: O aumento dos preços dos alimentos é tendência mundial por várias razões que não cabe aqui explicar. Os valores propostos são tímidos e com aumentos muito pequenos ao longo dos anos.</p> <p>Proposta 127: Nas metas financeiras propostas nesta ação encontramos ao longo dos 4 anos o mesmo valor per capita que é de R\$0,82 por aluno, considerando 200 dias letivos. Entendo que a tendência mundial é de aumento nos preços dos alimentos, principalmente</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--



					<p>daqueles mais nutritivos. Portanto, com os valores propostos teremos "prejuízo" na qualidade dos cardápios. Concluindo, os valores propostos são insuficientes para suprir as necessidades nutricionais diárias dos alunos conforme o objetivo descrito na ação em questão.</p> <p>Proposta 267: No ano de 2011 o Conselho dos Povos Indígenas apresentou essa proposta. Avaliamos que esta é uma importante ação para garantir uma alimentação saudável e garantir a cultura alimentar indígena.</p> <p>Proposta 292: Como é de conhecimento de todos, muitas de nossas crianças vão às escolas em busca de alimento. "Um preso gasta um valor altíssimo com alimentação". Proposta 383: De acordo com as regiões de planejamento do Estado, as regiões citadas e priorizadas na proposta de ampliação, se caracterizam como regiões de maior vulnerabilidade.</p>						
1791	Pela aprovação	Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte) - Aline Cardoso	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	46 - QUALIDADE AMBI	(Outros) Incluir programa na Rede de Desenvolvimento Econômico e Sustentável o	18 – GESTÃO	541 – PRESERVAÇÃO E	(anexar 1785 e 1791) Ver anotações na 1785	-----	----	-----

		Arantes Gato, Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte) - Maria Dalce Ricas		ENTAA L	<p>PROGRAMA: Proteção da Fauna no Estado. OBJETIVO: Estruturação do Estado para Assumir a Gestão da Fauna, conforme normas estatuídas pela Lei Complementar nº 140/2011. META FINANCEIRA: R\$40.000.000,00 - quarenta milhões de reais. REGIONALIZAÇÃO: em todo o Estado. PERÍODO: 2013 a 2015.</p> <p>Incluir ações no programa sugerido. AÇÃO: Construção de Centro de Reabilitação e Reintrodução de Animais Silvestres; AÇÃO: Fiscalização de Criatórios; AÇÃO: Repressão e Educação relativas à caça e ao tráfico.</p> <p>Justificativa: Há pelo menos dois anos, o Governo do Estado, através da Semad, informa que a transferência da responsabilidade do mesmo ao Ibama está sendo discutida e a resposta mais frequente para esse longo processo de decisão são custos. Enquanto isto, a PMMA informa que sua situação está comprometida, pois não tem convênio com o Ibama e nem abrigo</p>	AMBIENTA L	CONSERVA ÇÃO AMBIENTA L				
--	--	---	--	------------	---	---------------	----------------------------------	--	--	--	--

						<p>legal e estrutural por parte do Governo do Estado. Minas, que foi talvez o primeiro Estado da Federação a diminuir expressivamente a caça e tráfico de animais, está regredindo nessa área, regressão alimentada pela necessidade do Governo.</p> <p>A inserção do Programa proposto no PPAG, traz dois benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- oficializa o tema junto à sociedade, transformando em compromisso público e permitindo acompanhamento e cobrança por parte da mesma;</li> <li>- estima recursos à mesma.</li> </ul>						
1792	Pela aprovação	() -, Movimento Nacional de Direitos Humanos - Regional M. G. (Belo Horizonte) - gildázio Alves dos Santos	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	<p>(Outros) Alterar meta física em 2013 para 5.200 pessoas atendidas.</p> <p>Alterar meta financeira em 2013 para R\$ 1.335.000,00.</p> <p>Aplicar o acréscimo de R\$ 200.000,00 para as ações do Escritório de Direitos Humanos, de forma a criar banco de dados para elaborar diagnósticos das violações de direitos humanos atendidas pelo Escritório de Direitos Humanos; realizar educação em direitos humanos, como cursos e oficinas</p>	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	422 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	REQUERIMENTO - à Sedese, solicitando elaboração de estudo/diagnósticos sobre as violações de direitos humanos no Estado.	-----	----	-----

					<p>e realizar atendimentos jurídicos de assessoria a casos de violações em direitos humanos em todo o Estado.</p> <p>Justificativa: O Escritório de Direitos Humanos é um projeto vinculado à Subsecretaria de Direitos Humanos da Sedese, criado por meio do Decreto nº 43.635/03. O EDH visa a promoção e a efetivação dos direitos humanos através da pesquisa, educação e assessoria jurídica em direitos humanos. Para que o EDH desenvolva suas ações, é necessário regionalizar as ações de educação e assessoria jurídica para o interior do Estado, possibilitando, assim, atender as demandas que regularmente são apresentadas, principalmente aquelas relacionadas às comunidades tradicionais, que são frequentes. É essencial ao planejamento e à organização das políticas públicas realizar coleta, organização e análise de dados, pelo que é imprescindível a criação de um banco de dados para o EDH.</p>						
1793	() -, () -, Movimento Nacional de Direitos Humanos - Regional	4 - Rede de Desenvolvimento Social e	11 - ASSIS TÊNCCI	(Outros) Criar ação específica para consolidação e	<b>14 – DIREITOS</b>	422 – DIREITOS	anexar PLEs 1836 , 1789 e 1793 (VER PLE 1789)				

		M. G. (Belo Horizonte) - gildázio Alves dos Santos	Proteção	A SOCI AL E DIREI TOS HUM ANOS	<p>aprimoramento do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Minas Gerais - PPDDH -, com a finalidade de fortalecer e consolidar esse programa no Estado. Meta financeira: R\$ 536.000,00 para o ano de 2013.</p> <p>Justificativa: A proposta, além de prever ampliação de recursos para a execução do PPDDH-MG no âmbito do PPAG, chama a atenção dos órgãos competentes para um maior comprometimento político para a efetivação desse programa. Com a complementação orçamentária, busca-se melhorar a estrutura jurídica do PPDDH-MG, bem como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- elaborar um diagnóstico atualizado que possibilite um mapeamento sobre a situação de conflitos, ameaças ou vulnerabilidade de lideranças e grupos populares no Estado de Minas Gerais, a fim de sanar as fragilidades e necessidades que se apresentam;</li> <li>- realizar um seminário que envolva os defensores de direitos</li> </ul>	DA CIDADANI A	INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS		----	----	-----
--	--	--	----------	--	---	---------------------	--	--	------	------	-------

					humanos, entidades parceiras, técnicos e pesquisadores para maior articulação das pessoas atendidas; - produzir um vídeo institucional do PPDDH a partir das lutas dos defensores e das alternativas de superação das dificuldades enfrentadas, que servirá como ferramenta pedagógica e de divulgação do programa.						
1794		() - Raul Fonttes	9 - Rede de Cidades	126 - RADI ODIF USÃO	(Outros) Sou radialista à quase 30 anos e sou evangélico. Sinto uma carência tremenda do público evangélico em divulgar seus eventos e mensagens e o mais importante, que seria levar a palavra de Deus ao maior número de pessoas possível. Gostaria que, através da Assembleia e autoridades, conseguir a instalação de uma emissora de rádio web, voltada unicamente para música gospel e pregação do evangelho. Anexo estaríamos praticando também um trabalho social junto às pessoas carentes, drogados e discriminados.  Justificativa: Não tenho condições financeiras para			REJEIÇÃO			

						implantação já que o gasto com equipamento fica acima de R\$ 10 mil. No mais, a falta de espaço nas rádios comerciais para a pregação da palavra de Deus. E, podem crer, a carência do povo é enorme.						
1795		Estudantes pela Liberdade (Belo Horizonte) - Juliano Torres	9 - Rede de Cidades	168 - GESTÃO E APOIO ÀS AÇÕES DA COPA DO MUNDO		<p>(Outros) Emenda ao PPAG para exclusão do programa 168 e cancelamento dos recursos da ação que o compõe (R\$ 1,2 milhão) do total da receita estimada e despesa fixada na LOA, por meio de emenda textual ao art. 2º do P.L 3471/2012.</p> <p>Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível das metas físicas e financeiras das ações do programa, com o devido cancelamento da receita.</p> <p>----</p> <p>Justificativa:</p> <p>O programa tem como objetivo "DESENVOLVER...". Compõe-se de uma ação, que é a 2125, PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES DA COPA DO MUNDO.</p> <p>Estão previstos no</p>	27 – DESPORTO E LAZER	811 – DESPORTO DE RENDIMENTO	<p>REQUERIMENTOS À SEPLAG, solicitando o desmembramento das ações dos estruturadores em ações unitárias, com sub-projetos/sub-processos gerando ações unitárias, para a revisão de 2014, além de disponibilizar no Sigplan e nos relatórios bimestrais de monitoramento, o detalhamento da execução e do monitoramento por sub-projeto. (incorporar no relatório bimestral de monitoramento as informações do Sistema de Monitoramento e Gestão da Estratégia Governamental)</p> <p>À Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo solicitando o detalhamento do escopo das ações 1269 e 1273, com vistas a deixar claras as atividades desenvolvidas por essas ações, com informação à ALMG.</p> <p>Solicitando, ainda, informação sobre os critérios de priorização adotados pelo Estado para investimento nos Municípios com potencial de atração de seleções e detalhamento do processo de escolha de sub-sedes.</p>	-----	----	-----

					<p>programa, basicamente, recursos para diárias de viagens, passagens e despesas com locomoção, consultorias e serviços de terceiros. Em outras palavras, o contribuinte mineiro está custeando viagens do pessoal do gabinete de secretário de estado extraordinário da Copa do Mundo à Londres, África do Sul e similares.</p> <p>(continua)</p> <p>Proposta 350: Exclusão da Ação 1269, Receptividade na Copa, com cancelamento do total dos recursos previstos na ação (R\$ 14.655.317) no total da receita estimada e despesa fixada no projeto de lei orçamentária (R\$ 68.101.631.673,00). Emenda textual ao art. 2º do projeto de lei 3471/2012 - LOA. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita corrente e receita de capital - operações de crédito.</p> <p>Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



					<p>das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa e da receita.</p> <p>Proposta 352: Exclusão da ação 1273 - Sustentabilidade na Copa, com cancelamento do total dos recursos previstos na ação (R\$ 1.000.000,00) no total d receita estimada e despesa fixada no projeto de lei orçamentária (R\$ 68.101.631.673).</p> <p>Emenda textual ao artigo 2º do projeto de lei 3.417/2012 - LOA. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita corrente e receita de capital - operações de crédito. Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa e da receita.</p> <p>Proposta 350: Exclusão da Ação 1269, Receptividade na Copa, com cancelamento do total dos recursos previstos na ação (R\$ 14.655.317) no total da receita estimada e despesa fixada no projeto de lei orçamentária (R\$</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>68.101.631.673,00). Emenda textual ao art. 2º do projeto de lei 3471/2012 - LOA. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita corrente e receita de capital - operações de crédito.</p> <p>Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa e da receita.</p> <p>Justificativa: É sabido que ser sede da Copa do Mundo é prejudicial à saúde fiscal dos Estados. Os estados se endividam - a exemplo de Minas - para custear um evento de curta duração, que não traz qualquer retorno real ao cidadão mineiro, sendo, portanto, não só um gasto supérfluo, como prejudicial à economia. Os recursos destinados à ação podem ser melhor alocados pelo próprio cidadão mineiro, e por isso propomos a supressão tanto da despesa quanto da receita. Ressaltamos que a proposta não é abarcada pela vedação constante no art. 160</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>da Constituição do Estado e art. 35 da LDO/2012, uma vez que o cancelamento proposto não está sendo indicado/apresentado como recursos para realização de outras despesas, mas cancelado definitivamente.</p> <p>Proposta 350: (excertos, excede 1000 caracteres)</p> <p>A ação tem como produto um guia do visitante elaborado, com a finalidade de GARANTIR A SATISFAÇÃO DO TURISTA E ATRAIR SELEÇÕES PARA UTILIZAREM CIDADES MINEIRAS COMO CENTRO DE TREINAMENTO, DE FORMA A PROMOVER PRODUTOS E OS ROTEIROS TURÍSTICOS MINEIROS. Cabe dizer que é a match services, subsidiária da FIFA, que coordenada toda a gestão de vendas de ingressos e pacotes e alojamento de seleções, tendo o Estado pouca ou nenhuma influência nestas escolhas. O gasto é, portanto supérfluo.</p> <p>Por outro lado, os</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>gastos totais são altas, da ordem de R\$ R\$ 14.655.317 em 2013 e R\$ 28.360.000 em 2014, sendo que R\$ 9.655.317 são recursos de operações de crédito, isto é, endividamento público. É sabido que ser sede de Copa do Mundo é prejudicial à saúde fiscal dos Estados. Os Estado se endividam para custear um evento de curta duração, que não traz qualquer retorno real ao cidadão mineiro, sendo, portanto, não só supérfluo, como prejudicial à economia. Proposta 352: (excertos)</p> <p>A ação tem como produto dois planos de sustentabilidade executados, com a finalidade de "PROMOVER INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS VINCULADOS À COPA DO MUNDO FIFA 2014, GARANTINDO A SUSTENTABILIDAD E SOCIAL E AMBIENTAL DO EVENTO PARA ENFRENTAMENTO DOS IMPACTOS DECORRENTES DE SUA REALIZAÇÃO". Os gastos com</p>					
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

					<p>consultorias e serviços de terceiros constituem a maior parte da ação, que possui inclusive recursos de operações de crédito. A exemplo de várias outras ações para a Copa, o Estado está tributando gerações futuras para se efetuar um gasto supérfluo. É sabido que ser sede de Copa do Mundo é prejudicial à saúde fiscal dos Estados. Os Estado se endividam para custear um evento de curta duração, que não traz qualquer retorno real ao cidadão mineiro, sendo, portanto, não só supérfluo, como prejudicial à economia. Os recursos destinados à ação podem ser melhor alocados pelo próprio cidadão mineiro, e por isso propomos a supressão tanto da despesa quanto de rec Proposta 350: (excertos, excede 1000 caracteres)</p> <p>A ação tem como produto um guia do visitante elaborado, com a finalidade de GARANTIR A SATISFAÇÃO DO TURISTA E ATRAIR SELEÇÕES PARA UTILIZAREM CIDADES MINEIRAS COMO CENTRO DE TREINAMENTO, DE FORMA A</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						<p>PROMOVER PRODUTOS E OS ROTEIROS TURÍSTICOS MINEIROS. Cabe dizer que é a match services, subsidiária da FIFA, que coordenada toda a gestão de vendas de ingressos e pacotes e alojamento de seleções, tendo o Estado pouca ou nenhuma influência nestas escolhas. O gasto é, portanto supérfluo.</p> <p>Por outro lado, os gastos totais são altas, da ordem de R\$ R\$ 14.655.317 em 2013 e R\$ 28.360.000 em 2014, sendo que R\$ 9.655.317 são recursos de operações de crédito, isto é, endividamento público. É sabido que ser sede de Copa do Mundo é prejudicial à saúde fiscal dos Estados. Os Estado se endividam para custear um evento de curta duração, que não traz qualquer retorno real ao cidadão mineiro, sendo, portanto, não só supérfluo, como prejudicial à economia.</p>						
1796	Pela aprovação	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Afonso Correa Diana	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	144 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA	INTERMEDIÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS	(Outros) Inclusão de Ação: Nome: Programa de segurança alimentar nos pré-assentamentos de reforma agrária. Finalidade: Garantir	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	306 – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	EMENDA AO PPAG E À LOA - PPAG: alterar a finalidade da ação 4061, incluindo referência à garantia de segurança alimentar nos acampamentos e pré-assentamentos da reforma agrária; alterar meta financeira pra R\$186.738,00	139	558-4	Alteração de Ação: R\$ 100.000,0

				DANI A	COLETIV OS E GESTÃO DE PROJETO S E INFRAES TRUTUR A NO CAMPO	segurança alimentar os pré-assentados. UO: ITER Produto: Família Atendida Meta física: 1000 famílias Meta Financeira: 2.000.000  Justificativa: As famílias dos pre- assentamentos e acmpamentos não conseguem acesso a nenhum programa de financiamento, nem mesmo para garantir a segurança alimentar até que seja implementado o projeto de assentamento.			(acréscimo de 100 mil) -LOA: acrescentar R\$100.000,00 na ação 4061, com especificação do objeto do gasto para a garantia de segurança alimentar nos acampamentos e pré-assentamentos de reforma agrária.(custeio) (estadual)			
1797	Pela aprovação	Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte) - Aline Cardoso Arantes Gato, Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte) - Maria Dalce Ricas	5 - Rede de Desenvolvi mento Econômico Sustentável	109 - PROT EÇÃO DA BIODI VERSI DADE E UNID ADES DE CONS ERVA ÇÃO	AMPLIAC ÃO DAS ÁREAS DE VEGETAÇ ÃO NATIVA E RECUPER AÇÃO DE ÁREAS DEGRAD ADAS	(Outros) Incluir ação no Programa 046 - Qualidade Ambiental. AÇÃO: Recuperação de Nascentes, Matas Ciliares e Lagoas Marginais. FINALIDADE: Promover a proteção da água e da biodiversidade através da recuperação de nascentes, matas ciliares e lagoas marginais com vegetação nativa. PRODUTO: hectares protegidos. METAS FÍSICAS: 20.000 hectares. META FINANCEIRA: R\$10.000.000,00 - dez milhões de reais. REGIONALIZAÇÃO: (não foi sugerido). PERÍODO: 2013 E	18 – GESTÃO AMBIENTA L	543 – RECUPERA ÇÃO DE ÁREAS DEGRADAD AS	EMENDA AO PPAG - transferir as ações 4564 e 4565, com suas UOs, para o programa estruturador 046 - Qualidade Ambiental.	140  141	-	

					1014.  Justificativa: Trata-se de ação de peso no que se refere à proteção da água e biodiversidade e que devem ser destacadas na ação do poder público, tanto pela sua importância, quanto porque facilita transparência frente à sociedade. A recuperação de lagoas marginais deveria há muito tempo ser parte das políticas públicas de Minas, devido aos benefícios ambientais e econômicos/sociais. A quantidade de cursos d'água e nascentes pisoteadas pelo gado, muitos em processo acelerado de erosão, e o impacto sobre a qualidade da água, fatos visíveis no território mineiro, demonstram a importância da ação proposta.						
1798	Pela aprovação	() -, Associação dos Povos Indígenas (Belo Horizonte) - Marinalva Maria de Jesus	2 - Rede de Atendimento em Saúde	237 - ATENÇÃO À SAÚDE DAS COMUNIDADES INDÍGENAS	(Outros) Instituir ocas de resgate e registro da medicina tradicional indígena e uso de plantas medicinais na região metropolitana de Belo Horizonte. Proposta 289: Liberação de recurso para que a Associação dos Povos Indígenas da Região Metropolitana de Belo Horizonte faça convênio com hospital de grande porte para	10 – SAÚDE	423 – ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	REQUERIMENTO - à SES, solicitando gestão junto aos municípios da RMBH, para identificação de Unidades Básicas de Saúde de Referência para a população indígena não aldeada, residente na região. - à Coordenadoria de saúde indígena do Estado para implantação do programa de resgate da Medicina Tradicional Indígena e Plantas Medicinais para a população indígena não aldeada, especialmente na região metropolitana de BH.	-----	----	-----



					<p>atender os casos de saúde mais graves.</p> <p>Justificativa: Esse programa já foi implantado pela Coordenadoria de Saúde Indígena da SES-MG nas aldeias, no entanto, a região metropolitana de Belo Horizonte não foi contemplada com essa ação. Proposta 289: Os índios que residem em Belo Horizonte e região metropolitana não tem áreas demarcadas, por esse motivo, eles não são abrangidos pelas políticas de saúde específicas para essa população.</p>						
1799	Associação Comunitária Social Cultural Desportiva - ASCD (Belo Horizonte) - Aparecida Maria Martins Pereira	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	113 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS	<p>(Outros) Participo de todos os protestos e sou do Pró-Metrô de Belô. Moro há muito tempo em BH, escolhi o Barreiro por tem áreas de preservação ambiental, mas sonho em nadar e pescar no Rio das Velhas, para o bem de todos, para que todas as pessoas fiquem menos estressadas. Lembro quando na adolescência íamos a Raposos de trem.</p> <p>Justificativa: Saúde depende de lazer e meio ambiente saudável, ar puro e menos impactos ambientais.</p>	18 – GESTÃO AMBIENTAL	544 – RECURSOS HÍDRICOS	REQUERIMENTO - à Semad, solicitando informações analíticas sobre a execução e os resultados da ação 1209, nos últimos 5 anos.	-----	----	-----	

1800	Pela rejeição	Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte) - Clarise Fernandes da Silva	4 - Rede de Desenvolvime nto Social e Proteção			(Outros) Novo Programa criação, implantação e efetivação do Programa de Capital Humano de Responsabilidade Social, destinado a inclusão das famílias que não tem acesso ao benefício do Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada. O programa compreende ações de qualificação profissional, geração de emprego e renda, e transferência de renda. O programa deve ser implantado por meio de pesquisa para diagnóstico social e ser executado pelo governo do Estado e a ONG proponente.  Justificativa: O programa de capital humano se destina a famílias que não dispõe de renda, ou de qualificação para o mercado de trabalho e que não são incluídos nos programas sociais desenvolvidos pelo Estado.			REJEITAR			
1801	Pela rejeição	Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte) - Clarise Fernandes da Silva	2 - Rede de Atendimento em Saúde			(Outros) Facilitar o acesso da população aos serviços de saúde, principalmente em relação às internações hospitalares.  Justificativa: A população carente não tem plano de saúde			REJEITAR Atenção já prevista nas ações de saúde de média e alta complexidade.			

						privado e existe uma dificuldade para conseguir vagas nos hospitais da rede SUS, assim deve-se facilitar o acesso desse público aos serviços de saúde.						
1802	Pela aprovação	Prefeitura Municipal de Itambacuri (Itambacuri) - Yasmin Dias Netto	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	40 - INVESTIMENTO ECONÔMICO COM INFRAESTRUTURA PARA O FORTALECIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA MINEIRA	ORDENAMENTO ECONÔMICO COM INFRAESTRUTURA CUSTOMIZADA	(Outros) Garantir atendimento para a região do Jequitinhonha/Mucuri (município de Itambacuri), com meta física de um projeto concluído. Meta financeira R\$50.000,00  Justificativa: Necessidade de criação de empregos na região, em função de carência em tal questão. Garantia também de um pólo de desenvolvimento no local.	11 – TRABALHO	334 – FOMENTO AO TRABALHO	(anexar 1691 e 1802) Ver anotações na 1691	----	----	-----
1803	Pela aprovação	() -, () - Clever Alves Machado, () - Ronaldo Antônio Pereira da Silva	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS	() -	(Outros) Criar ação com vistas a implementar um sistema informatizado ou banco de dados de entidades e movimentos de defesa de direitos humanos. Finalidade: realizar um levantamento das entidades e movimentos relativos a crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, segmentos LGBT, guardas de congado, comunidades de terreiro e outros, a fim	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	EMENDA À LOA (anexar 1803 e 1815) LOA: acrescentar R\$500.000,00 na ação 4203, com especificação do objeto do gasto para: - sistema informatizado ou banco de dados de entidades e movimentos de defesa de direitos humanos; - diagnóstico da situação da população etnicamente excluída especialmente para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas à população negra, indígena, cigana e demais povos; - fortalecimento institucional das organizações representativas de comunidades quilombolas, indígenas, ciganas e demais povos / Incentivar	-	<b>588-6</b> <b>589-4</b> <b>590-8</b>	Alteração de Ação: R\$ 500.000,00

					<p>de potencializar a mobilização, a articulação e a promoção das políticas públicas. Meta física: 1 Meta financeira: R\$ 80.000,00.</p> <p>Proposta 296: Realizar um diagnóstico da situação da população etnicamente excluída especialmente para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas à população negra, indígena, cigana e demais povos. Meta física: 1 Meta financeira: R\$ 200.000,00.</p> <p>Proposta 303: Criar ação com vistas a desenvolver projetos de fortalecimento institucional das organizações representativas de comunidades quilombolas, indígenas, ciganas e demais povos. Finalidade: fortalecer a autonomia e o protagonismo político das comunidades quilombolas, indígenas, ciganas, de terreiro e demais povos discriminados. Meta física: 50 entidades/pessoas. Meta financeira: R\$ 120.000,00.</p> <p>Proposta 316: Nova</p>		<p>ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas, indígenas, ciganos, de terreiro e demais povos discriminados Ver requerimentos na Sugestão da Consultoria.</p>			
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

					<p>ação com vistas a criar e implementar programa de combate ao racismo e enfrentamento às desigualdades raciais. Finalidade: valorizar a pluralidade étnico-racial e a inclusão socioeconômica, política e cultural da população negra, quilombola, indígena, cigana e demais povos discriminados, por meio de ações voltadas para as áreas de saúde, educação, segurança, acesso à justiça, trabalho e renda, habitação, cultura, esporte, lazer, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos e microcrédito, e acesso à terra.</p> <p>Proposta 322: Criar ação de combate ao racismo e promoção da igualdade racial. Finalidade: implementar e integrar programas e ações afirmativas para o enfrentamento das desigualdades raciais, a valorização da pluralidade étnico-racial e a inclusão socioeconômica, política e cultural da população negra, quilombola, indígena, cigana e demais povos discriminados, prioritariamente nas</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>áreas de educação, saúde, segurança e acesso à justiça, trabalho e emprego, habitação, cultura, esporte e lazer, meios de comunicação em massa, financiamentos públicos e microcrédito, e acesso à terra.</p> <p>Produto: termos de cooperação e convênios assinados. Metas financeiras de R\$ 25.000,00 para cada ano, de 2013 a 2015.</p> <p>Proposta 327: Criar ação com vistas a garantir a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública estadual, com estímulo de ações semelhantes no setor privado, e fortalecer organizações de mídia negra. Finalidade: reverter representações estereotipadas dos afrodescendentes, as quais sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a história a cultura negra em suas formas de existência e resistência. Produto: termos de cooperação e convênios assinados. Meta financeira: R\$</p>					
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

					<p>50.000,00 para 2013; R\$ 80.000,00 para 2014; e R\$ 100.000,00 para 2015. Proposta 0:</p> <p>Justificativa: Garantir o fortalecimento da rede e a promoção das políticas públicas por meio do mapeamento das instituições representativas desses setores sociais.</p> <p>Proposta 296: O diagnóstico irá facilitar aos gestores das áreas de desenvolvimento social, educação, saúde, habitação, esporte, segurança, dentre outras, a deliberar sobre metas físicas e orçamentárias para o Plano Mineiro de Promoção da Igualdade Racial, bem como para fornecer subsídios para as deliberações do Conepir e as ações de proposição e acompanhamento da Coordenadoria de Igualdade Racial.</p> <p>Proposta 303: Fortalecer a participação institucional das organizações representativas dos quilombolas, indígenas, ciganas e demais povos discriminados nos espaços de gestão</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>pública e dos órgãos de controle social.</p> <p>Proposta 316: Há necessidade de uma ação específica, já que as ações referentes à restauração, promoção e proteção de direitos humanos, contidas no Programa Estruturador 011 - Assistência Social e Direitos Humanos, são insuficientes para a efetivação dos direitos e para o enfrentamento ao racismo e seus efeitos.</p> <p>Proposta 322: Implementar a política de igualdade racial por meio da promoção de ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando corrigir a desigualdade racial e assegurar a igualdade de oportunidades.</p> <p>Proposta 327: Implementar a política de igualdade racial, por meio do apoio à incorporação das perspectivas racial e de gênero na formação dos profissionais de comunicação, bem como à produção e à difusão de materiais de comunicação com conteúdos antirracistas.</p> <p>Proposta 0:</p>						
1804	Clarosofia Núcleo Mundial - CNM	11 - Rede de Governo	45 - GOVE		(Outros) Recorrer ao governo federal para	04 –	121 – PLANEJAM	REQUERIMENTO - Aa Congresso Nacional,			



		(Belo Horizonte) - Clarise Fernandes da Silva	Integrado, Eficiente e Eficaz	RNO EFICIENTE		<p>aquisição de recursos financeiros, para complementação dos mesmos no Estado de Minas Gerais, para atender as demandas das ações do Estado, considerando que os problemas do Estado de Minas Gerais têm sido maiores que o recurso financeiro.</p> <p>Justificativa: Encaminhada (extenso, excede 1000 caracteres) no anexo da proposta.</p> <p>Resumo:</p> <p>* Elevados gastos com projetos desimportantes para a população, como a Copa 2014 e a Olimpíada 2016;</p> <p>* Aproveitar a discussão para instalar comissão especial para revisão da Constituição Mineira e a Constituição da República, para avaliar as prioridades de gastos públicos, considerando ainda a má qualidade dos tributos brasileiros.</p>	ADMINISTRAÇÃO	ORÇAMENTO	salientando a importância da rediscussão do pacto federativo e a necessidade de uma reforma tributária.	-----	----	-----
1805	Pela aprovação	() - Márcio Macedo Lopes	8 - Rede de Identidade Mineira	149 - INCENTIVO AO ESPORTE	AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS	(Outros) Projeto execução do Estádio Amancio Cassini Neto (Estádio Bela Vista Esporte Clube), em Piumhi	27 – DESPORTO E LAZER	811 – DESPORTO DE	REQUERIMENTO - à SEEJ para solicitar o apoio técnico e financeiro à execução das obras de reforma do Estádio Amancio Cassini, em Piumhi.	-----	----	-----

					ESPORTIVOS	<p>Fechamento do campo (muros) - aprox. 75.000,00</p> <p>Arquibancadas, vestiários; imprensa; torcida - 190.000,00</p> <p>Campo 150.000,00</p> <p>Iluminação 100.000,00</p> <p>Cadastrar proponente: Márcio Macedo Lopes - Bela Vista Esporte Clube</p> <p>Justificativa: Em comodato com a Prefeitura e o Clube Bela Vista Esporte Clube, a reestruturação e conclusão do Estádio. Para o bom desenvolvimento da cidadania, tirando as crianças das ruas e das drogas e seguindo o caminho do Esporte, lazer e bem viver.</p>		RENDIMENTO				
1806	Pela aprovação	Fundação Educacional Caio Martins - Fucam (Belo Horizonte) - Francisco Batista Filho, Fundação Educacional Caio Martins - Fucam (Belo Horizonte) - Francisco Batista Filho	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	174 - PROTAGONISMO JUVENIL	(Outros) Nova Ação no Programa Protagonismo Juvenil UO:2161 - Fucam Produto: unidades educacionais - centro educacional (Esmeraldas, S. Francisco, Juvenília, Riachinho, Buritizeiro e Januária) e oficinas reestruturadas. Meta financeira total: 6.000.000,00 Meta física: seis unidades	12 – EDUCAÇÃO	243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	EMENDA AO PPAG E À LOA Emenda ao PPAG e LOA: Ação 4065 - alteração da regionalização : Noroeste de Minas 1 (R\$ 400.000) Norte de Minas 4 (R\$ 1.200.000) Central 1 (R\$ 400.000) Restauração de recursos tal como foi em no Processo para o exercício de 2012. obs: verifiquei que a regionalização do projeto está correta, portanto, não é necessário fazer emenda ao PPAG, apenas ao orçamento.	-	591-6 592-4	Alteração de Ação: R\$ 1.999.000,00	

					<p>Regionalização: Central, Norte e Noroeste. 2012: 1 milhão 2013 2 milhões 2014 1 milhão 2015 2 milhões</p> <p>Há outros proponentes não cadastrados (cópia da proposta 2011 do Seminário da Pobreza).</p> <p>Justificativa: Nas 12 etapas do Seminário Legislativo Pobreza e Desigualdade foi construída uma proposta de iniciativa popular com a contribuição dos participantes dos eventos manifestando o anseio de muitas pessoas e instituições para reestruturar e expandir a Fucam. Objetivo: apoiar a permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola, por meio de organização e oferta de proteção social, por meio de moradias estudantil para amiores de 12 anos, de educação complementar e integral, grantido o vínculo familiar e comunitário, o ensino médio e a profissionalização.</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

1807	Pela aprovação	<p>() -, Associação Cassiense de Educação e Cultura (Cássia) - Ezequias Sousa Rodrigues, Associação Cassiense de Educação e Cultura (Cássia) - Franco Andrade Rezende, Associação Cassiense de Educação e Cultura (Cássia) - Rafael Castriota Salerno</p>	6 - Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação	140 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG	<p>(Outros) Educação e Capital Humano Viabilizar recursos para transporte universitário em cidades que não possuem faculdades e campus para cursos de educação superior.</p> <p>Proposta 307: Programa feito em base na Rede de Educação com o nome de "Transporte Universitário Já", no qual o governo disponibilizaria verbas para o apoio no pagamento do transporte universitário para as cidades mineiras.</p> <p>Proposta 308: Disponibilizar recursos à entidade para aquisição de veículos para transporte de estudantes universitários.</p> <p>Justificativa: Devido ao grande custo dos cursos superiores e à falta de cursos em várias cidades mineiras, muitos se deslocam para cidades vizinhas diariamente, aumentando assim o custo com transporte. Tendo por exemplo a cidade de Cássia, que disponibiliza quatro ônibus para as cidades vizinhas com custo</p>	12 – EDUCAÇÃO	364 – ENSINO SUPERIOR	REQUERIMENTO Ao Ministério da Educação, solicitando estudo de viabilidade sobre incentivo aos municípios para transporte universitário intermunicipal, com vistas a assegurar acesso e permanência desses alunos ao ensino superior.	-----	----	-----
------	----------------	---	--	--	---	---------------	-----------------------	---	-------	------	-------

					<p>mensal de R\$ 210,00 por aluno apenas com transporte.</p> <p>Proposta 307: As inúmeras cidades mineiras que não possuem campus universitários como o caso de Cássia/MG que tem quatro ônibus transportando universitários, que além de ter que pagar a faculdade ainda tem que pagar, e caro, as mensalidades do transporte (em média R\$ 210,00). Verba disponibilizada pelo governo contribuirá para a formação desses universitários.</p> <p>Proposta 308: A Acec é uma associação de educação e cultura que hoje possui quatro ônibus terceirizados para transportar estudantes para cidade vizinha. Diante de uma renda per capita do Município de Cássia, e o custo dos cursos universitários, muitas pessoas que gostariam de estar estudando não têm a oportunidade. Uma despesa que tem o valor agregado ao transporte escolar.</p>						
1808	Pela rejeição	Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte) - Clarise Fernandes da Silva	11 - Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz	45 - GOVERNO RACIONAL E EFICIENTE	(Outros) A Clarosofia Núcleo Mundial - CNM - sugere aos Deputados de Minas Gerais e ao Governo do Estado, contando			REJEIÇÃO			

					<p>com o valoroso empenho dos deputados federais que nos representam em Brasília, a revisão da Lei Federal nº 11.300, de 2006, para novas atribuições, no intuito de contemplar as instituições da sociedade civil, com suas ações regulares, para evitar a interrupção das devidas instituições, ONGs, para que não sejam interrompidas as suas ações continuadas, pois muitas ações estão perdendo credenciamento em vários órgãos de convênio em ano eleitoral, e muitas instituições que precisam ser credenciadas nos devidos órgãos são impedidas devido ser ano eleitoral.</p> <p>Justificativa: Considerando que vários projetos sociais de extrema utilidade para os públicos-alvo desfavorecidos foram excluídos pela Seplag, projetos esses que foram aprovados em audiência pública, aprovação unânime, estes projetos são com profissionais especialistas para fazer atendimentos qualificados para o total acompanhamento</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>e desempenho da educação, onde concluímos que, o que é proposto e aprovado em audiência pública tem que ser respeitado, e a sociedade tem que ter voz e vez e tem que ser respeitada.</p> <p>Sugestão: o governo instalar uma comissão especial de caráter de urgência para socorrer a educação e convidar a Seplag para uma audiência pública para inclusão dos projetos excluídos pela mesma, e reivindicamos que sejam inseridos no orçamento, sendo projetos estes de extrema importância para as demandas desfavorecidas de Minas Gerais.</p>						
1809	Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte) - Clarise Fernandes da Silva	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	1 - PROGRAMAS DE INVESTIMENTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	<p>(Inclusão de programa) Criação do Fundo de Amparo Social para investimento na saúde, educação, habitação e meio ambiente, através da destinação de 10 por cento dos Royalties do Pré-sal e 5 por cento dos Royalties do minério.</p> <p>Justificativa: A proposta se justifica devido ao caráter de urgência que se faz necessário amparar os direitos fundamentais do Estado de Minas Gerais.</p>			REJEITAR				

						<p>Os Royalts devem ser investidos em parcerias com o governo, sociedade civil e ONGs, visando o investimento de pesquisas sociais, diagnóstico social, projetos sociais e seminários para garantir a efetivação dos mesmos, a fiscalização e o controle social.</p> <p>Para que o fato acima citado ocorra é preciso um valoroso empenho do governo de Minas Gerais, e dos demais deputados federais que nos representam em Brasília, e também o esforço dos parlamentares estaduais, para instalar uma comissão especial para acompanhar a tramitação referentes aos royalts e fazer a discussão por meio de audiência pública, convidando os governos municipal e estadual, sociedade civil, sindicatos, ONGs, secretaria de Minas e Energia, presidente da Petrobrás e das empresas de minério, ministério público, tribunal de contas, tribunal de justiça e órgãos de meio ambiente.</p>						
1810	() - Ednei Almeida Vilela, () - Higor Maciel Coelho, () -	10 - Rede de Infraestrutura	35 - MINAS	CAMINHOS DE MINAS	(Outros) Incluir trechos das estradas e rodovias estaduais e municipais	26 – TRANSPOR	782 –	REQUERIMENTOS	Ao DER para priorizar a execução de			



		<p>Jose Furtado de Sousa Sobrinho, Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí) - Artur Cândido Filho, Hospital São Vicente de Paula (Araçuaí) - Armando Jardim Paixao, Prefeitura Municipal de Capelinha (Capelinha) - Maria da Conceição Vieira, Prefeitura Municipal de Coronel Murta (Coronel Murta) - Francisco Eletancio Freire Murta, Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa) - Harley Lopes Oliveira</p>		<p>LOGÍSTICA</p>	<p>a seguir: Virgem da lapa - Lelivéldia - Ijicatu; Capelinha- Itamarandiba; Araçuaí - Novo Cruzeiro; MG - Coronel Murta - Distrito Freire Cardoso; Almenara - Pedra Azul; Chapada do Norte - Leme do Prado Berilo - Lelivéldia Proposta 411: Aumentar os recursos financeiros para que se asfalte a estrada que liga Vargem Bonita ao distrito de São José do Barreiro, no município de São Roque de Minas, segundo então até a cachoeira Casca Danta, na região centro oeste de Minas. Proposta 430: Incluir o asfaltamento da rodovia mg 164, no trecho entre Candeias e Camacho.</p> <p>Justificativa: As ações de asfaltamento descritas dos trechos referidos e outros muito contribuem com o desenvolvimento regional e o escoamento da produção. Proposta 411: O asfaltamento permitirá um melhor acesso para escoamento da produção de produtores</p>	<p>TE</p>	<p>TRANSPORTE RODOVIÁRIO</p>	<p>projeto executivo e início de obras dos seguintes trechos, no âmbito da ação 1110- Caminhos de Minas :Virgem da Lapa-Ijicatu; Almenara-Pedra Azul; Chapada do Norte-Leme do Prado; Camacho-Candeias.</p> <p>(OBS. No escopo da ação Caminhos de Minas está prevista a elaboração de projetos, embora o produto seja km concluído. Já estão previstos para elaboração de projetos em 2013 desses trechos)</p> <p>- ao DER, solicitando priorização para a contratação de projeto para os trechos Capelinha-Itamarandiba; Araçuaí - Novo Cruzeiro; Coronel Murta - Distrito Freire Cardoso; Berilo - Lelivéldia , no âmbito da ação 1110 Caminhos de Minas, para contratação em 2014 (revisão de 2014)</p> <p>- ao DNIT, solicitando informações sobre a pavimentação da BR 146, especialmnet no que diz respeito ao trecho Vargem Bonita ao distrito de São José do Barreiro, no município de São Roque de Minas, com informações sobre cronograma, previsão de tpermino, etc.</p>	<p>----</p>	<p>----</p>	<p>-----</p>
--	--	---	--	------------------	--	-----------	------------------------------	--	-------------	-------------	--------------

						<p>rurais e permitirá o acesso turístico à cachoeira, pousadas e outros atrativos.</p> <p>Proposta 430: Rodovia muito importante, principalmente como elo de ligação entre o Sul e o Centro-oeste. É também muito importante comercialmente.</p>						
1811	Pela aprovação	Conselho Comunitário de Segurança Pública - CONSEP 5 (Belo Horizonte) - Sergio Hirle de Souza	70 - Programas Especiais	729 - PROCESSO LEGISLATIVO	<p>(Outros)</p> <p>Aquisição de um piano de meia cauda para o Teatro da ALMG, no valor aproximado de 90.000,00. no programa 701 ação 2009 - direção administrativa.</p> <p>Cadastrar proponente: Sérgio Hirle de Souza - Espasso (?) Conseg</p> <p>Justificativa: Considerando a demanda semanal deste equipamento para viabilizar o "Segunda Musical", que também integra a grade da TVA, além de proporcionar acesso gratuito na gravação de concertos eruditos, atividades do Coral da ALMG e projeto Zás. O Segunda Musical completou 11 anos de</p>	01 – LEGISLATIVA	122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	REQUERIMENTO Ao Presidente da ALMG, solicitando a aquisição de um Piano meia cauda para o Teatro da ALMG.	----	----	-----	

						existência utiliza o instrumento que foi emprestado por outra instituição (Imprensa Oficial) e que deverá ser devolvido em 2013.						
1812		() - Adriana Ferreira Gomes	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	36 - TRAVESSIA	TRAVESSIA SOCIAL	<p>(Outros) Construção e recuperação de estradas vicinais e manutenção periódica com cascalhamento; Construção de grandes e pequenas barragens favorecendo o armazenamento de água nas comunidades rurais; Aquisição de equipamentos para favorecer a captação, distribuição até as moradias; Aquisição de bens móveis para transporte seguro dos produtores rurais e suas mercadorias em perfeitas condições para comercialização.</p> <p>Justificativa: Grande parte da população ainda mora na zona rural. As constantes falta de chuva tem dificultado cada vez mais a vida das famílias e produtores rurais. desta forma, deve-se atentar e investir mais em propostas direcionadas a favorecer a melhoria de infraestrutura (estradas, água potável, transporte, equipamentos agrícolas) dos</p>	26 – TRANSPORTE	782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO	<p>REQUERIMENTO - À Ruralminas, solicitando a inclusão da manutenção periódica de estradas vicinais em Araçuaí, no âmbito da Ação 4127, e gestão junto à Prefeitura desse município para orientação quanto aos procedimentos necessários à inclusão.</p> <p>OBS: escrever no parecer que as demandas relativas a abastecimento de água estão atendidas na PLE 1734.</p>	-----	----	-----

						pequenos e médios agricultores amenizando as mazelas naturais do povo do Vale do Jequitinhonha.						
1813		() - Rita de Cássia Santos Tavares, Associação de Promoção Infantil Social e Comunitário (Araçuai) - Vamilton Alves Jardim, Associação dos Catadores de Papel de Belo Horizonte - ASMARE (Belo Horizonte) - Marília Gonçalves Andrade de Oliveira, Prefeitura Municipal de Candeias (Candeias) - Delfina Resende Furtado	10 - Rede de Infraestrutura	132 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL	APOIO AOS MUNICÍPIOS EM INTERVENÇÕES DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL	(Outros) Calçamento para o Conjunto Habitacional Esperança da Comunidade do Cansação, no município de Virgem da Lapa. Proposta 413: Apoio financeiro para construção de um centro de convenções para 500 pessoas no município de Candeias. Proposta 419: Revitalização de correços no bairro Veneza, em Ribeirão das Neves e pavimentação das seguintes ruas: Rua 22, Rua Antonio Gonçalves de oliveira, Rua Antonio das dores de Carvalho, antiga rua 27 e rua 54. Proposta 462: Nós moradores da rua Raimundo Gomes da Silva na altura do nº 54, no bairro Florença, em Ribeirão das Neves, solicitamos, em função de nosso único caminho para o bairro Veneza ter desbarrancado, que seja colocado um poste no local acima, que é onde boa parte das pessoas passam.  Justificativa: Atendimento a 43 famílias do Conjunto	26 – TRANSPORTE	782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO	EMENDA LOA REQUERIMENTOS Emenda na LOA, acréscimo de R\$200.00,00, com a especificação do objeto do gasto para calçamento das vias do CH Esperança, na comunidade de Cansação, em Virgem da Lapa (R\$100.000,00) e para calçamento de vias no bairro Veneza, em Ribeirão das Neves (R\$100.000,00).  requerimentos dirigidos à CEMIG e à Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves solicitando providências quanto ao desbarrancamento e à deficiência de iluminação pública no local.	-	594-0 595-9	Alteração de Ação R\$ 200.000,00

						Habitacional Esperança da Comunidade do Cansação. Foram construídas as casas em solo de fácil degradação(???) e localizada em encosta. em período de chuva as casas correm risco de sofrerem desmoronamento. Proposta 413: Não temos espaço para reuniões, seminários, oficinas, etc. Como somos rede do consórcio de cadastramento e desenvolvimento da agroindústria rural, não temos espaço no município para realizar eventos. Proposta 419: Regiões com muito lixo e esgoto a céu aberto, bichos peçonhentos e acúmulo de água no período chuvoso. Proposta 462:						
1814		() - Darklane Rodrigues Dias	9 - Rede de Cidades	7 - COPA DO MUNDO 2014	SUSTENTABILIDADE NA COPA	(Outros) Garantir recursos para a organização de um projeto dentro da ação 1273 que permita articular e implementar um plano de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes durante a Copa do Mundo e Copa das Confederações  Justificativa:	06 – SEGURANÇA PÚBLICA	243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE	REQUERIMENTO à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo, solicitando a elaboração de Plano de Sustentabilidade Social para a Copa das Confederações e Copa Fifa 2014, com foco no enfrentamento ao turismo sexual, ao trabalho infantil e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e que informe à ALMG e ao CEDCA e CEAS as providências tomadas para tal.	-----	----	-----
1815		() - Ronaldo	4 - Rede de	162 -		(Outros) Criar ação	14 –	423 –	(anexar 1803 e 1815)			

		Antônio Pereira da silva	Desenvolvimento Social e Proteção	DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS	<p>com vistas a desenvolver projetos de fortalecimento institucional das organizações representativas de comunidades como quilombolas, indígenas, ciganas e de terreiro. Finalidade: "Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas, indígenas, ciganos, de terreiro e demais povos discriminados". Produto: termos de cooperação e convênios assinados e relatórios. Meta financeira: R\$ 120.000,00 para cada ano (de 2013 a 2015).</p> <p>Proposta 330: Criar ação com vistas a realizar diagnóstico sobre a atual situação da população cigana no Estado. Finalidade: conhecer as condições de saúde, educação, habitação, saneamento básico e violências sofridas, a fim de melhorar a qualidade de vida e propiciar a inserção social e econômica da população cigana. Produto: diagnóstico situacional da população cigana em todas as regiões do</p>	DIREITOS DA CIDADANIA	ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	Ver anotações na 1803 (proposta 295)	----	----	-----
--	--	--------------------------	-----------------------------------	---	---	-----------------------	---------------------------------	--------------------------------------	------	------	-------

					<p>Estado. Meta financeira: R\$300.000,00 para 2013; R\$300.000,00 para 2014 e R\$400.000,00 para R\$ 2015.</p> <p>Proposta 331: Criar ação específica com vistas a assegurar o acesso a serviços, programas e projetos a comunidades quilombolas certificadas ou tituladas; divulgar o Selo Quilombos do Brasil como referência de origem da produção das comunidades em diversas cadeias produtivas; implantar sistema de monitoramento e avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas; garantir intersectorialidade com o Programa de Proteção dos Direitos Humanos. Finalidade: fortalecer e acompanhar o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas, assegurando acesso aos serviços e programas desenvolvidos pelo Estado. Produto: termos de cooperação, convênios assinados e relatórios.</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>Meta física: 148 para cada ano (de 2013 a 2015).</p> <p>Meta financeira: R\$ 325.000,00 para 2013; R\$ 500.000,00 para 2014; R\$ 700.000,00 para 2015.</p> <p>Proposta 399: Implementação do Plano de Enfrentamento da Mortalidade da Juventude Negra, de forma a garantir o apoio e acompanhamento de medidas de proteção a crianças, adolescentes e jovens negros em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Proposta 326: Criação de formação e capacitação para a prevenção e o enfrentamento ao racismo institucional. Finalidade: "instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional e xenofobia, e de reconhecimento às matrizes africanas, fomentando a valorização da pluralidade étnico-racial em instituições públicas e privadas". Produto: pessoa qualificada (servidores públicos, lideranças comunitárias, empresários e trabalhadores da</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



					<p>iniciativa privada). Meta financeira: R\$ 18.400,00 para cada ano (de 2013 a 2015).</p> <p>Justificativa: Implementar a política de igualdade racial, por meio da articulação de parcerias para o desenvolvimento de ações de promoção, proteção e preservação de bens culturais de natureza material e imaterial do patrimônio histórico das comunidades quilombolas; o fortalecimento institucional das organizações representativas dessas comunidades; e promoção de parcerias visando intercâmbio de experiências e de ações de fortalecimento das comunidades quilombolas, indígenas, ciganas e de terreiro. Proposta 330: diagnóstico proposto indicará as características dos grupos ciganos e possibilitará o conhecimento das condições de saúde, educação, moradia, saneamento básico, trabalho e renda, acesso à justiça e vitimização, possibilitando uma</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>intervenção organizada a partir das necessidades desses grupos. Além disso, o diagnóstico propiciará a consecução de uma base de dados acerca das condições socioeconômicas da população cigana.</p> <p>Proposta 331: Implementar a política de igualdade racial, por meio de: garantia do acesso das comunidades às políticas públicas de inclusão e a ações integradas que visam o etnodesenvolvimento das comunidades quilombolas nos Planos de Desenvolvimento Territorial, com apoio à gestão ambiental e territorial das terras quilombolas visando a manutenção da disponibilidade dos recursos naturais necessários à sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional; articulação de parcerias com instituições para garantir o acesso a serviços públicos, infraestrutura social e realização de projetos de acessibilidade e de desenvolvimento local e regional sustentável; articulação e monitoramento junto à Fundação Cultural Palmares para a</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						<p>certificação de comunidades quilombolas; identificação, realização e apoio a estudos e pesquisas das demandas referentes a serviços públicos e de infraestrutura social, bem como mapeamento de alternativas de desenvolvimento local e regional sustentável. Proposta 399: A medida visa a reverter o índice de mortes da juventude negra. Proposta 326: Implementar a política de igualdade racial por meio da articulação de medidas voltadas para: a formação e a capacitação de servidores no atendimento a pessoas em situação de violência e de vulnerabilidade social, de modo a prevenir práticas discriminatórias; a difusão de práticas de valorização da pluralidade étnico-racial nas organizações privadas e instituições públicas; a identificação, o acompanhamento e o apoio às ações de prevenção e enfrentamento da discriminação racial e de gênero no ambiente de trabalho.</p>						
1816	Pela	() - Darci Garcia de	1 - Rede de	272 -	QUALIFI	(Outros) Construção de	11 –	333 –	REQUERIMENTO			

	aprovação	Melo	Educação e Desenvolvimento Humano	POLÍTICA DE PROMOÇÃO DE EMPREGO	CAÇÃO DO TRABALHO PARA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO	cozinha industrial destinada à qualificação de trabalhadores e seus familiares.  Justificativa: Há grande desperdício de alimentos, muitas vezes por falta de informação. A qualificação gera melhor qualidade de vida, bem como empregos e renda.	TRABALHO	EMPREGABILIDADE	à Sete, solicitando estudos sobre a viabilidade de oferta de curso de qualificação profissional equipado com cozinha industrial na região Centro-Oeste.	----	----	-----
1817		Associação de Promoção Infantil Social e Comunitário (Araçuaí) - Vamilton Alves Jardim	10 - Rede de Infraestrutura	116 - ESTRADAS VICINAIAS DE MINAS	READEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIAS COM ENFOQUE AMBIENTAL	(Outros) Construção de estradas ecológicas para escoamento da produção.  Justificativa: A estrada ecológica para escoamento da produção é fundamental para o meio ambiente.	26 – TRANSPORTE	541 – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	Anexar à PLE 1704	----	----	-----
1818		Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa) - Averaldo Moreira Martins	10 - Rede de Infraestrutura	116 - ESTRADAS VICINAIAS DE MINAS	CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIAS	(Outros) inclusão dos seguintes trechos: - Virgem da Lapa (sede) - Distrito de São João do Vacaria - 50 km - Virgem da Lapa (Sede) - Povoado Santana -9 km - Virgem da Lapa - Comunidade Funil - 10 km - Distrito de São João do Vacaria - Povoado Lavrinha - 20 km - Virgem da Lapa (Sede) - escola Família Agrícola - 9 km  Proposta 336: Incluir o seguinte trecho: BR	26 – TRANSPORTE	782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO	EMENDA LOA E REQUERIMENTO Emenda LOA à Ação 1107, com acréscimo de recursos (R\$2.000.000,00) incluindo Jequitinhonha Mucuri, para asfaltamento do trecho que liga BR 367 ao Campus do Ifet de Araçuaí, Req à Rurálinas para priorizar os seguintes trechos no âmbito da ação 4127: - Virgem da Lapa (sede) - Distrito de São João do Vacaria - 50 km - Virgem da Lapa (Sede) - Povoado Santana -9 km - Virgem da Lapa - Comunidade Funil - 10 km - Distrito de São João do Vacaria - Povoado Lavrinha - 20 km - Virgem da Lapa (Sede) - escola Família Agrícola - 9 km	-	593-2	Alteração de Ação: R\$ 1.000.000,00

						367 ( Araçuaí) - Campus do IFET 9 Araçuaí)						
						Justificativa: Escoamento da produção da agricultura familiar e melhorar o acesso à sede da cidade. Proposta 336: Os alunos estão indo para a escola em condições precárias em função da poeira no período da seca e da lama no período chuvoso.						
1819		( ) - Sérgio Cândido Bomfonte, Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte) - Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, Prefeitura Municipal de Januária (Januária) - Reginaldo de Jesus Almeida Ribeiro	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS		(Outros) Inclusão da Ação "Apoio à Estruturação dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente".  Proposta 444: Aquisição de um veículo para o conselho tutelar do Município de Belmiro Braga Proposta 450: Aquisição de um veículo para o conselho tutelar do Município de Januária  Justificativa: Em 2012, a 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude cível de Belo Horizonte expediu a Recomendação nº 04/2012, que foi recepcionada pela Sedese, versando sobre a implantação de um	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	422 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	EMENDA AO PPAG (restauração) e EMENDA À LOA - PPAG: Incluir ação destinada a Apoio à Estruturação dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Programa 162, restaurando a ação 4035, com meta financeira R\$700.000,00 (restauração) e manutenção dos demais atributos. - LOA: carimbar, na ação incluída para Apoio à Estruturação dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, R\$100.000,00 para a compra de veículo para os Conselhos Tutelares de Belmiro Braga e de Januária (R\$50.000,00 para cada)	143	559-2	Ação Nova: R\$ 700.000,00

					<p>programa de capacitação continuada para os Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme previsto no art. 2º da Resolução do CEDCA nº 27/2009. Também em 2012, foi instaurada portaria pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude - CAO-IJ/MPMG - visando acompanhar a implantação da Escola de Conselhos. Desse modo, é importante por parte do Estado a promoção de uma política que contribua para a realização adequada das atribuições dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente nos municípios mineiros. Dada a diversidade dos municípios, no que se refere à disponibilidade de recursos financeiros e técnicos, a ausência de apoio dessa natureza poderá comprometer a proteção dos direitos desse grupo. Proposta 444: O veículo se faz necessário para facilitar o deslocamento dentro do Município no</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						atendimento à criança e ao adolescente. Proposta 450: Tendo em vista as distâncias entre a sede do Município e suas comunidades rurais, faz-se necessário a aquisição de um veículo para garantir a assistência e a promoção das atividades desenvolvidas pelo conselho tutelar.						
1820	Pela rejeição	Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte) - Clarise Fernandes da Silva	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	272 - POLÍTICA DE PROMOÇÃO DE EMPREGO	QUALIFICAÇÃO SÓCIO - PROFISSIONAL E INSERÇÃO DE JOVENS NO MUNDO DO TRABALHO	(Outros) Reivindicar junto ao Conselho Regional de Contabilidade - CRC/MG - registro do Curso Técnico de Contabilidade.  Justificativa: O CRC/MG extinguiu a emissão de registro desses profissionais por pressão dos alunos do curso superior de Ciências Contábeis, uma vez que o bacharel cursa 4 anos em uma faculdade e o técnico curso 1 ano e 6 meses. A maioria dos técnicos não tem condição de se preparar para o vestibular e arcar com as despesas de uma faculdade.			REJEIÇÃO			
1821		() - Jose Furtado de Sousa Sobrinho, Câmara Municipal de Capitólio (Capitólio) - Dalmir Rodrigues, Câmara Municipal de São	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	112 - VIABILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURAS DO SETOR AGROPECUÁRIO	INFRAESTRUTURAS DO SETOR AGROPECUÁRIO	(Outros) Aumentar a meta física e a meta financeira das ações na região Centro-Oeste, Capitólio via Guapé-MG, para melhorar estrada de ligação	26 – TRANSPORTE	782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO	EMENDA AO PPAG, à LOA e REQUERIMENTO - PPAG: acrescentar a região Centro-Oeste na ação 1074, com meta física de 50 e meta financeira de R\$10.000,00. - LOA: acrescentar R\$10.000,00 na	144	560-6	Alteração de Ação: R\$ 10.000,00

		Roque de Minas (São Roque de Minas) - Antonio José Batista		RUTU RA E LOGÍS TICA RURA L	<p>devido a deficiências existentes. Aumentar o valor de 100000,00 para 250000,00. Proposta 408: Apoio financeiro para construção de um galpão no centro de apoio ao produtor rural. Proposta 410: Aumentar a meta física e financeira da Ação, para incluir 800.000 reais para a manutenção de estradas rurais com a construção de barragens de contenção de água das chuvas na região centro-oeste, especificamente o município de São Roque de Minas.</p> <p>Justificativa: Capitólio e Guapé interligado por uma via de terra, onde existem vários produtores rurais que tem dificuldade para escoar seus produtos, e os dois municípios são cidades turísticas, e de grande potencial. Precisamos de mais recursos para estes produtores que estão neste trajeto. Proposta 408: Falta espaço para armazenagem, transbordo, exposição e processamento da produção rural dos pequenos produtores. Proposta 410: Diminuir o assoreamento das</p>	O	<p>ação 1074, com especificação do objeto do gasto para a construção de barragens de contenção de água das chuvas nas estradas rurais em São Roque de Minas (investimento) (Centro-Oeste)</p> <p><b>REQUERIMENTO</b> À Ruralminas, solicitando a inclusão do trecho Capitólio-Guapé, no âmbito do planejamento da ação 4127; solicitar também gestão junto ao Município de Capitólio, para orientações acerca dos procedimentos para solicitação de inclusão.</p> <p><b>OBS.:</b> se obtiver mais informações sobre o local do galpão, fazer requerimento solicitando inclusão do galpão na 2005</p>			
--	--	--	--	--	--	---	--	--	--	--



						nascentes do São francisco e permitir o melhor acesso nas áreas rurais.						
1822	Pela aprovação	Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte) - Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS		<p>(Outros) Inclusão de Ação "Capacitação Continuada de Conselheiros - Escola de Conselhos".</p> <p>Justificativa: A formação continuada é princípio básico para a melhor atuação de conselheiros, inclusive no que se refere à qualidade do atendimento. Ressalta-se que o Estado de Minas Gerais tem o segundo maior número de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente. Além disso, o mapeamento de pontos vulneráveis à exploração sexual aponta um crescimento de 89,42% de pontos vulneráveis.</p>	<b>14</b> – DIREITOS DA CIDADANIA	422 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	EMENDA AO PPAG (restauração) - Incluir ação destinada a Capacitação Continuada de Conselheiros - Escola de Conselhos, no Programa 162, restaurando a ação 4054, com meta financeira R\$150.000,00 (restauração) e manutenção dos demais atributos.	<b>145</b>	-	Ação Nova: R\$ 150.000,00
1823	Pela aprovação	Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte) - Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS		<p>(Outros) Inclusão de Ação "Implantação do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil".</p> <p>Justificativa: Segundo as informações constantes no 5º Mapeamento de Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas</p>	<b>14</b> – DIREITOS DA CIDADANIA	243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE	EMENDA AO PPAG (restauração) - Inclusão de ação destinada a Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Programa 162, restaurando a ação 4079, com os mesmos atributos (meta financeira R\$150.000,00 - restauração)	<b>146</b>	-	Ação Nova: R\$ 150.000,00

						Rodovias Federais Brasileiras, reallizado pela Polícia Rodoviária Federal, com abrangência nos anos 2010-2012, houve um aumento de 89,47% de pontos vulneráveis identificados, totalizando 252 pontos, o que demonstra a necessidade de se realizar um trabalho de prevenção e enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, nos moldes do que já vem sendo realizado pelo Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfretamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil - Pair -, bem como nas ações do Programa Proteja nossas Crianças.						
1824	Pela aprovação	Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte) - Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS	MOBILIZAÇÃO PELO REGISTRO CIVIL	(Outros) Desenvolvimento de ações, como seminários, cursos de capacitação e mutirões nos hospitais e maternidades do Estado para a implantação de um sistema interligado para a obtenção de registro civil para todas as crianças.  Justificativa: - A formulação de políticas públicas depende de informações precisas sobre o número de	<b>14 – DIREITOS DA CIDADANIA</b>	422 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	REQUERIMENTO - ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, solicitando a realização de seminários, cursos de capacitação e mutirões nos hospitais e maternidades do Estado para a implantação de um sistema interligado para a obtenção de registro civil para todas as crianças.	-----	----	-----

						<p>habitantes de determinada região;</p> <p>- Os dados de nascimento da população contribuem para a consistência de informações sociodemográficas, de saúde, de óbitos da população infantil para ajudar nas políticas de cada município;</p> <p>- Existem em Belo Horizonte sete maternidades/hospitais que realizam partos em Belo Horizonte (Hospital Júlia Kubitschek, Hospital Sofia Feldman, Hospital das Clínicas, Hospital Odilon Behrens, Maternidade Odete Valadares, Maternidade Hilda Brandão, Hospital Risoleta Tolentino Neves). Há necessidade de capacitação em torno de 10 funcionários de cada maternidade/hospital;</p> <p>- Necessidade de realização de eventos e seminários para a discussão tem como objetivo a continuidade do trabalho de implantação do Projeto Unidades Interligadas de Registro Civil nas Maternidades de Belo Horizonte. (...)</p>						
1825	Pela aprovação	Cáritas Brasileira - Regional de Minas Gerais (Belo	4 - Rede de Desenvolvimento Social e	267 - PROGRAMA	FOMENTO E FORTELE	(Outros) Aumento de metas financeiras de R\$ 400.000,00 para	11 – TRABALHO	334 – FOMENTO	EMENDA AO PPAG, À LOA e REQUERIMENTO - Ação 4173, alterar para:	147	561-4	Alteração de Ação: R\$ 505.000,00

		Horizonte) - Rodrigo Pires Vieira	Proteção	DE GERAÇÃO DE RENDAS E INCLUSÃO PRODUTIVA	CIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E REDES E CADEIAS ATRAVÉS DO APOIO A COMERCIALIZAÇÃO DIRETA E INDIRETA.	compra de barracas (material permanente) e de R\$400.000,00 para equipar 5 pontos fixos de comercialização (material permanente) nas regiões do Vale do Rio Doce, Noroeste, Triângulo Mineiro, Zona da Mata e Sul de Minas. Aumento de meta física para 400 empreendimentos econômicos solidários atendidos.  Justificativa: Os 1200 empreendimentos cadastrados pelo Conselho Estadual de Economia Solidária apresentam como principal dificuldade a comercialização. A estratégia para superação desse problema é a realização de feiras regionais e a implementação de pontos fixos de comercialização. Como a previsão para esta ação é de apenas R\$5.000,00 para 2013, faz-se necessário esta complementação.		AO TRABALHO	nome: Apoio à comercialização da Economia Popular Solidária finalidade: Apoiar empreendimentos da Economia Popular Solidária na área de comercialização de produtos e serviços, por meio da realização de feiras regionais e da implantação de pontos fixos de venda. produto: ponto de venda apoiado unidade: ponto de venda regionalização/meta física: Central (2); Rio Doce (2); Mata (3); Sul de Minas (2); Triângulo (2); Noroeste (2); Norte de Minas (1) e Jequitinhonha/Mucuri (3) meta financeira para: R\$30.000,00 por produto (17) = total: R\$510.000,00 (acréscimo de R\$505.000,00, sendo R\$350.000,00 restaurados)  Req. à Sete, informando a alteração da ação e sua destinação para apoio a feiras regionais e pontos fixos (1 em cada uma das regiões Rio Doce; Noroeste; Triângulo; Mata e Sul de Minas)				
1826	Pela aprovação	() - Sônia Maria Nascimento França, O Movimento do Graal no Brasil (Belo Horizonte) - Maria Beatriz de Oliveira	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE	ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE DIREITOS HUMANOS	(Outros) Objetivo da proposta: fortalecer a atuação dos conselhos municipais de direitos da mulher, por meio de sua estruturação e instrumentalização e da formação e capacitação continuada dos		14 – DIREITOS DA CIDADANIA	422 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	EMENDA AO PPAG e à LOA - PPAG: alterar o nome da ação 4475 para Operacionalização dos Conselhos Vinculados à Subsecretaria de Direitos Humanos; alterar o produto para conselho apoiado e o produto para conselho; e ampliar meta financeira para R\$400.000,00 (acréscimo de	148	562-2	Alteração de Ação: R\$ 100.000,00

				<p>DIREITOS HUMANOS</p> <p>S.</p>	<p>conselheiros, de modo que possam exercer o controle social e assegurar a participação da comunidade na implementação de políticas públicas (ver mais informações no anexo à proposta original - #22).</p> <p>Produto: Conselhos Municipais de Direitos da Mulher Implementados/Capacitados</p> <p>Região: Estadual</p> <p>Meta Física 2013: 150</p> <p>Meta Financeira 2013: R\$100.000,00</p> <p>Meta Física 2014: 200</p> <p>Meta Financeira 2014: R\$140.000,00</p> <p>Meta Física 2015: 200</p> <p>Meta Financeira 2015: R\$160.000,00</p> <p>Proposta 357: Promoção dos direitos, através de dotação orçamentária para a capacitação continuada de conselheiras municipais de direito da mulher com um número previsto de 2.000 mulheres nas regiões do Estado pela divisão da Sedese (regionais).</p> <p>Nova finalidade para a ação 4475: "Manutenção e financiamento das atividades dos conselhos vinculados à Subsecretaria de Direitos Humanos com vistas a fortalecer sua</p>	<p>R\$100.000,00)</p> <p>- LOA: acrescentar R\$100.000,00 na ação 4475, com especificação do objeto do gasto para estruturação e instrumentalização dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher e capacitação continuada de conselheiros municipais dos direitos da mulher. (custeio)</p>			
--	--	--	--	-----------------------------------	---	---	--	--	--

					<p>atuação e possibilitar o apoio aos conselhos municipais de direitos, em particular a capacitação continuada dos conselheiros municipais de direitos da mulher em todas as regiões do Estado."</p> <p>Justificativa: Os Conselhos Municipais desempenham papel de articuladores e mediadores na interlocução com o poder público municipal e têm papel de destaque na gestão democrática das políticas públicas. (...) Minas Gerais conta com apenas 83 Conselhos Municipais de Direitos da Mulher em seus 853 municípios. (...) Imprescindível uma ação específica para a ampliação desses conselhos, pois constituem possibilidade de representatividade desse segmento em todas as regiões do estado e são sobretudo porta-vozes para questões recorrentes como a violência de gênero, violação de direitos, não acesso a políticas públicas, entre outras. (Ver mais no anexo à proposta original - #22)</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						<p>Proposta 357: Estamos realizando uma ação de capacitação para conselheiras de direitos da mulher em Minas Gerais, em parceria com a Sedese e com o Conselho Estadual da Mulher, e constatamos, nas demandas das participantes, a necessidade de uma formação continuada para as mesmas e a necessidade de uma qualificação melhor nas atuações desses espaços nas regionais.</p>						
1827	Pela aprovação	Associação dos Povos Indígenas (Belo Horizonte) - Marinalva Maria de Jesus	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS	<p>(Outros) Criar ação para implantar políticas de protagonismo juvenil indígena, com foco no empreendedorismo; esporte; sexualidade; prevenção ao uso de drogas e de bebidas alcólicas; prevenção à prostituição; bem como implementação de oficinas que trabalhem com a cultura indígena (linguagem, artesanato, teatro, uso de plantas medicinais).</p> <p>Proposta 349: Inclusão de plano de ação da comunidade indígena de Belo Horizonte e Região Metropolitana para discussão e inclusão das políticas públicas no que se refere à sustentabilidade, bem</p>	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	423 – ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	<p>REQUERIMENTO</p> <p>- à Sedese para implementação de oficinas para jovens e adolescentes indígenas com foco no fortalecimento da cultura indígena e na prevenção a situações de vulnerabilidade social;</p> <p>- À Sedese, solicitando a implantação na Casa dos Direitos Humanos, de núcleo/espaço para articulação da política indígena.</p> <p>- À Sedese e à Coordenadoria de Direitos Humanos da PBH, solicitando atuação conjunta com vistas a viabilizar a implantação de um Centro de Referência Indígena em BH, com infraestrutura adequada para acolhimento de indígenas em trânsito, de realização de festas tradicionais, ponto físico de comercialização de artesanato indígenas, além de atividades de qualificação profissional e de proteção social, entre outras atividades.</p>	-----	----	-----	

					<p>como à saúde, educação, transporte e lazer.</p> <p>Proposta 351: Criar ação com vistas a implantar um Centro de Referência Indígena a ser administrado pela Associação dos Povos Indígenas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, que possua:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- alojamento para 80 pessoas, para receber os indígenas que vêm de outras localidades, por no máximo 15 dias, para vender seu artesanato;</li><li>- cozinha e refeitório para fornecer alimentação para a população alojada;</li><li>- sala para realização de cursos profissionalizantes de informática, reciclagem, artesanato, preparação para o mercado de trabalho, e outros, para atender a comunidade local;</li><li>- creche para as mães deixarem seus filhos enquanto fazem os cursos.</li></ul> <p>Proposta 384: Criar ação com vistas a implementar oficinas voltadas principalmente para os jovens e adolescentes, com foco no empreendedorismo, esporte, sexualidade,</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--



					<p>prevenção ao uso de drogas e de bebidas alcóolicas, enfrentamento à prostituição, bem como oficinas destinadas a trabalhar com a cultura indígena: linguagem, artesanato, teatro, uso das plantas medicinais.</p> <p>Proposta 385: Liberação de verba para aquisição de veículo (van ou microônibus) para: - transportar os indígenas que vêm de outras localidades, evitando assim que fiquem perdidas pela cidade e sejam transportadas para o Centro de Referência e locais de venda; - propiciar a organização e o transporte das pessoas para eventos da comunidade local, para encontro das diversas etnias e para propiciar outras atividades de lazer e deslocamento de pessoas com problemas de saúde, nos casos em que não forem atendidas por ambulância.</p> <p>Justificativa: Os jovens indígenas em Belo Horizonte e região metropolitana precisam de ações de prevenção e combate</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						<p>ao uso de drogas e de enfrentamento à prostituição e à criminalidade, assim como de preservação de sua cultura.</p> <p>Proposta 349: A comunidade indígena desaldeada, que soma mais de 3 mil indígenas de diversas etnias, encontra-se esquecida e em situação de vulnerabilidade, pelo que busca direito e autonomia.</p> <p>Propostas 351, 384 e 385: não foram apresentadas justificações.</p>						
1828		<p>() -, () -, () -, () -, () -, () -, () -, () -, () -, Estudantes pela Liberdade (Belo Horizonte) - Juliano Torres</p>	9 - Rede de Cidades	279 - GESTÃO METROPOLITANA	<p>INTEGRAÇÃO DO PLANEJAMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO AÇO</p>	<p>(Outros) Exclusão da respectiva ação, com o cancelamento total dos recursos previstos, da receita estimada e despesa fixada no projeto de lei orçamentária, por meio de emenda textual ao artigo 2º do projeto de lei nº 3.471/12 - LOA. Com o cancelamento devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e despesa. Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa e da receita. Proposta 394: Exclusão</p>	04 – ADMINISTRAÇÃO	127 – ORDENAMENTO TERRITORIAL	<p>REQUERIMENTO (2) à Secretaria Extraordinária de gestão metropolitana e Sedru, solicitando esforços para promover a participação dos cidadãos na definição dos instrumentos de gestão metropolitana e no acompanhamento das ações do Estado nesse campo.</p> <p>A questão metropolitana é importante e demanda a atuação do Estado.</p>	-----	-----	-----

					<p>da ação e cancelamento do total dos seus recursos, no total da receita estimada e na despesa fixada no projeto de lei orçamentária. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e despesa. Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa e da receita.</p> <p>Proposta 355: Exclusão da ação e cancelamento do total dos seus recursos, no total da receita estimada e na despesa fixada no projeto de lei orçamentária. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e despesa. Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa e da receita.</p> <p>Proposta 395: Exclusão da ação e cancelamento do total dos seus recursos, no total da receita estimada e na despesa fixada no projeto de lei orçamentária. Com o cancelamento, devem</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e despesa. Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa e da receita.</p> <p>Proposta 396: Exclusão da ação e cancelamento do total dos seus recursos, no total da receita estimada e na despesa fixada no projeto de lei orçamentária. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e despesa. Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa e da receita.</p> <p>Proposta 464: Excluir a referida Ação 4053, cancelando o total dos recursos orçamentários previstos para a Ação no total da receita estimada e despesa fixada no projeto de lei orçamentária, por meio de emenda textual ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.471/2012. Com o cancelamento, deverão ser compatibilizados os quadros demonstrativos de</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>receita e despesa da LOA. Proposta 465: Excluir a Ação 4503 - Apoio à Elaboração e/ou Implementação de Instrumentos de Planejamento Urbano, cancelando o total dos recursos orçamentários previstos para a Ação no total da receita estimada e despesa fixada no projeto de lei orçamentária, por meio de emenda textual ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.471/2012. Com o cancelamento, deverão ser compatibilizados os quadros demonstrativos de receita e despesa da LOA.</p> <p>Proposta 466: Excluir a referida Ação 4168, cancelando o total dos recursos orçamentários previstos para a Ação no total da receita estimada e despesa fixada no projeto de lei orçamentária, por meio de emenda textual ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.471/2012. Com o cancelamento, deverão ser compatibilizados os quadros demonstrativos de receita e despesa da LOA.</p> <p>Proposta 467: Excluir a referida Ação 4551, cancelando o total dos</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>recursos orçamentários previstos para a Ação no total da receita estimada e despesa fixada no projeto de lei orçamentária, por meio de emenda textual ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.471/2012. Com o cancelamento, deverão ser compatibilizados os quadros demonstrativos de receita e despesa da LOA.</p> <p>Proposta 468: Excluir a referida Ação 4552, cancelando o total dos recursos orçamentários previstos para a Ação no total da receita estimada e despesa fixada no projeto de lei orçamentária, por meio de emenda textual ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.471/2012. Com o cancelamento, deverão ser compatibilizados os quadros demonstrativos de receita e despesa da LOA.</p> <p>Justificativa: A cidade é criação de várias pessoas, que têm concepções e propósitos bastante diversos e planejam e criam fora do âmbito formal da ação estatal. Não há conhecimento estatal que substitua o conhecimento local das</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>peças em livre interação, não importando se ele é criativo, coordenado ou antecipatório. Esta não é uma disputa de se planejamento urbano deve ser feito ou não. É uma disputa de se o planejamento deve ser feito de forma centralizada, pelo Estado, ou se deve ser feito pelos indivíduos, de forma livre. O planejamento urbano previsto nesta e em outras ações é o planejamento centralizado, em oposição ao planejamento descentralizado, que surge da interação espontânea de vários planos individuais. (...)</p> <p>O Estado deve se abster da tentativa de planejar cidades, deixando tal tarefa aos cidadãos. Ademais, os recursos destinados à ação podem ser melhor alocados pelo próprio cidadão mineiro e, por isso, propomos a supressão tanto da despesa quanto da receita. Proposta 468: A Ação tem como produto "Parcelamento do Solo Analisado" e como finalidade "garantir, nos termos da legislação vigente, o cumprimento das normas e diretrizes relacionadas ao</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						planejamento e à execução das funções públicas de interesse comum com impacto no ordenamento territorial metropolitano, em especial, das normas de parcelamento do solo para fins urbanos".						
1829	Estudantes pela Liberdade (Belo Horizonte) - Juliano Torres	6 - Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação	101 - ARRANJOS PRODUTIVOS, POLOS DE EXCELÊNCIA E POLOS DE INOVAÇÃO	(Outros) Emenda ao PPAG para exclusão do programa PROGRAMA 101 - ARRANJOS PRODUTIVOS, POLOS DE EXCELÊNCIA E POLOS DE INOVAÇÃO, e cancelamento do total dos recursos previstos nas diversas ações que o compõem (R\$ 712.562) total da receita estimada e despesa fixada no projeto de lei orçamentária (R\$ 68.101.631.673,00). Emenda textual ao art. 2º do projeto de lei 3471/2012 - LOA. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e despesa.  Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento	19 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA	572 – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	REQUERIMENTO - À Fapemig, solicitando informações sobre os critérios de escolha de setores prioritários para apoio financeiro da Fapemig, no âmbito dos programas 101 e 259. - À Sectes, solicitando maiores informações sobre os CVTs e sobre o planejamento futuro para esses equipamentos. - À Sectes, solicitando maiores informações sobre a concepção da Cidade das Águas e da Cidade do Conhecimento. - À Comissão de Educação da ALMG, solicitando a realização de debate público sobre a reformulação da utilização dos CVTs e Telecentros, no primeiro semestre de 2013.	----	----	-----		



					<p>da despesa e da receita. Proposta 356: Emenda ao PPAG para exclusão do programa 108 - Rede Formação Profissional Orientada pelo Mercado - e cancelamento do total dos recursos previstos nas diversas ações que o compõem (R\$ 17.879.401) no total da receita estimada e despesa fixada no projeto de lei orçamentária (R\$ 68.101.631.673,00). Emenda textual ao art. 2º do projeto de lei 3471/2012 - LOA. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e despesa.</p> <p>Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa e da receita.</p> <p>Proposta 371: Emenda ao PPAG para exclusão do programa PROGRAMA DE APOIO À INDUÇÃO E À INOVAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, e cancelamento do total dos recursos previstos</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>nas diversas ações que o compõem (R\$ 237.954.000) total da receita estimada e despesa fixada no projeto de lei orçamentária (R\$ 68.101.631.673,00). Emenda textual ao art. 2º do projeto de lei 3471/2012 - LOA. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e despesa.</p> <p>Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa e da receita. Proposta 372: Emenda ao PPAG para exclusão do programa PROGRAMA 043 - TECNOLOGIA E INOVAÇÃO RUMO À ECONOMIA DO CONHECIMENTO, e cancelamento do total dos recursos previstos nas diversas ações que o compõem (R\$ 129.501.000) total da receita estimada e despesa fixada no projeto de lei orçamentária (R\$ 68.101.631.673,00). Emenda textual ao art. 2º do projeto de lei 3471/2012 - LOA. Com o cancelamento, devem ser</p>					
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

					<p>compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e despesa.</p> <p>Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa e da receita.</p> <p>Justificativa: (excerto)</p> <p>O programa tem como objetivo subsidiar arranjos produtivos de conteúdo tecnológico, em uma clara de tentativa de indução e planejamento econômico por parte do Estado, que se traduz, na prática, em transferência coercitiva de renda de alguns setores da sociedade para outros, notadamente do mais pobre para o mais rico. A economia de mercado é um processo complexo de interações entre diversos agentes e o planejamento central é prejudicial ao bom desenvolvimento deste processo.</p> <p>O programa gera não só um gasto supérfluo, como prejudicial à economia, pois recursos estão sendo retirados de atividades produtivas dos</p>							
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

					<p>cidadãos para serem ineficientemente alocados pelo Estado. Os recursos destinados ao programa podem ser melhor alocados pelo próprio cidadão mineiro, e por isso propomos a supressão tanto da despesa quanto da receita.</p> <p>Ressaltamos que a proposta não é abarcada pela vedação constante no art. 160 da Constituição do Estado e art. 35 da LDO/2012... Proposta 356: A implantação e operação de telecentros - espécie de LAN House governamental - é um projeto oriundo de convênio com o Governo Federal. Em todos os municípios mineiros o telecentro foi um fracasso de público e não atingiu seus objetivos. Por meio deste novo programa o Estado quer recuperar os telecentros e CVTs, tentando resgatar sua "funcionalidade". Novos esforços governamentais e mais recursos não podem transformar telecentros e CVTs em estruturas funcionais, simplesmente porque não existe demanda para tais serviços, que são ofertados plenamente e</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>satisfatoriamente pelo mercado. Os telecentros e os CVTs existentes devem ser fechados, e novos telecentros e CVTs não devem ser construídos, sob pena de desperdício de recursos públicos.</p> <p>O programa não só gera um gasto supérfluo, como prejudicial à economia, pois recursos estão sendo retirados de atividades produtivas para serem ineficientemente alocados pelo Estado. Proposta 371: excerto</p> <p>O programa, cujo objetivo é PROMOVER A INTEGRAÇÃO ENTRE O SETOR EMPRESARIAL E INSTITUIÇÕES DE PESQUISA, é composto de diversas ações que visam subsidiar a área de ciência e tecnologia, em uma clara tentativa de indução e planejamento econômico por parte do Estado, que se traduz, na prática, em transferência coercitiva de renda de alguns setores da sociedade para outros, notadamente, do mais pobre para o mais rico.</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>Entendemos que a Constituição Mineira obriga o Estado a destinar 1% do orçamento à Fapemig, o que pode prejudicar o acolhimento desta proposta. Não obstante, devemos ressaltar que tal dispositivo deve ser revisto. Proposta 372: (excerto)</p> <p>O programa é composto de diversas ações que visam subsidiar a área de ciência e tecnologia, em uma clara tentativa de indução e planejamento econômico por parte do Estado, que se traduz, na prática, em transferência coercitiva de renda de alguns setores da sociedade para outros, notadamente, do mais pobre para o mais rico.</p> <p>O volume de recursos alocado é alto, contemplando obras faraônicas e desnecessárias como a "Cidade das Águas" (na cidade de Frutal, de 53 mil habitantes), e a "Cidade da Ciência e do Conhecimento". Tais obras não se justificam perante o cidadão mineiro, sendo mais um facilitador para a execução de recursos da Fapemig que uma política pública fundamentada,</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						<p>cujos custos e benefícios foram calculados.</p> <p>Outra ação desnecessária, "ENSINO SUPERIOR - FAPEMIG", visa adequar a rede de CVT para a expansão do ensino à distância. Por meio desta ação o Estado tenta "salvar" os CVTs, projeto de que foi um grande desperdício de recursos públicos, e dirigi-los...</p>						
1830	Pela aprovação	Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte) - Aline Cardoso Arantes Gato	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	109 - PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO		<p>(Outros) Destinar recursos do tesouro do Estado (fonte 10) para regularização fundiária das unidades de conservação. Os recursos devem ser em rubrica suficiente para, no mínimo, amenizar os conflitos gerados pela demora nas desapropriações. Sugerimos a cifra de R\$30 milhões. Além disso, liberar os recursos arrecadados através da compensação ambiental (art.36 da Lei do Snuc) para a regularização fundiária nas UCs.</p> <p>Justificativa: Os problemas sociais e ambientais gerados pela não desapropriação das terras nas UCs se prolonga há décadas e se faz urgente sua</p>	18 – GESTÃO AMBIENTAL	541 – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	<p>EMENDA AO PPAG e REQUERIMENTO (restauração)</p> <p>- Incluir ação destinada à Regularização Fundiária de Unidades de Conservação, no âmbito do Programa 109, restaurando a ação 4038, com R\$10.000,00 (restaurados), mantidos os demais atributos.</p> <p>Requerimento ao IEF: - solicitando informação das áreas previstas para regularização, no âmbito da ação 4060; - solicitando o remanejamento dos recursos destinados à regularização fundiária de UCs, presente na ação 4060, para a nova ação criada para essa especificidade, na execução orçamentária.</p>	149	-	Ação Nova: R\$ 10.000,00

						resolução e desfecho.						
1831	Pela aprovação	Associação dos Povos Indígenas (Belo Horizonte) - Marinalva Maria de Jesus	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	267 - PROGRAMA DE GERAÇÃO DE RENDA E INCLUSÃO PRODUTIVA		(Outros) Inclusão de ação destinada à criação de um shopping, na região central de Belo Horizonte, para venda de artesanato e comida tipicamente indígenas, a fim de contribuir para a geração de trabalho e de renda da população indígena em situação de vulnerabilidade social.  Justificativa: É importante que esse espaço seja entregue antes da Copa do Mundo de 2014, por se tratar de uma grande oportunidade para a venda de artesanatos e comidas indígenas, envolvendo a comunidade interna e externa.	11 – TRABALHO	423 – ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	REQUERIMENTO À PBH - Administração Regional Centro-Sul, solicitando o atendimento de comunidades indígenas para comercialização de artesanato nas barracas reservadas para atender os grupos produtivos na Feira de Artesanato da Av. Afonso Pena. Obs.: dizer, no parecer que a demanda do Centro de Referência Indígena estará atendida pela PLE 1672 (que recebeu a anexação da PLE 1827)	-----	----	-----
1832	Pela aprovação	Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte) - Waldeci Campos de Souza, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Guilherme Gonçalves Teixeira	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	25 - CULTIVAR, NUTRIÇÃO E EDUCAÇÃO À SAÚDE	ESTRATÉGIAS NUTRICIONAIS DE PROMOÇÃO À SAÚDE	(Outros) Incluir a Região Central do Estado na Ação 1207 com metas físicas e financeiras: 2013 - físicas = 13; financeiras = 541.667 2014 - físicas = 13; financeiras = 309.524 2015 - físicas = 13; financeiras = 240.741 2016 - físicas = 13; financeiras = 240.741  Proposta 366: Acrescentar o Noroeste de Minas e a região Central na regionalização da Ação	10 – SAÚDE	306 – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	EMENDA AO PPAG - incluir as regiões Central e Noroeste na ação 1207, com metas físicas e financeiras distribuídas da ação (Felipe, da Seplag, vai encaminhar o detalhamento - felipe.amado@planejamento.mg.gov.br - 3915.0607)	150	-	SEM IMPACTO



					<p>1207, sendo 13 municípios na região Noroeste e 11 municípios na região Central. Aumentar a meta financeira de R\$2.500.000,00 para R\$3.000.000,00.</p> <p>Justificativa: A Região Central é bastante representativa no que se refere à produção de alimentos, principalmente produção de leite. É uma região carente de políticas para o meio rural e não pode continuar no esquecimento. É uma região que pela maior proximidade de Belo Horizonte deve ser capacitada e amparada, principalmente para resolver o problema da entrega/compra de alimentos da merenda escolar por parte das escolas estaduais da capital.</p> <p>Proposta 366: Toda política pública deve ser universalizada. Nesse sentido, o programa em 2012 foi desenvolvido em 45 municípios. A presente proposta vem ampliar tanto o número de municípios quanto as regiões. Nesse sentido, queremos acrescentar mais 2 regiões e 24 municípios, logo também é necessário o</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						aumento da meta financeira para que haja uma boa execução da ação.						
1833	Pela aprovação	Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - AMEFA (Belo Horizonte) - Maria Rosa Jané I Pujol	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	109 - PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO		(Outros) Alterar a Ação 1049 para: Nome: Recuperação de áreas degradadas, especialmente nas margens de rios e nascentes. Finalidade: Estabelecer uma política de proteção e recuperação de florestas nativas, promovendo o reflorestamento e a preservação das espécies nativas ao redor de nascentes, margens de córregos (mortos e vivos) e rios, intensificando a conservação e a ampliação das matas específicas dos biomas mata atlântica, cerrado e caatinga. Regionalização: Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Noroeste. Meta financeira: R\$ 19.635,00  Justificativa: Monocultura do eucalipto acabando com a água do semiárido, com a biodiversidade local.	18 – GESTÃO AMBIENTAL	601 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	EMENDA AO PPAG Alterar finalidade da ação 1049 para: finalidade: Incentivar o plantio de florestas de produção, em consórcio de espécies nativas e exóticas, em sistemas florestais, agroflorestais ou de Integração Lavoura Pecuária e Floresta - ILPF -, PROMOVENDO A SUSTENTABILIDADE NA OBTENÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA DO SETOR DE BASE FLORESTAL E DISPONIBILIZANDO INSTRUMENTOS DE CRÉDITO, DE INCENTIVOS FISCAIS E DE GESTÃO AMBIENTAL, BEM COMO ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL COM OS ORGANISMOS OPERACIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.	151	-	SEM IMPACTO
1834	Pela aprovação	() - Adriana Ferreira Gomes, Comitê Temático Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (Belo	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	177 - MINAS SEM FOME	APOIO À INSTALAÇÃO DE FEIRAS LIVRES	(Outros) Passar a Ação 4113 para o Programa 161 - Fortalecimento da Agricultura Familiar. Proposta 147:	20 – AGRICULTURA	691 – PROMOÇÃO	REQUERIMENTO - À Seapa/Subsecretaria de Agricultura Familiar e à Emater, solicitando coordenação de esforços para a integração da gestão das ações referentes à comercialização de	-----	----	-----

		Horizonte) - Walney Souza Martins				Ampliação da meta financeira para os vales Jequitinhonha/Mucuri na ação 4113.  Justificativa: Coerência dos objetivos do programa. Proposta 147: Os vales Jequitinhonha e Mucuri possuem grandes extensões territoriais e os recursos financeiros nas ações listadas são insuficientes. É necessária a inclusão de meta financeira para o Jequitinhonha/Mucuri da Ação 4152, pois esses vales precisam indiscutivelmente de apoio à agricultura familiar pela sua vocação histórica		COMERCIAL	produtos da agricultura familiar - ação 4113 - Apoio à instalação de feiras livres -, sob gestão da Emater, com as demais ações participantes do Programa 161, sob gestão da Subsecretaria de Agricultura Familiar, e solicitando estudos de viabilidade de junção das ações 4113 e 4115, em escopo similar, para otimização de recursos no sistema de promoção da agricultura familiar.			
1835	Pela rejeição	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte) - Rômulo Luiz Campos	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	3 - MELHOR EMPREGO	REDE MINEIRO DO TRABALHO	(Outros) Aumentar os recursos destinados à ação 1133 para 2013, no valor de R\$4.120.000,00. Esse valor é proporcional ao que está previsto para 2014 e 2015.  Justificativa: Os valores previstos para essa ação em 2013 são insuficientes.			REJEIÇÃO			
1836	Pela aprovação	O Movimento do Graal no Brasil (Belo Horizonte) - Maria Beatriz de Oliveira	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		(Outros) Demanda: criação de nova ação dentro do Programa 011. Nome: Estruturação da Rede de Proteção e	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	422 – DIREITOS INDIVIDUAIS,	ANEXAR PLEs 1836, 1789 e 1793  - Emenda ao PPAG - desmembrar a ação 4204 em 5 ações específicas para: - Proteção de Direitos Humanos, que	-----	----	-----

				DIREITOS HUMANOS	<p>Assistência à Mulher Vítima de Violência. Finalidade: Proteger mulheres em situação de ameaça ou de violação efetiva de direitos por meio de atendimento psicossocial, jurídico e emergencial em todas as regiões do Estado. Produto: Mulher atendida. Regiões: todas as do estado. Metas física e financeira: a definir.</p> <p>Justificativa: Realizamos um mapeamento em 2010 desses serviços nas regiões do Estado (ver documento anexo à proposta original - #24). O mesmo foi fruto de um fórum participativo. Constatamos o desamparo no atendimento às mulheres vítimas de violência devido à falta de equipamentos para esse atendimento, mesmo com a criação dos Creas. Os profissionais têm relatado a necessidade de articulação com outros serviços da rede de atendimento.</p>		COLETIVOS E DIFUSOS	<p>mantém o número 4204 e os recursos do FEM (mesma regionalização e finalidade)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- PPCAM (por extenso) -</li> <li>- PPDDH- (Programa de proteção aos Defensores de Direitos Humanos) - regionalização: Estadual / meta física: 12 / meta financeira R\$</li> <li>- Provita - Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçados de Morte (Provita)</li> <li>- Abrigo/Acolhimento Provisório</li> </ul> <p>Aguardar retorno do Fernando: fernando.rezende@planejamento.mg.gov.br (3915.0608) Ver reqs em sugestão da consultoria</p> <p>(VER PLE 1789)</p>			
1837	Estudantes pela Liberdade (Belo Horizonte) - Juliano Torres	11 - Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz	171 - PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO		<p>(Outros) Suprimir o artigo 8º do projeto da LOA:</p> <p>art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a</p>			REJEIÇÃO anexar 1837 e 1839			

				<p>O E ARTIC ULAÇ ÃO DAS AÇÕE S GOVE RNA MENT AIS</p>		<p>abrir créditos suplementares ao seu orçamento até o limite de 10% (dez por cento) da despesa fixada no art. 2º.</p> <p>Justificativa: O projeto de lei orçamentária autoriza o executivo a suplementar seu orçamento em até 10% do valor de R\$68.101.631.673,00, sendo que várias despesas não oneram este limite, como as suplementações de dotações referentes à pessoal e encargos sociais, que estão entre as maiores despesas do estado. Na prática, o executivo pode suplementar à vontade o orçamento, sem qualquer controle pelo poder legislativo. A supressão do artigo ou a diminuição do limite contribuirá para um maior controle do orçamento público.</p>						
1838		Estudantes pela Liberdade (Belo Horizonte) - Juliano Torres	5 - Rede de Desenvolvime nto Econômico Sustentável	110 - MELH ORIA DA QUAL IDAD E AMBI ENTA L	AMBIENT AÇÃO - EDUCAÇ ÃO AMBIENT AL EM PRÉDIOS PÚBLICO S DE MINAS GERAIS	(Outros) Emenda ao PPAG para exclusão da Ação 4561 - Ambientação "Educação ambiental em prédios públicos de Minas Gerais" e cancelamento do total dos recursos previstos na Ação (R\$1.450.000) no total da receita estimada e despesa fixada no Projeto de Lei Orçamentária	<b>18</b> – GESTÃO AMBIENTA L	122 – ADMINISTR AÇÃO GERAL	REQUERIMENTO - À Feam, solicitando informações sobre a execução e os resultados gerados pela ação 4561.	----	----	-----

					<p>(R\$68.101.631.673,00) por meio de emenda textual ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.471/12 - LOA. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e despesa. Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa e da receita.</p> <p>Proposta 0:</p> <p>Justificativa: A Ação tem como produto o Programa Ambientação implantado, com a finalidade de "promover o consumo consciente de materiais e a gestão adequada de resíduos em edificações públicas". O Ambientação é um projeto que visa implantar "ações sustentáveis" em prédios públicos. A implantação do programa requer compra de canecas para substituir copos descartáveis, latas de lixo para coleta seletiva, entre outros, o que não pode demandar o volume de recursos proposto. Grande parte dos recursos da Ação, R\$1.415.000, estão</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						<p>previstos para contratação de serviços de terceiros, o que é incompatível com um projeto que pode ser feito dentro da própria instituição, sem maiores custos.</p> <p>Ressaltamos que a proposta não é abarcada pela vedação constante no art. 160 da Constituição do Estado e art. 35 da LDO/2012, uma vez que o cancelamento proposto não está sendo indicado/apresentado como recursos para realização de outras despesas, mas cancelado definitivamente.</p> <p>Proposta 0:</p>						
1839		Estudantes pela Liberdade (Belo Horizonte) - Juliano Torres	11 - Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz	171 - PLANEJAMENTO ORÇAMENTAL E ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS		<p>(Outros) Suprimir o art. 10 do projeto da LOA:</p> <p>Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao orçamento de investimento das empresas controladas pelo estado até o limite de 10% (dez por cento) do valor referido no art. 6º.</p> <p>Justificativa: O projeto de lei orçamentária autoriza o executivo a suplementar seu orçamento em até 10% do valor de R\$6.647.897.987,00,</p>			REJEIÇÃO anexar 1837 e 1839			

						sem qualquer controle pelo poder legislativo. A supressão do artigo ou a diminuição do limite contribuirá para um maior controle do orçamento de investimento das empresas públicas.						
1840	Pela aprovação	() - Alcione Ribeiro de Castro, Conselho Comunitário de Segurança Pública - CONSEP 5 (Belo Horizonte) - Sergio Hirle de Souza, Prefeitura Municipal de Coronel Murta (Coronel Murta) - Francisco Eletancio Freire Murta, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arcos (Arcos) - Geraldo Rodrigues Teixeira	3 - Rede de Defesa e Segurança	141 - POLÍCIA OSTENSIVA		<p>(Outros) Construção de uma unidade da Polícia Militar no Bairro Maria da Glória e nos Distritos de Freire Cardoso e Barra do Salinas, no Município de Coronel Murta.</p> <p>Proposta 391: Ampliar o patrulhamento rural (PMMG) na Região de Arcos, devido a ocorrência de vários roubos de gado e veículos, de forma a diminuir o êxodo rural. Proposta 0:</p> <p>Proposta 402: Destinar mais viaturas da Polícia Militar de Minas Gerais para a Região Norte de Belo Horizonte, com vistas a reforçar o policiamento em locais como a Universidade Federal, a Fundação Zoo-Botânica e toda a Região da Pampulha.</p> <p>Proposta 449: Criação no Programa 141 - Polícia Ostensiva -, denominada "Policiamento Ostensivo da Cavalaria"</p>	<b>06 – SEGURANÇA PÚBLICA</b>	181 – POLICIAMENTO	<p><b>REQUERIMENTOS</b></p> <p>- Ao Comando-Geral da PMMG, solicitando estudos de viabilidade para o atendimento às demandas de implantação de unidades e de reforço da atuação de policiamento ostensivo;</p> <p>- À Seds e ao Comando-Geral da PMMG, solicitando providências para a melhoria das condições de infraestrutura e equipamento do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes, da Polícia Militar de Minas Gerais.</p> <p>- À Comissão de Segurança Pública, solicitando discussão das condições de funcionamento do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes, da Polícia Militar de Minas Gerais, em audiência pública.</p>	-----	----	-----



					<p>Finalidade: garantir recursos financeiros para a cavalaria Alferes Tiradentes da PMMG para aquisição de kits de uniforme para encilhamento; serralagem para forrar baías e protetor solar para os policiais da Unidade de Cavalaria - CAT.</p> <p>Meta física: 150 Meta financeira: 526.000 em 2013, 2014 e 2015.</p> <p>Protudo: Conjunto de cavalos e cavaleiro equipados e baías forradas com material de proteção.</p> <p>Unidade de medida: materiais de proteção.</p> <p>Regionalização: central</p> <p>Justificativa: A medida tem por objetivo reverter o alto índice de violência no Município e região e combater o uso de drogas nas áreas mais afastadas do centro do Município.</p> <p>Proposta 391: A medida visa a miminizar a ocorrência de roubos de gados na zona rural de Arcos, com vistas a diminuir o êxodo rural. Proposta 0:</p> <p>Proposta 402: Faz-se necessário fazer a redistribuição da frota de veículos da PMMG,</p>					
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

					<p>de forma a destinar um número de viaturas para a Região Norte de Belo Horizonte.</p> <p>Proposta 449: Falta materiais de proteção para cavaleiros realizarem seu trabalho, como uniformes novos e protetor solar, uma vez que devido ao seu trabalho se dar em ambientes externos, os cavaleiros ficam expostos ao sol de forma prolongada. Também os cavalos não encontram boas condições nas baias, uma vez que o chão duro de cimento pode machucar suas patas. É necessário forrá-las com serragem e adquirir materiais novos e confortáveis para o encilhamento dos mesmos, de forma a diminuir o atrito entre cavalo e cavaleiro.</p>						
1841	Estudantes pela Liberdade (Belo Horizonte) - Juliano Torres	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	40 - INVESTIMENTO COMPETITIVO PARA O FORTALECIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO	(Outros) Exclusão do Programa 040 - Investimento Competitivo para o Fortalecimento e Diversificação da Economia Mineira - e cancelamento do total de recursos previstos nas diversas ações que o compõem (R\$764.572.753) no total da receita estimada e despesa fixada no projeto de lei	<b>04 – ADMINISTRAÇÃO</b>	123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	REQUERIMENTO - à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e ao BDMG com pedido de informações sobre os critérios utilizados para aprovação das empresas beneficiadas e para a definição das modalidades e das condições de financiamento, no âmbito do Programa 040.	----	----	-----	

				CAÇA O DA ECON OMIA MINEI RA	<p>orçamentária (R\$68.101.631.673,00) , por meio de emenda textual ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.417, de 2012 - LOA. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita corrente. Não sendo possível a exclusão, promover a maior redução possível das metas físicas e financeiras das ações do programa, com o devido cancelamento da receita.</p> <p>Justificativa: O programa é composto de inúmeras ações que visam subsidiar setores econômicos diversos, especialmente a grande empresa, em uma clara tentativa de indução e planejamento econômico por parte do Estado, que se traduz, na prática, em transferência coercitiva de renda de alguns setores da sociedade para outros, notadamente dos mais pobres para os mais ricos.</p> <p>Entre as ações, destacam-se aquelas do Fines, que oferece financiamentos a fundo perdido e taxas abaixo do mercado, beneficiando grandes</p>						
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

						empresas. O programa gera, não só um gasto supérfluo, como prejudicial à economia, pois retira recursos vultosos de atividades produtivas para serem ineficientemente alocados pelo Estado em empresas selecionadas por critérios políticos. Esses recursos podem ser melhor alocados pelo próprio cidadão mineiro e, por isso, propomos a supressão tanto da despesa quanto da receita. Ressaltamos que a proposta não é vedada pelo art. 160 da Constituição do Estado e pelo art. 35 da LDO/2012.						
1842		Defensoria Pública de Minas Gerais - DPMG (Araxá) - Fernando Sousa Vilefort	70 - Programas Especiais	726 - ACESSO À JUSTIÇA	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA	(Outros) Incluir emenda ao orçamento destinando R\$ 500.000,00 para construção de sede da Defensoria Pública no Município de Araxá.  Proposta 393: Incluir ação com vistas a prover os escritórios da Defensoria Pública do Estado com um psicólogo e um assistente social.  Justificativa: Apesar da previsão, dada pela Administração da Defensoria Pública, de mais três defensores	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	422 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	EMENDA AO PPAG, À LOA E REQUERIMENTO  alteração da meta financeira da Ação 4033 – Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública –, do Programa 726 – Acesso à Justiça-, e pela especificação da destinação desses recursos na LOA, para construção da sede da Defensoria Pública em Araxá (acréscimo, com especificação do objeto do gasto na Ação 4033)  Requerimento para que seja enviado ofício ao Governador do Estado solicitando avaliar a possibilidade de criação dos cargos de psicólogo e assistente social na estrutura organizacional da Defensoria Pública, em número suficiente para	152	563-0	Alteração de Ação: R\$ 10.000,00

						<p>para o Município de Araxá, totalizando cinco, não há infraestrutura adequada para receber essa suplementação do quadro de defensores e isso tem constituído impedimento para o preenchimento dessas vagas.</p> <p>Proposta 393: A presença desses profissionais viabilizaria a atuação social extrajudicial dos Defensores junto às escolas, comunidades carentes e em situação de risco, população carcerária, além da mediação de conflitos.</p>			atuar em todas as comarcas de Minas Gerais.			
1843		Comissão Local do Centro de Saúde Vera Cruz (Belo Horizonte) - Izaura Rodrigues Fernandes	9 - Rede de Cidades	277 - PLAN EJAM ENTO E INFR AEST RUTU RA URBA NA EM MINA S GERA IS	AÇÕES URBANÍSTICAS PONTUAIS	<p>(Outros) Fiscalizar posturas municipais e garantir verbas para melhorar as condições ambientais das praças e ruas no centro de BH e na região dos hospitais, para que as pessoas se sintam felizes e com saúde.</p> <p>Justificativa: Belo Horizonte precisa ser a capital modelo!</p>	15 – URBANISMO	451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA	REQUERIMENTO à Prefeitura de BH solicitando empenho na fiscalização de posturas e na manutenção de praças e espaços públicos da cidade.	-----	----	-----
1844	Pela aprovação	() - Ronaldo Antônio Pereira da silva	3 - Rede de Defesa e Segurança	214 - AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENSINO E DA ATUA	IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENSINO VOLTADAS PARA	<p>(Outros) Implementar ações de capacitação para os profissionais da Área de Segurança Pública sobre as questões étnico-raciais, especificamente para atuar com as crianças,</p>	06 – SEGURANÇA PÚBLICA	128 – FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	REQUERIMENTO - à seds, pmmg e pcmg, solicitando especial atenção nos processos de capacitação, com ênfase no respeito aos direitos e às peculiaridades dos segmentos sociais, notadamente questões relativas à etnia e raça, à orientação sexual, à faixa etária,	-----	----	-----

				<p>ÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL</p> <p>A QUALIDADE DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL</p>	<p>adolescentes e jovens negros.</p> <p>Justificativa: A medida tem por finalidade qualificar os profissionais da Segurança Pública sobre as questões étnico-raciais, tendo em vista a prevalência da violência entre essa população.</p>			entre outros.			
1845	Pela aprovação	<p>Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - DPMG (Belo Horizonte) - Roberta de Mesquita Ribeiro, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - DPMG (Belo Horizonte) - Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - DPMG (Belo Horizonte) - Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, Escola Estadual Nossa Senhora D'Abadia (Uberaba) - Rochele Boaventura Correa Oliveira, Superintendência Regional de Ensino (Monte Carmelo) - Marta Soares Cardoso</p>	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	271 - MELHORIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	<p>(Outros) Restauração das Ações 4045 e 4046 nos termos do planejamento anterior do PPAG 2012/2015 e conforme documento anexo.</p> <p>PROPOSTA AGLUTINADORA Outras aglutinadas: 33,47,160,224,229,231</p> <p>Proposta 33: Programa de parceria com a Polícia Militar para promoção da segurança nas escolas públicas.</p> <p>Proposta 47: Alterar ações 4187 e 1086 (finalidade e regionalização): FOR PAZ - sistematizar ações efetivas no cotidiano escolar como forma de fortalecer as relações interpessoais, reduzir a violência, os conflitos, bullying, uso indevido de drogas e gravidez na adolescência. Elaboração de</p>	12 – EDUCAÇÃO	243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE	<p>EMENDA PPAG Restaurar o antigo programa 107 e suas duas ações 4045 e 4046, nos mesmos moldes, com R\$180.000, e R\$320.000, respectivamente.</p>	153	-	Ação Nova: R\$ 500.000,00

					<p>cronograma para implementação do FOR PAZ no cotidiano escolar.</p> <p>Proposta 160: Propõe a manutenção das ações 4046, 4034 e 4045 - Programa 017.</p> <p>Proposta 224: Propõe a aglutinação da ação 4034 à PLE 1609/2011 (Rede de Integrada Segurança nas Escolas).</p> <p>Proposta 229: Ação 4045 - Convivência na Diversidade. Proposta 231: Ação 4046 - Capacitação em segurança nas escolas.</p> <p>Proposta 231: Ação 4046 - Capacitação em segurança nas escolas.</p> <p>Justificativa: As ações de promoção de paz nas escolas devem ser permanentes e se tornar uma política pública de Estado (vide documento anexo).</p> <p>Proposta 33: Atuar nas portas das escolas para garantir a entrada e saída, com segurança, dos adolescentes que frequentam o ensino médio.</p> <p>Muitas vezes, portas de escolas tornam-se pontos de repasse de drogas, acerto de contas, dentre outros tantos problemas que</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>são enfrentados na gerência das escolas estaduais.</p> <p>Proposta 47: As ações sugeridas acima podem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, melhora significativa no desempenho dos alunos, elevação dos níveis de desempenho das instituições de ensino; melhora das relações interpessoais dentro e fora da escola e fortalecer os alunos diante da alta vulnerabilidade social.</p> <p>Proposta 160: As medidas tendentes à paz social devem ser permanentes. Proposta 224: As ações da PLE 1609/2011, bem como a sua metodologia e a criação do respectivo conselho gestor.</p> <p>Proposta 229: A ação não deve ser excluída. Tem origem em emenda popular de grande relevância. Constando no PPAG, garante recurso, visibilidade e o monitoramento - via fórum "FORPAZ", que envolve várias instituições.</p> <p>Proposta 231: Ação não deve ser excluída. Tem origem em emenda popular de grande relevância. Explicitada no PPAG, garante a visibilidade e o monitoramento feito</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--



						pelos fóruns "FORPAZ".							
1846		Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - DPMG (Belo Horizonte) - Roberta de Mesquita Ribeiro	70 - Programas Especiais	726 - ACESOS À JUSTIÇA	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIZADA	(Outros) Alteração da finalidade e da meta financeira, em 2013, da ação 1099. Finalidade: "Criação e Implantação de Núcleos Itinerantes da Defensoria Pública -- "Defensoria em Ação", que tem como atribuição realizar atendimentos em aglomerados e comunidades vulneráveis, através da aquisição de um veículo adaptado e bens permanentes para realização de tais atendimentos". Meta Financeira R\$ 350.000,00 (R\$ 300.000,00 -- Despesas de capital; R\$ 50.000,00 -- Despesas correntes). OBS: Ver anexo à proposta #4 da Rede de Defesa e Segurança com fotos do modelo do Núcleo Itinerante a ser implantado.  Proposta 416: Alteração de finalidade e da meta física da ação 1099. Finalidade: "Realização de atividades educativas itinerantes em aglomerados, comunidades vulneráveis e entidades de acolhimento institucional, através da aquisição de veículo	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	422 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	EMENDA AO PPAG E À LOA	154	564-9	Mudança de finalidade e da regionalização da ação 1099 - IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIZADA Para implantação de Núcleos itinerantes da defensoria Pública (Ação 1099)	Alteração de Ação: R\$ 500.000,00

					<p>adaptado, de livros para constituição de biblioteca e bens permanentes para realização de tais atividades.</p> <p>Meta financeira : R\$ 200.000,00 (R\$ 150.000,00 -- despesas de capital; R\$ 50.000,00 -- despesas correntes).</p> <p>Ver anexo à proposta original #5 com fotos sobre o que se pretende.</p> <p>Justificativa: Ampliar a atuação da Defensoria Pública nos aglomerados e comunidades vulneráveis, levando a educação em direitos e atendimento em todas as áreas jurídicas. Esta atuação visa também promover a conciliação e mediação de conflitos de forma a evitar a judicialização e garantir a presença do Estado nas comunidades carentes de Minas Gerais.</p> <p>Proposta 416: Promover a educação em direitos e a conscientização da cidadania através da leitura de contos, estórias infantis e atividades culturais e recreativas, disseminando direitos, conhecimentos e princípios e</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

						contribuindo para formação integral de crianças e adolescentes.						
1847	Pela aprovação	Conselho de Criminologia e Política Criminal - CCPC (Belo Horizonte) - Valéria Evangelista, Secretária de Estado de Defesa Social - Seds (Belo Horizonte) - Maria Amélia Corrêa Guimaraes	3 - Rede de Defesa e Segurança	20 - INFR AEST RUTU RA DE DEFE SA SOCI AL	CUSTÓDIA E RESSOCIALIZAÇÃO DE PRESOS	<p>(Outros) Criação de formas diferenciadas de custódia de presos voltadas para acatueados idosos.</p> <p>Proposta 409: Alteração da finalidade da ação, distinguindo a custódia de presos da ressocialização dos mesmos. Criação de uma ação específica para a ressocialização e outra para a custódia de presos.</p> <p>Justificativa: Tendência de aumento dos idosos encarcerados em função do aumento de delitos como, por exemplo, pedofilia, demência e envolvimento com tráfico de drogas. As especificidades do preso idoso exigem medidas de preparação das unidades prisionais para o acatueamento dos mesmos.</p> <p>Proposta 409: A custódia de presos e a sua ressocialização são "coisas distintas" e o Estado não ressocializa preso porque "não tem articulação legítima com a comunidade e a família", "o sistema penitenciário brasileiro</p>	06 – SEGURANÇA PÚBLICA	421 – CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	REQUERIMENTO - à Seds, solicitando providências para que sejam criadas, nas unidades prisionais, medidas específicas para o acatueamento de presos idosos.	-----	----	-----

						está falido" e "o Estado está engessado".						
1848	Pela aprovação	Conselho de Criminologia e Política Criminal - CCPC (Belo Horizonte) - Valéria Evangelista	3 - Rede de Defesa e Segurança	20 - INFR AESTRUTURA DE DEFESA SOCIAL	ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO FECHADO	(Outros) Reestruturar a finalidade da ação, tendo em vista quem atua na prática.  Justificativa: O texto é ideal para justificar a finalidade e "surreal" para executar a ação que se refere a rompimento da prática infracional. Chega a assustar o fato de que esse texto tenha sido redigido para o PPAG do Estado. A falta de política pública "preventiva", no que se refere aos direitos da criança e do adolescente, não torna várias propostas vulneráveis, impossíveis de serem avaliadas economicamente e humanizadas?	06 – SEGURANÇA PÚBLICA	243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	EMENDA AO PPAG Alterar a finalidade das ações 4321 e 4092 para :  4321: PRESTAR ATENDIMENTO QUALIFICADO AO ADOLESCENTE DURANTE A TRAJETÓRIA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO, ESPECIFICAMENTE NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE, (...) ADEQUADAS, visando sua inserção na sociedade e prevenção à reincidência." 4092: Propiciar a inserção social do adolescente autor de ato infracional e a prevenção da reincidência, MEDIANTE O APOIO E O FOMENTO ÀS VAGAS PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO.	155 156	-	SEM IMPACTO
1849		Câmara Municipal de São Roque de Minas (São Roque de Minas) - Renato Carlos da Silva	10 - Rede de Infraestrutura	116 - ESTRADAS VICINAIS DE MINAS		(Outros) Pedido de providência para facilitar a utilização de cascalho para retirada local para cascalhamento de estradas vicinais, limitado por questões de meio ambiente.  Justificativa: Dificuldade de escoamento da produção agrícola por falta de estradas adequadas.	26 – TRANSPORTE	782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO	REQUERIMENTO À Semad e ao DNPM para estudos da viabilidade de se autorizar a retirada de cascalho para tratamento de estradas vicinais e que informe os procedimentos relativos ao licenciamento/autorização dessa atividade.	-----	----	-----
1850	Pela aprovação	() -, Departamento Municipal de Saúde	3 - Rede de Defesa e	20 - INFR	ATENDIMENTO ÀS	(Outros) Estabelecer meta financeira para			EMENDA AO PPAG E REQUERIMENTO	157	-	SEM IMPACTO

		(Barbacena) - Geraldo Alves do Amaral, Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte) - Renata dos Santos Vieira, Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania - IJUCI (Belo Horizonte) -, Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania - IJUCI (Belo Horizonte) - Roberta Salvático Vaz de Mello	Segurança	AESTRUTURADE DEFESA SOCIAL	MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	<p>Ação 1206 - Atendimento às Medidas Socioeducativas -, de forma a garantir recursos para sua execução no que informa ao atendimento.</p> <p>Proposta 415: Ressocialização e acompanhamento dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo, com maior investimento na área, por meio de equipes qualificadas e interdisciplinares. Ampliação dos investimentos no Programa "Se liga", que, embora exista desde 2010 como programa em vários municípios, não foram alocados recursos para a sua consolidação.</p> <p>Proposta 420: Retornar com a Ação 4093 - "Apoio à Estruturação e ao Reparcelamento de Unidades Socioeducativas".</p> <p>Proposta 440: Construção de um centro socioeducativo em Barbacena.</p> <p>Justificativa: Não foi apresentada justificativa pela proponente.</p> <p>Proposta 415: A</p>	06 – SEGURANÇA PÚBLICA	243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	<p>Alterar a finalidade da ação 1206 para: 1206: PRESTAR ATENDIMENTO QUALIFICADO AO ADOLESCENTE DURANTE A TRAJETÓRIA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO, PELA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS, (...) ADEQUADAS.</p> <p>- Req. à SEDS, solicitando estudo de viabilidade para a implantação de cento socioeducativo em Barbacena.</p> <p>OBS.: 1) meta física 90 e financeira , no Noroeste, é o Centro de Unai, com entrega em 2013, mas com dispêndio em 2012. Os demais são início de financeiro (por meio de operação de crédito com o Banco do Brasil), com entregas futuras: Formiga (40 v - reforma), São João Del Rey (40 novas), Ibitaré (40 novas), Ipatinga (40 novas) e Teófilo Otoni (6 novas) e mais um Centro a definir o local, para 90 vagas no Vale do Aço. A reforma do Centro de Sete Lagoas será com operação de crédito do BNDES.</p> <p>2) o reaparelhamento de unidades é feito pela 4321 (em 2012, o reaparelhamento foi incluído pela ação 4093), que tem R\$4.000.000,00 para investimento.</p>			
--	--	---	-----------	----------------------------	-------------------------	--	------------------------	--	---	--	--	--

						<p>ressocialização e acompanhamento dos adolescentes egressos do sistema prisional constitui-se uma importante medida, já que quanto mais reintegrados e com maiores oportunidades, menores são as chances dos adolescentes voltarem para a criminalidade. E não há como fazer tal acompanhamento de qualidade sem que haja investimento.</p> <p>Proposta 420: Não foi apresentada justificativa pela proponente.</p> <p>Proposta 440: O Município, que é sede de regional da saúde e da Região Integrada de Segurança Pública é carente de vagas de atendimento socioeducativo e dispõe de terrenos federal e estadual para a construção de um novo centro.</p>							
1851		( ) - Sérgio Cândido Bomfonte	10 - Rede de Infraestrutura	35 - MINAS LOGÍSTICA	RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA PAVIMENTADA E NÃO PAVIMENTADA	<p>(Outros) Ligação asfáltica do trecho denominado "Buraco fundo", via Sobragy até Belmiro Braga. (extensão 12 km), com pavimentação já em estado de fácil conclusão - (Ligação de Belmiro Braga a Matias Barbosa)</p> <p>Justificativa:</p>	26 – TRANSPORTE	782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO	REQUERIMENTO	À Setop para estudo das intervenções necessárias na ligação entre Belmiro Braga e Matias Barbosa, incluindo a reforma da ponte de ferro no Distrito de Sobragy, no sentido de facilitar o tráfego no referido trecho.	----	----	-----

						(Ligação de Belmiro Braga a Matias Barbosa)						
1852		() - Sérgio Cândido Bomfonte	10 - Rede de Infraestrutura	216 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	(Outros) Reforma da Ponte de ferro, no distrito de Sobragy, que liga a comarca de Matias Barbosa a Belmiro Braga.  Justificativa: Garantir o acesso da comarca de Matias Barbosa a Belmiro Braga, pois a ponte se encontra em estado precário de conservação.	26 – TRANSPORTE	782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO	(ver anotações na PLE 1851)	----	----	-----
1853	Pela aprovação	Associação dos Povos Indígenas (Belo Horizonte) - Marinalva Maria de Jesus, Instituto Elo (Belo Horizonte) - Alexandro Martins Moreira, Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania - IJUCI (Belo Horizonte) - Roberta Salvático Vaz de Mello	3 - Rede de Defesa e Segurança	34 - MINAS MAIS SEGURANÇA		(Outros) Proposta de criação de nova ação dentro do Programa 034. Nova ação: Apoio a ações locais de prevenção à criminalidade Finalidade: Garantia de recursos para a execução de ações e projetos de prevenção social à criminalidade que fomentem a participação popular e comunitária. Produto: centro de prevenção à criminalidade atendido Regioanlização e metas financeiras: - Central : R\$480.000,00 - Rio Doce: R\$60.000,00 - Mata: R\$18.000,00 - Triângulo:	06 – SEGURANÇA PÚBLICA	181 – POLICIAMENTO	REQUERIMENTOS - à Seds, solicitando estudo de viabilidade de ampliação do escopo da ação 1108, para acolher a participação da comunidade na articulação dos eventos de prevenção à criminalidade. - à Seds, solicitando estudo de viabilidade de implantação de ações de prevenção à criminalidade em comunidades indígenas, , com atividades de mediação de conflitos e do Fica Vivo. (no caso de comunidades desaldeadas, como as da RMBH, identificar os locais de moradia e buscar soluções alternativas para seu atendimento no âmbito da prevenção).  A ação 4169 substitui a ação 1108, com a especificação dos 5 eixos de atuação. (a ação 1108 já recebeu acréscimo de recursos no ano passado). OBS.: não utilizar o argumento de que o proponente é o executor. A Secretaria deve discutir essas	-----	----	-----

					<p>R\$60.000,00  - Norte: R\$42.000,00  - Estadual:  R\$20.000,00  TOTAL;R\$ 680.000,00</p> <p>Proposta 426: Criar ação com vistas a:  - disponibilizar maiores investimentos para os programas de prevenção à criminalidade, essencialmente no que concerne ao Programa Mediação de Conflitos, com maiores investimentos destinados aos projetos temáticos, formação continuada da equipe técnica que compõe o referido programa;  - realizar publicação específica do Programa Mediação de Conflitos com a finalidade de divulgar a metodologia do referido programa;  - ampliar os investimentos na estrutura dos Centros de Prevenção já existentes, com melhores condições de trabalho e aquisição de computadores novos, por exemplo.</p> <p>Proposta 456: Instalar um Centro de Prevenção à Criminalidade que atenda especificamente a comunidade indígena que se encontram em Belo Horizonte e Região Metropolitana,</p>		questões com seu parceiro			
--	--	--	--	--	--	--	---------------------------	--	--	--



						<p>com vistas a garantir o acesso dessa população ao Programa Mediação de Conflitos e aos atendimentos do Programa Fica Vivo.</p> <p>Justificativa: Sendo a segurança cidadã um dos pressupostos da política estadual de prevenção à criminalidade, faz-se necessário criar espaços de participação social, tais como fóruns comunitários, projetos locais e projetos temáticos.</p> <p>Proposta 426: A prevenção à criminalidade é extremamente importante. Caso os recursos sejam destinados em maior quantidade para a prevenção, isso refletirá na diminuição dos altos custos da repressão. Para tanto, faz-se necessário um maior investimento na prevenção, na política como um todo e nos Centros de Prevenção à Criminalidade.</p> <p>Proposta 456: A medida tem por objetivo garantir a segurança dessa comunidade.</p>						
1854	Associação Comunitária Social Cultural Desportiva -	10 - Rede de Infraestrutura	35 - MINAS	REDE DE METRÔ DA RMBH	(Outros) Extensão do metro Venda Nova até o bairro Veneza, em	26 – TRANSPOR	783 –	EMENDA AO PPAG - alterar a finalidade da ação 1103, para - Ampliar, administrar ... -	158	-	SEM IMPACTO	

		<p>ASCD (Belo Horizonte) - Aparecida Maria Martins Pereira, Associação dos Moradores do Bairro Veneza (Ribeirão das Neves) - Marília Gonçalves Andrade de Oliveira</p>		<p>LOGÍSTICA</p>	<p>Ribeirão das Neves. Região interligação Veneza - Venda Nova, Veneza - Cidade Industrial e Veneza - Cidade Administrativa.</p> <p>Proposta 425: Aumento do atendimento do metro na RMBH Proposta: "Nosso direito de Ir e VIR só será ideal com o metro circulando com total plenitude do seu potencial, às periferias, como Barreiro (LINHA 2) Oeste Barreiro - Neves, Vilarinho - Neves, que seus moradores saiam dos ônibus (horário de pico , verdadeiras latas de sardinha, onde somos desrespeitados/ sentados no chão e já vem o aumento das passagens (inadmissível, com o presente de natal, D + , caro e sem conforto).</p> <p>Justificativa: a passagem de onibus custa 4 reais, a comunidade é carente e apenas uma empresa explora o transporte no município. Proposta 425: Sonho de todos os mineiros brasileiros. Metrôpole sem metro, só Belô! Chegas nos horários em nossos compromissos, sem estresse, receber com carinho nossos</p>	<p>TE</p>	<p>TRANSPORTE FERROVIÁRIO</p>				
--	--	--	--	------------------	--	-----------	-------------------------------	--	--	--	--

						visitantes, principalmente pois nossa capital recebe pessoas do mundo inteiro.						
1855	Pela aprovação	Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte) - Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema	3 - Rede de Defesa e Segurança	21 - GESTÃO INTEGRADA DE DEFESA SOCIAL	(Outros) Incluir no Programa 021 - Gestão Integrada de Defesa Social, a ação "Criação da Seção de Sexologia Forense na estrutura do Instituto Médico Legal", com dotação orçamentária no valor de R\$ 100.000,00.  Justificativa: A implantação de um departamento específico de sexologia forense irá contribuir efetivamente com as atividades integrantes da ação investigativa, para os estabelecimento das causas, circunstâncias e autoria das infrações penais que envolvem crimes contra a dignidade sexual, através da captação e preservação dos elementos indicativos de autoria e materialidade dessas infrações, bem como do treinamento dos profissionais responsáveis pelo atendimento às vítimas de violência sexual e pela Cadeia de Custódia - Protocolo de Humanização do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual.	06 – SEGURANÇA PÚBLICA	128 – FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	EMENDA À LOA E REQUERIMENTO - LOA: Acréscimo de R\$100.000,00 na ação 1111 - Delegacia Modelo -, na região central -com especificação do objeto do gasto para capacitação de profissionais do IML para ações de Sexologia Forense (captação e preservação dos elementos indicativos de autoria e materialidade em circunstâncias e autoria das infrações penais que envolvem crimes contra a dignidade sexual) - Req. À SEDS e à PCMG, solicitando estudos de viabilidade da criação de seção de Sexologia forense na estrutura do IML e informando o acréscimo de R\$100.000,00 na ação 1111, para a capacitação de profissionais do IML em sexologia forense. Essa ação já conta com a implantação do protocolo de humanização das vítimas de violência sexual em sua finalidade.	-	<b>596-7</b>	Alteração de Ação: R\$ 100.000,00	

1856		Depart. de Estradas de Rodagem do Est.de MG - DER-MG (Belo Horizonte) - Rosely Fantoni	11 - Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz	27 - MOBILIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MINEIRO		<p>(Outros) Criação de um escritório de gestão e articulação da segurança no trânsito em nível estadual ligado diretamente ao Governo do Estado. Meta financeira: R\$200.000,00</p> <p>Justificativa: O objetivo é integrar os esforços, estabelecer estratégias de ação e acompanhar as atividades desenvolvidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito presentes em Minas Gerais em ações específicas relacionadas à segurança no trânsito.</p> <p>Esta proposta foi consolidada durante o ciclo de debates "Siga Vivo - pelo fim da violência no trânsito" realizado pela ALMG em diversas regiões do Estado. Tem apoio do Comitê Gestor de Trânsito de MG.</p>	26 – TRANSPORTE	125 – NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	<p>EMENDA NO PPAG</p> <p>- Criar ação destinada a implantar um Observatório de Segurança no Trânsito ou um Escritório de articulação governamental - com vistas a produzir informações sobre segurança no trânsito e a articular a ação intersetorial para prevenção, fiscalização e atendimento a vítimas - monitorar a implantação do plano mineiro de segurança no trânsito (aguardar luisa.barreto@planejamento.mg.gov.br), que articule DER, PMMG, Seds, Saúde, Setop, SEE, entre outras - de preferência em um programa estruturador e com unidade responsável que estabeleça interlocução com representantes da soc. civil / comissão de representação do evento Siga Vivo - valor R\$200.000,00</p> <p>Incluir no parecer que a proposta é oriunda do Siga Vivo / discutir o retorno da Luisa Barreto com os Deps João Leite e Maria Teresa Lara</p>	159	-	Ação Nova: R\$ 200.000,00
1857		() - Carlos Einstein Gomes Diniz	11 - Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz	45 - GOVERNO EFICIENTE	GOVERNANÇA EM REDE	<p>(Outros) Melhorar as apresentações dos programas e ações do PPAG, com vistas a uma melhor visualização pelos interessados, principalmente no que se refere aos impactos das políticas na melhoria da vida da população mineira.</p>	04 – ADMINISTRAÇÃO	121 – PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	<p>EMENDA AO PPAG (texto) e REQUERIMENTO</p> <p>- Ao PPAG - explicitar a exigência para o monitoramento e para a revisão, conforme consta nas propostas de requerimento.</p> <p>- à Seplag, solicitando a publicação de relatório anexo aos relatórios bimestrais de monitoramento do PPAG 2012-2015, a partir do primeiro Relatório de 2013, com informações sobre a estrutura analítica de cada ação dos programas</p>	160	-	

						<p>Justificativa: A base de todas as políticas públicas deve ser a dimensão humana. Todavia, a apresentação tanto dos programas como das ações do PPAG se prende quase estritamente ao lado técnico. Pretende-se que as apresentações do PPAG nas audiências públicas da ALMG contemplem as entregas e resultados das políticas públicas que impactaram na sociedade, proporcionando mais clareza ao cidadão que não detém o conhecimento técnico de planejamento e orçamento públicos.</p>			<p>estruturadores, o detalhamento, o produto e a execução física e financeira de cada sub-projeto e sub-processo por ação dos programas estruturadores. - À Seplag, solicitando a publicação de relatório anexo aos projetos de lei de revisão do PPAG 2012-2015, exercícios 2014 e 2015, com informações sobre a estrutura analítica de cada ação dos programas estruturadores e a descrição e o produto dos sub-projetos e sub-processos por ação dos programas estruturadores.</p>			
1858	Pela aprovação	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte) - Sandra de Mendonça Mallet	3 - Rede de Defesa e Segurança	34 - MINAS MAIS SEGURA		<p>(Outros) Criar nova ação com vistas a ampliar as atribuições da Delegacia Especializada do Idoso, de forma também a equipar e estruturar a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso, inclusive no que se refere à qualificação de recursos humanos, visando maior efetivação do poder que esse órgão deve ter para o melhor atendimento do Projeto Mediar e resolução das demandas do idoso. Para isso estabelecer a existência de 2 assistentes sociais, 2</p>	06 – SEGURANÇA PÚBLICA	241 – ASSISTÊNCIA AO IDOSO	<p>REQUERIMENTO - À seds e à Chefia da Polícia Civil, solicitando providências no sentido de melhorar a infraestrutura na Delegacia Especializada de Atendimento ao Idoso, bem como de ampliar e qualificar recursos humanos, especialmente para a implementação do Projeto Mediar.  OBS.: Estão previsto Cursos de qualificação específicos para o atendimento ao idoso na ação Polícia para a Cidadania (com recursos da operação de crédito) O Mediar é executado na ação 1181.</p>	----	----	-----

						psicólogos, delegados específicos, detetives e mediadores.  Justificativa: Fortalecer a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso e ao Deficiente, tendo em vista o aumento da violência intrafamiliar contra a pessoa idosa.						
1859	Pela aprovação	() - Naiara da Silva Reis, Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Fernando Soares	3 - Rede de Defesa e Segurança	184 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	(Outros) A Comissão de Excedentes ao Cargo de Escrivão da Polícia Civil de Minas Gerais propõe aumento do orçamento estadual destinado à Acadepol/MG para 2013, para possibilitar a convocação dos 550 excedentes ao cargo de escrivão de polícia e, daí, a custeio e a realização do curso de formação policial, última fase do concurso, para que sejam depois nomeados. OBS: ver anexo à proposta # 23 original, com mais detalhes sobre a demanda. Proposta 0:  Proposta 443: O Sindep solicita a inclusão, no orçamento do Estado e no PPAG, exercício 2013 e seguintes, de previsão para a realização do curso de formação na Acadepol, com a convocação dos excedentes ao concurso	06 – SEGURANÇA PÚBLICA	122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	REQUERIMENTOS - Ao Governador do Estado, À Seplag, à Seds e à Chefia da PCMG, solicitando estudos de viabilidade de se ampliar o nº de vagas para escrivão de polícia, uma vez que todos os cargos vagos foram preenchidos com a nomeação de 293 escrivães no dia 22/11/2012, do último concurso. (solicitar resposta a tempo de intervenção no PLC 23) OBS: já existem 3 RQN em 2012 com o mesmo teor: 3708 (Comissão SP, encaminhado), 3696 (Dep. Carlin Moura, anexado/em tramitação) e 4841 (Dep. Sargento Rodrigues, aprovado). Ver ainda o PLC 23/2012. - Todos os cargos para escrivão foram preenchidos na nomeação ocorrida em 22/11/2012. Cargo vago, agora, só por aposentadoria. No edital de 2011, foram previstas 205 vagas para escrivão de polícia e foram nomeados 293 em 22/11/2012, com posse prevista para 27/11/2012. A nomeação se deu após a audiência pública do PPAG. (no dia 22, foram nomeados mais de 50% dos excedentes)	----	----	-----

					<p>de Escrivão de Polícia/2011, com os recursos necessários bem como para os devidos vencimentos após a nomeação.</p> <p>Proposta 458: Aumentar o efetivo da PCMG, mormente no que se refere ao cargo de escrivão de polícia (vide PLC0023), para que haja aproveitamento dos 550 candidatos excedentes do atual concurso vigente, dado que já passaram por quase todas as etapas do certame. OBS: ver anexo para mais informações.</p> <p>Justificativa: A proposta visa promover economia para o Estado, que disporá de 6 meses, prorrogáveis por mais 6, para aproveitar, dentro da validade do concurso, todos os candidatos excedentes. Visa também satisfazer a necessidade expressa, em diversas ocasiões, pela ampliação dos quadros da Polícia Civil no Estado, em particular no que toca à conclusão de inquéritos. Além disso, 433 novos delegados foram recentemente nomeados e necessitarão de sorte de escrivães para o</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

					<p>exercício de suas atividades. OBS: ver anexo à proposta # 23 original, com mais detalhes. Proposta 0:</p> <p>Proposta 443: A carência de escrivães na PCMG é enorme, inclusive inúmeros servidores municipais são aproveitados nas unidades policiais, nomeados como escrivães "ad hoc" e sem o devido preparo. Além disso, houve aproveitamento dos excedentes do concurso de investigadores e, mais recentemente, dos do concurso de delegados de polícia, o que não ocorreu ainda com os escrivães.</p> <p>Proposta 458: Economia do dinheiro público já investido no concurso ainda vigente, evitando novo gasto da verba pública com o mesmo objetivo. O aproveitamento dessa mão-de-obra já disponível se somará à economia junto ao MP, onde deságuam os inqueritos policiais de responsabilidade dos escrivães, bem junto ao Judiciário, que atualmente percorre todo um processo criminal, muitas vezes com deficiências</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



						originadas no âmbito policial por deficiência do quadro de servidores para, ao final, ser obrigado a absolver alguém, dada a quebra do ciclo processual penal. Evitaremos a impunidade.						
1860	Pela aprovação	Conselho de Criminologia e Política Criminal - CCPC (Belo Horizonte) - Valéria Evangelista	3 - Rede de Defesa e Segurança	34 - MINAS MAIS SEGUARA		(Outros) Mudar a redação do objetivo do Programa 034, para que não se refira apenas a comunidades mais carentes e vulneráveis, de vez que a violência é para todos.  Justificativa: Minas mais segura? Como é realmente esse projeto? Quais as taxas reais que apresenta? É eficiente? É eficaz? Faz ressocialização? Faz prevenção? Nada transparente: mais uma sugestão atual para maquiagem a insegurança, uma vez que está a serviço das comunidades mais carentes e vulneráveis. Contudo, a violência é para todos. Caso faça todos esses serviços, então a violência está resolvida.	06 – SEGURANÇA PÚBLICA	181 – POLICIAMENTO	REQUERIMENTO - À Seds, solicitando informações sobre a eficácia e a efetividade do programa 034 - Minas Mais Segura -, no ano de 2012, em termos do cumprimento de seus objetivos (melhorar texto)	-----	----	-----
1861	Pela aprovação	Departamento Municipal de Saúde (Barbacena) - Geraldo Alves do Amaral	3 - Rede de Defesa e Segurança	214 - AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA	IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE POLICIAMENTO	(Outros) Apoio à criação de novos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Consep - no Estado.	06 – SEGURANÇA PÚBLICA	181 – POLICIAMENTO	REQUERIMENTO - à Secretaria de Defesa Social solicitando providências para incrementar o apoio à criação de novos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Consep - no Estado.	-----	----	-----

				ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL	COMUNITÁRIO, PREVENÇÃO ATIVA E SEGURANÇA CIDADÃ	Justificativa:						
1862	Estudantes pela Liberdade (Belo Horizonte) - Juliano Torres	11 - Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz	178 - FORTALECIMENTO E DIVULGAÇÃO DOS DIREITOS CONSUMIDORES	APOIO À ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP) MOVIMENTO DAS DONAS DE CASA CONSUMIDORES DE MINAS GERAIS	(Outros) Emenda ao PPAG para exclusão da ação 4675 - Apoio à Organização Social Civil de Interesse Público (Oscip) Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais e cancelamento total dos recursos previstos na ação (R\$ 834.396,00) no total da receita estimada e despesa fixada no Projeto de Lei orçamentária (R\$ 68.101.631.673,00) por meio de emenda textual ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 3.471/12 - LOA. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e despesa. Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível da meta física e financeira, com o devido cancelamento da despesa e da receita.	Justificativa: A ação tem como finalidade apoiar a Organização Social	14 – DIREITOS DA CIDADANIA	422 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	EMENDA AO PPAG - alteração de nome e finalidade da ação 4675, para: 4675 - Promoção da Defesa dos Direitos do Consumidor e da educação para o consumo eficiente Finalidade: APOIAR ATIVIDADES DE DEFESA DE DIREITO DO CONSUMIDOR executadas por entidades do terceiro setor.	161	-	SEM IMPACTO

						<p>Civil de Interesse Público (Oscip) Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais. Uma ação do Plano Plurianual de Ação Governamental não pode ser direcionada à subvenção de uma Oscip específica. Trata-se de um plano de médio prazo, não havendo garantias que a organização terá titulação de Oscip durante todos os anos, ou se cumprirá as exigências legais para obtenção de repasse e de recursos públicos e a continuidade dos mesmos.</p>						
1863	Pela aprovação	Estudantes pela Liberdade (Belo Horizonte) - Juliano Torres	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	169 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	SUBVENÇÃO DO SEGURO RURAL	<p>(Outros) Exclusão da ação 4126 - Subvenção do Seguro Rural e Cancelamento do Total de Recursos Previstos na ação (R\$ 1.137.000,00) no total da receita estimada e despesa fixada no projeto de lei orçamentária (R\$ 68.101.631.673,00) por meio de emenda textual ao artigo 2º do projeto de lei nº 3.471/12 - LOA. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e despesa, não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível</p>	20 – AGRICULTURA	123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	<p>REQUERIMENTO - À Seapa, solicitando estudos sobre a eficácia da utilização do programa de seguro rural, seus efeitos na economia agrícola, e os critérios para escolha do público beneficiário.</p>	-----	----	-----

					<p>das metas físicas e financeiras, com o devido cancelamento da despesa.</p> <p>Justificativa: A ação visa fornecer seguro rural. Devemos ressaltar que o seguro rural não está incluído na definição de "Bens Públicos" que é utilizada para justificar uma provisão estatal, podendo ser fornecido pelo setor privado. Existem vários tipos de seguro e operações de hedge que podem ser feitos/adquiridos, inclusive por meio do mercado de commodities, assegurando um rendimento mínimo da produção. Infelizmente, ainda há uma baixa utilização de tais mecanismos pelo produtor rural brasileiro, o que se deve, por um lado, aos auxílios governamentais, que desincentivam o produtor a gastar com seguros, e, por outro, à provisão governamental, que desincentiva o crescimento e a expansão do mercado de seguros privados. Ressaltamos que a proposta não é abarcada pela vedação constante no artigo 160 da Constituição do</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

						Estado e artigo 35 da LDO/2012, uma vez que o cancelamento proposto não está sendo indicado/apresentado como recursos para realização de outras despesas, mas cancelado definitivamente.						
1864	Pela aprovação	Departamento Municipal de Saúde (Barbacena) - Geraldo Alves do Amaral	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS		(Outros) Ampliar acessibilidade em hotéis, restaurantes, bares, feiras e hospitais.  Justificativa: Os usuários percebem a necessidade de melhorar a acessibilidade desses locais para as pessoas com deficiência.	15 – URBANISMO	125 – NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	REQUERIMENTO `A Secretaria de Governo, solicitando gestão junto aos municípios do Estado para fiscalização de obras de edificação e reforma em espaços de acesso público (bares, restaurantes, hotéis, entre outros), para o cumprimento dos requisitos de acessibilidade, em cumprimento à Lei nº ...	----	----	-----
1865		Estudantes pela Liberdade (Belo Horizonte) - Juliano Torres	11 - Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz	13 - DESCOMPLICAR - MINAS INOVATA	MINAS LEGAL	(Outros) Exclusão da ação 1271 - Minas Legal -, e cancelamento do total dos recursos previstos nas diversas ações que compõem (R\$ 13.000.000) no total da receita estimada e despesa fixada no Projeto de Lei Orçamentária (R\$ 68.101.631.673,00), por meio de emenda textual ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.471, de 2012 - LOA. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita corrente.			REJEIÇÃO			

					<p>Não sendo possível a exclusão, promover a maior redução possível da meta financeira da ação.</p> <p>Não sendo possível a redução, alterar a finalidade da ação para: "favorecer a compreensão de que a sociedade é a verdadeira geradora dos recursos públicos, devendo os governos serem austeros e transparentes em seus gastos, sob o olhar vigilante da sociedade."</p> <p>Justificativa: O modelo do choque de gestão, iniciado em 2003, que levou o Estado ao equilíbrio fiscal não a partir de cortes de gastos, mas de aumento de receitas, especialmente tributária, está dando sinais de esgotamento. Com o crescimento do Estado, o crescimento do setor privado desacelerou e, com ele, também a arrecadação. Assim, o Estado de Minas vem criando ações para tentar retomar o crescimento da receita, como por exemplo o "Torpedo Minas Legal", que tenta combater a sonegação incentivando o consumidor a pedir nota fiscal.</p>							
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

						No entanto, isso não garante o crescimento econômico. Quando se paga mais impostos, o setor privado passa a ter menos recursos disponíveis para investir em seu próprio desenvolvimento. Os recursos apropriados pelo governo seriam investidos com menor comprometimento com gastos correntes, burocracia, menor tempo e maior acuracidade e eficiência alocativa se fossem utilizados pelo próprio setor privado, garantindo um desenvolvimento econômico pleno e sustentável.						
1866		Estudantes pela Liberdade (Belo Horizonte) - Juliano Torres	70 - Programas Especiais	709 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	DIVULGAÇÃO GOVERNAMENTAL	(Outros) Emenda ao PPAG para exclusão da ação 4680 - Divulgação Governamental e cancelamento do total dos recursos previstos na ação (R\$ 41.901.392,00) no total da receita estimada e despesa fixada no Projeto de Lei Orçamentária (R\$ 68.101.631.673,00) por meio de emenda textual ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 3.471/12 - LOA. Com o cancelamento, devem ser compatibilizados os quadros demonstrativos da receita e da despesa.	04 – ADMINISTRAÇÃO	131 – COMUNICAÇÃO SOCIAL	REQUERIMENTO à Secretaria de Estado de Governo solicitando informações sobre o detalhamento da execução da ação 4680 em 2012 e a proposta para 2013.	----	----	-----

					<p>Não sendo possível a exclusão, propomos a maior redução possível da meta física e financeira, com o devido cancelamento da despesa e da receita.</p> <p>(continuação da justificativa) O cidadão mineiro não pode ser obrigado a pagar por uma ação que prejudica seu acesso à informação real e apenas beneficia políticos e partidos que se encontram no poder. O estado de Minas deve se abster de tais ações e apoiar a tramitação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei que visa limitar a publicidade governamental.</p> <p>Justificativa: A ação tem como finalidade divulgar as ações governamentais, por vários meios como imprensa, fomento a eventos e campanhas de propaganda. A publicidade é um dos principais focos de corrupção e de controle de mídia hoje utilizado pelos governos de todas as legendas políticas. Com as proibições de propagandas de cigarro, infantil, entre outras, a maior parte das receitas das</p>						
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--



					empresas de imprensa e mídia vem dos governos, o que compromete a imparcialidade na divulgação de informações. A publicidade governamental não é informação de utilidade pública, como são por exemplo os anúncios de recall de montadoras, cujos filmes, de curta duração, apenas divulgam as informações estritamente necessárias, em fundo azul, com letras brancas legíveis. A publicidade governamental conta com artistas famosos, músicas, efeitos especiais e vários minutos de duração, sendo uma dispendiosa propaganda eleitoral. (continua no campo texto)						
1867	Pela aprovação	() - Pedro Abrão Marques Júnior	2 - Rede de Atendimento em Saúde		(Outros) Criar um programa em parceria entre a Seplag e a Secretaria de Estado de Saúde visando ao aumento das políticas públicas de saúde, principalmente na área preventiva, nos municípios mineiros mineradores.  Justificativa: O impacto das grandes mineradoras nos pequenos municípios é	10 – SAÚDE	303 – SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	REQUERIMENTO à Secretaria de Estado da Saúde, solicitando gestão junto aos Municípios mineradores, para que a rede de atenção primária acompanhe os trabalhadores em mina, no âmbito da prevenção.	-----	----	-----

						muito elevado e muitas vezes o poder público local não possui estrutura suficiente para atender os pacientes e elaborar políticas preventivas.							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

RESUMO:

Nº de PLES geradas: 195

Nº de PLES aprovadas: 165

Nº de PLES anexadas: 13

Nº de PLES rejeitadas: 20

Nº de PLES que geraram requerimentos: 200

Emendas ao PPAG: 80

Emendas à LOA: 73

Total de recursos movimentados: **R\$ 26.444.016,00**



















